UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES – CH

UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UACS

MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL – PROFSOCIO

ADELAIDE LOPES FIÚZA DINIZ

A RELEVÂNCIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESCONSTRUÇÃO DE ESTIGMAS E EMPODERAMENTO SOCIAL

Campina Grande

2026

ADELAIDE LOPES FIÚZA DINIZ

A RELEVÂNCIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESCONSTRUÇÃO DE ESTIGMAS E EMPODERAMENTO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO ministrado no Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Professor Doutor Severino José de Lima

Linha de Pesquisa: Práticas de ensino e conteúdos curriculares

Campina Grande

2026

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Sistema de Bibliotecas - SISTEMOTECA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFCG - Biblioteca Central

D585r Diniz, Adelaide Lopes Fiúza.

A relevância do ensino de Sociologia para alunos da Educação Básica nos anos finais do Ensino Fundamental : desconstrução de estigmas e empoderamento social / Adelaide Lopes Fiúza Diniz. – 2026.

152 f. : il. color.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2026.

"Orientação: Prof. Dr. Severino José de Lima".

Referências.

1. Sociologia. 2. Educação Básica. 3. Ensino Fundamental. 4. Cidadania Crítica. 5. Emancipação Social. 6. Curriculo Escolar. I. Lima, Severino José de. II. Título.

UFCG/PB CDU 37:316(043.3)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA MEIRE EMANUELA DA SILVA MELO CRB-15/568

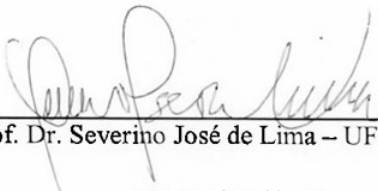
Adelaide Lopes Fiúza Diniz

A RELEVÂNCIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESCONSTRUÇÃO DE ESTIGMAS E EMPODERAMENTO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO ministrado no Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 25 de Março de 2026.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Severino José de Lima – UFCG Orientador

gov.br Documento assinado digitalmente
FABIO RIBEIRO MACHADO
Data: 10/04/2026 13:20:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Fábio Ribeiro Machado – UFCG
Avaliador Interno

gov.br Documento assinado digitalmente
WILSON HONORATO ARAGAO
Data: 10/04/2026 09:32:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão – UFPB
Avaliador Externo

Campina Grande

2026

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de uma caminhada que jamais teria sido possível sem o apoio de pessoas queridas que estiveram ao meu lado em cada etapa.

Aos meus amigos, agradeço pelas palavras de incentivo, pelas risadas que suavizaram os dias difíceis e pela presença constante, lembrando-me da importância da amizade verdadeira.

À minha família, minha base sólida e fonte inesgotável de amor, expresso minha gratidão profunda. Vocês foram meu porto seguro, oferecendo apoio, paciência e compreensão nos momentos em que a jornada exigiu mais de mim.

Aos meus professores e orientadores, agradeço pela generosidade em compartilhar conhecimento, pela dedicação em guiar meus passos e pela confiança que depositaram em mim. Suas orientações foram fundamentais não apenas para este trabalho, mas também para minha formação pessoal e profissional.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este percurso fosse possível — com um gesto, uma palavra ou um simples sorriso — deixo registrado meu sincero reconhecimento. Esta conquista é também de vocês.

RESUMO

Esta dissertação analisa a relevância da inclusão da disciplina de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental, com foco na desconstrução de estigmas sociais e no empoderamento juvenil. A investigação nasce da experiência da autora como professora da rede pública municipal de João Pessoa, Paraíba, em contexto marcado por vulnerabilidades sociais, de modo que a ausência da Sociologia no currículo compromete a formação crítica e cidadã dos estudantes. Fundamentada em referenciais teóricos de Paulo Freire, Pierre Bourdieu, Boaventura de Sousa Santos, Zygmunt Bauman e outros, a pesquisa defende uma educação emancipadora, crítica e contra-hegemônica. A metodologia adotada foi de abordagem mista, articulando procedimentos qualitativos e quantitativos. Foram realizadas rodas de conversa, entrevistas semiestruturadas com professores e gestores, além de questionários aplicados aos estudantes, de modo a captar percepções, experiências e demandas formativas. Essa estratégia metodológica buscou valorizar a escuta ativa e as narrativas dos sujeitos escolares, reconhecendo seus saberes e vivências como elementos centrais para a análise. Os resultados evidenciaram que, mesmo sem a formalidade da disciplina, temas sociológicos emergem espontaneamente nas práticas pedagógicas e despertam grande interesse dos alunos, revelando a necessidade de sistematização curricular. A pesquisa culminou na elaboração de uma proposta preliminar de inclusão da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental da rede municipal de João Pessoa, estruturada em torno de eixos temáticos, como desigualdade social, identidade, cidadania crítica, diversidade cultural e participação política. Além de fortalecer práticas pedagógicas emancipadoras, essa proposta cumpre o papel de introduzir os estudantes aos conceitos e categorias sociológicas de forma inicial, preparando-os para o aprofundamento desses conteúdos no Ensino Médio. Conclui-se que a Sociologia, quando presente na educação básica, constitui ferramenta formativa essencial para que os estudantes compreendam sua posição no mundo e atuem de forma consciente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Sociologia; Educação Básica; Ensino Fundamental; cidadania crítica; emancipação social; currículo escolar.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the relevance of including Sociology as a subject in the final years of Elementary Education, focusing on the deconstruction of social stigmas and youth empowerment. The research arises from the author's experience as a teacher in the public school system of João Pessoa – PB, in a context marked by social vulnerabilities, where the absence of Sociology in the curriculum undermines students' critical and civic formation. Grounded in theoretical references such as Paulo Freire, Pierre Bourdieu, Boaventura de Sousa Santos, and Zygmunt Bauman, the study advocates for an emancipatory, critical, and counter-hegemonic education. The methodology adopted was a mixed approach, combining qualitative and quantitative procedures. Data collection involved focus groups, semi-structured interviews with teachers and school managers, and questionnaires applied to students, aiming to capture perceptions, experiences, and formative demands. This methodological design emphasized active listening and the recognition of students' narratives and lived experiences as central elements for analysis. The findings revealed that, even without the formal presence of Sociology in the curriculum, sociological themes spontaneously emerge in pedagogical practices and arouse strong interest among students, highlighting the need for curricular systematization. Based on these results, the research developed a preliminary proposal for the inclusion of Sociology in the final years of Elementary Education in João Pessoa's public school system. The proposal is structured around thematic axes such as social inequality, identity, critical citizenship, cultural diversity, and political participation. In addition to strengthening emancipatory pedagogical practices, this curricular design also serves as an initial introduction to sociological concepts and categories, preparing students for a deeper engagement with these themes in High School. It is concluded that Sociology, when integrated into basic education, constitutes an essential formative tool for students to understand their position in the world and act consciously in building a fairer and more egalitarian society.

Keywords: Sociology; Basic Education; Elementary School; critical citizenship; social empowerment; school curriculum.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução da taxa de evasão escolar no Ensino Fundamental em João Pessoa – PB nos últimos anos..... 77

Gráfico 2 Número de casos de violência doméstica envolvendo adolescentes em João Pessoa (2018-2023) 79

Gráfico 3 Percepção dos estudantes sobre temas sociais: pesquisa realizada em escolas públicas de João Pessoa (2024) 80

Gráfico 4 Percepção dos professores sobre a ausência da Disciplina Sociologia..... 103

Gráfico 5 Disciplinas que abordam temas sociais, segundo os alunos..... 104

Gráfico 6 Percepção da escola sobre empoderamento e compreensão social..... 106

Gráfico 7 Alunos que já tiveram aulas sobre temas sociais..... 110

Gráfico 8 Conhecimento sobre Sociologia..... 111

Gráfico 9 Percepção dos alunos sobre empoderamento e compreensão social..... 113

Gráfico 10 Opinião dos professores sobre inclusão da Sociologia..... 114

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 11
1.1 Apresentação do tema 11
1.2 Problema de pesquisa 13
1.3 Justificativa 15
1.4 Objetivos da pesquisa 17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 19
2.1 Estado da Arte e fundamentos legais e conceituais 19
2.1.2 A história da Sociologia no Brasil: entre heranças, rupturas e reinvenções 25
2.1.3 O caminho histórico da Sociologia e seu potencial para o empoderamento social na Educação Básica 27
2.1.4 Compreensão de temas e conteúdos sociológicos na Educação Básica 31
2.1.5 Educação Sociológica e Emancipadora: empoderamento social e formação cidadã..... 33
2.1.6 A Sociologia como campo formativo 36
2.1.7 O potencial da Sociologia para o empoderamento social dos estudantes do Ensino Fundamental 39
2.1.8 Reprodução social e currículo escolar 46
2.2 Sociologia e cidadania crítica 48
2.2.1 A Socilogia como incentivo à cidadania crítica e à participação social 48
2.2.2 Sociologia como instrumento de desconstrução de estigmas 56
2.2.3 Cidadania crítica 60
3 EXPERIÊNCIAS CURRICULARES E PRÁTICAS SOCIOLÓGICAS 64
3.1 A importância da Sociologia no Ensino Fundamental: problemas sociais, implementação e subsídios para o município de João Pessoa – PB 64
3.2 Experiências de implementação da Sociologia no Ensino Fundamental: cidades pioneiras no Brasil 68
3.3 Práticas paraibanas de formação para a cidadania crítica: Bananeiras e Remígio 70
3.4 Fundamentos teóricos para a compreensão do ensino de Sociologia como prática curricular emancipatória 73

3.5 Convergências e singularidades: comparando experiências curriculares de Ensino de Sociologia e Formação Cidadã 75
4 INDICADORES SOCIAIS E EDUCACIONAIS: DIAGNÓSTICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM JOÃO PESSOA – PB 77
4.1 Análise documental: limites e possibilidades para a inserção da Sociologia no Ensino Fundamental 83
4.2 A parte diversificada como espaço de inovação curricular 88
4.3 Narrativas e escutas como práticas pedagógicas 90
5 METODOLOGIA 92
5.1 Abordagem da pesquisa 92
5.2 Procedimentos metodológicos 94
5.3 Caracterização da escola e dos participantes 97
5.4 Critérios de seleção dos participantes 100
6 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 102
6.1 Percepções dos professores sobre a ausência da Sociologia 103
6.2 Práticas pedagógicas e abordagens interdisciplinares 104
6.3 Impactos na formação dos estudantes 105
6.4 Discussão dos resultados 106
6.4.1 Temas sociais na escola 108
6.4.2 Conhecimento sobre a Disciplina de Sociologia 110
6.4.3 Empoderamento e estigmas sociais 111
6.4.4 Percepções docentes 113
6.4.5 Percepções dos gestores 115
6.4.6 Discussão crítica 116
7 ESCUTAS DO COTIDIANO: A SOCIOLOGIA QUE HABITA A ESCOLA 121
7.1 Vozes docentes: percepções sobre a Sociologia e práticas de resistência 123
7.2 Vozes juvenis: percepções, demandas e silenciamentos 124
7.3 Diálogos com os documentos institucionais: o silêncio curricular da Sociologia 126
8 SÍNTESE INTERPRETATIVA 129
8.1 A urgência de reconhecer a Sociologia como direito formativo 129
9 PROPOSTA CURRICULAR 132

9.1 A inserção da Sociologia como direito formativo 132
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES 135
10.1 Caminhos que se abrem: reflexões finais 135
10.2 Um convite à continuidade 136
REFERÊNCIAS 139
APÊNDICE. 143

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

Ser professora sempre foi um desejo latente, cultivado desde a infância, quando as brincadeiras já simulavam o ambiente escolar. Na sala de casa, com lápis quebrados e cadernos usados, eu organizava meus coleguinhas como se fossem alunos e, ali, naquele espaço improvisado, já exercia o magistério com entusiasmo. Esse desejo, no entanto, foi confrontado por advertências familiares, especialmente de meu pai — metalúrgico e homem prático — que via na docência uma profissão pouco valorizada, mal remunerada e sem perspectivas de ascensão financeira. Como filha obediente, segui caminhos profissionais fora da educação, enveredando pelo setor administrativo, no qual conquistei estabilidade e reconhecimento.

Apesar disso, o desejo de ensinar nunca se apagou. Incentivada por um cliente, retomei os estudos e ingressei no curso de Pedagogia, reencontrando minha vocação. A formação acadêmica e as experiências em projetos e estágios permitiram-me compreender que ser professora vai além da transmissão de conteúdos: é um exercício diário de escuta, acolhimento, mediação e transformação. No exercício do magistério, percebi que o amor pelo conhecimento e pela troca de saberes é o que sustenta a prática docente, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais.

Nessa prática, percebi que o amor pelo conhecimento e pela troca de saberes é o que sustenta a prática docente, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais. Foi nesse cenário — onde ensinar exige escuta, presença e compromisso — que encontrei, na escola pública, não apenas um espaço de trabalho, mas um território de afetos, desafios e possibilidades.

Atuo como educadora em uma Escola Municipal de Ensino Integral, situada no bairro do Roger, em João Pessoa, Paraíba. A instituição atende turmas do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, além da EJA — Educação de Jovens e Adultos — e está inserida em uma comunidade marcada por significativas fragilidades sociais. Essa realidade tem me levado a refletir sobre o papel da escola pública como espaço de formação crítica e emancipadora, bem como sobre a capacidade do currículo de responder às necessidades concretas dos estudantes. A ausência de componentes voltados à compreensão das dinâmicas sociais, como a Sociologia, revela-se nas limitações de visão de mundo que muitos alunos apresentam.

A realidade escolar vivenciada diariamente revelou estudantes com baixa autoestima intelectual, expectativas limitadas de escolarização e pouca perspectiva de inserção no mercado

de trabalho. Muitos eram filhos de pais não alfabetizados, trabalhadores informais ou privados de liberdade, sendo criados por avós ou parentes indiretos. Tratava-se de um contexto de vulnerabilidade que exigia da escola não apenas acolhimento, mas também estratégias pedagógicas que promovessem o protagonismo juvenil e a consciência crítica. Nesse cenário, o ensino de Sociologia apresentou-se como uma ferramenta potente para a desconstrução de estigmas e o empoderamento social.

A Sociologia, como campo de estudo, oferece instrumentos teóricos para a compreensão das estruturas sociais, das relações de poder e das desigualdades que atravessam a vida dos estudantes. Ao permitir que os alunos reflitam sobre os fenômenos sociais que os cercam — como racismo, violência, desigualdade de gênero e exclusão — a disciplina contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes. Paulo Freire (1996) já afirmava que "a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. E pessoas transformam o mundo", destacando o papel da escola como espaço de emancipação.

Diversas pesquisas reforçam essa perspectiva. Araújo e Vieira (2012), por exemplo, demonstraram que o ensino de Sociologia no ensino médio pode ser um catalisador para a reflexão crítica e a transformação social. Embora a disciplina tenha reconquistado seu espaço como obrigatória no ensino médio (Lei nº 11.684/2008), sua presença nos anos finais do ensino fundamental ainda é rara, sendo frequentemente relegada à transversalidade ou ao apagamento completo. Essa lacuna curricular compromete a formação integral dos estudantes, especialmente daqueles que vivem em contextos de vulnerabilidade.

A escolha de investigar a relevância do ensino de Sociologia na educação básica ainda na etapa do Ensino Fundamental nos anos finais, surgiu portanto, da observação direta das limitações curriculares enfrentadas pelos alunos dessa etapa do ensino. A ausência de um espaço sistematizado para discutir questões sociais sob uma perspectiva teórica e científica impedia que os estudantes desenvolvessem habilidades de análise crítica e compreensão da realidade.

A escola, nesse sentido, precisa assumir seu papel como agente de transformação, incorporando saberes que dialoguem com a vida dos alunos e promovam o desenvolvimento de competências cidadãs.

Este estudo teve como objetivo geral analisar a relevância do ensino de Sociologia para alunos da educação básica nos anos finais do Ensino Fundamental, com foco na desconstrução de estigmas e no empoderamento social. A pesquisa foi desenvolvida numa Escola Municipal de João Pessoa, na Paraíba, por meio de uma abordagem mista, utilizando rodas de conversa, entrevistas e questionários semiestruturados como instrumentos metodológicos para

compreender as percepções dos estudantes e professores sobre temas sociológicos abordados (mesmo sem ter a formalidade da disciplina de Sociologia em seu currículo) e sua relação com a realidade vivida. A escolha metodológica buscou garantir a escuta ativa dos sujeitos envolvidos, valorizando suas experiências e saberes.

Os resultados desta investigação contribuíram para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais críticas e inclusivas, além de oferecerem subsídios para a formulação de políticas educacionais que valorizem a presença da Sociologia no currículo escolar. Nesse contexto, elaborou-se uma proposta preliminar de inclusão da disciplina nos anos finais do Ensino Fundamental, como resposta às demandas identificadas ao longo da pesquisa. Ao evidenciar o potencial transformador da Sociologia, este trabalho integra-se a um movimento mais amplo de defesa de uma escola pública democrática, plural e comprometida com a justiça social. A disciplina, quando presente na educação básica, pode constituir o ponto de partida para que os estudantes compreendam sua posição no mundo e atuem de forma consciente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1.2 Problema de pesquisa

Esta pesquisa nasceu de uma inquietação que não é apenas minha, mas que ecoa nos corredores da escola pública, nas falas dos estudantes, nas práticas dos professores e nos silêncios dos documentos oficiais. A ausência da disciplina de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental não é apenas uma ausência curricular — é uma ausência de escuta, de diálogo, de possibilidade de leitura crítica da realidade. E foi essa ausência que me provocou a perguntar: o que estamos deixando de formar quando deixamos de ensinar Sociologia?

A escola, especialmente nas periferias urbanas, é um dos poucos espaços onde os sujeitos têm a chance de refletir sobre suas condições de vida, suas histórias e seus territórios. E a Sociologia, como campo de saber que problematiza as relações sociais, os mecanismos de poder e os processos de dominação, oferece ferramentas fundamentais para essa reflexão. Como afirma Bauman (2001), compreender a sociedade é condição para agir sobre ela — e a escola precisa ser esse lugar de compreensão e ação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe competências gerais, como o pensamento crítico, a empatia, a responsabilidade e a cidadania. No entanto, ao não incluir a Sociologia como componente obrigatório nos anos finais do Ensino Fundamental, a política curricular contradiz seus próprios princípios. Como formar sujeitos críticos sem oferecer-lhes

instrumentos para compreender criticamente a sociedade? Como promover a cidadania sem discutir os conflitos, as desigualdades e os direitos que atravessam o cotidiano?

Essa contradição se torna ainda mais grave quando observamos que muitos estudantes chegam ao Ensino Médio sem nunca ter tido contato com conceitos sociológicos básicos — como classe social, cultura, identidade, preconceito, participação política. E, quando esses temas aparecem, muitas vezes, vêm diluídos, sem aprofundamento, sem conexão com a realidade dos sujeitos. Como alerta Bourdieu (1998), a escola tende a reproduzir desigualdades quando não reconhece os saberes dos estudantes e não promove práticas pedagógicas que rompam com a lógica da exclusão.

A ausência da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental também revela uma lógica de silenciamento. Silenciam-se os saberes dos estudantes, suas experiências, suas perguntas. Silenciam-se os professores que tentam, com criatividade e resistência, abordar temas sociológicos em outras disciplinas. Silenciam-se as possibilidades de construir uma escola que não apenas ensina, mas que escuta, dialoga, transforma. Como defende Boaventura de Sousa Santos (2020), é preciso promover uma pedagogia contra-hegemônica, que valorize os saberes silenciados e reconheça as epistemologias do Sul.

Foi nesse contexto que surgiu o problema central desta pesquisa: **como a ausência da disciplina de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental impacta a formação crítica dos estudantes e quais são as percepções de professores, gestores e alunos sobre essa ausência e suas possíveis implicações curriculares?** Essa pergunta orienta todo o percurso investigativo e expressa o compromisso da pesquisa com uma educação que não se furta ao debate, à escuta e à ação.

A formulação desse problema não parte de uma abstração teórica, mas de uma vivência concreta. Como professora da rede pública, testemunho diariamente o interesse dos estudantes por temas sociológicos — mesmo quando eles não sabem que são sociológicos. Eles perguntam sobre desigualdade, sobre racismo, sobre violência, sobre política. Querem entender o mundo. E, quando a escola não oferece espaço para essas perguntas, ela não apenas falha — ela se omite. Como afirma Freire (1996), negar ao educando o direito de perguntar é negar-lhe o direito de ser sujeito.

A ausência da Sociologia nesse segmento também compromete a construção de uma escola que valorize a pluralidade cultural e a formação cidadã. Tarcísio Mauro Vago (1997) nos lembra que a escola é um “lugar de culturas”, onde os estudantes constroem sentidos, disputam

narrativas e produzem modos de ser e estar no mundo. Sem a Sociologia, esses processos ficam empobrecidos, descontextualizados ou invisibilizados.

Por isso, esta pesquisa se dedicou a escutar as vozes da comunidade escolar, a compreender as lacunas existentes e a delinear caminhos possíveis para a inserção da Sociologia no currículo. O problema investigado, nesse sentido, mostrou-se não apenas uma questão acadêmica, mas também ética, política e pedagógica. Constituiu o ponto de partida para uma investigação que contribui com a construção de uma escola pública mais crítica, justa e comprometida com a formação integral dos sujeitos.

1.3 Justificativa

Esta pesquisa justificou-se pela necessidade urgente de repensar o currículo escolar dos anos finais do Ensino Fundamental à luz de uma educação crítica, emancipadora e socialmente comprometida. A ausência da disciplina de Sociologia nesse segmento representa não apenas uma lacuna formativa, mas também uma oportunidade negligenciada de promover o desenvolvimento do pensamento reflexivo, da consciência cidadã e da capacidade de leitura crítica da realidade por parte dos estudantes.

Em um contexto marcado por desigualdades sociais, estigmas históricos e múltiplas formas de exclusão — especialmente nas periferias urbanas de cidades como João Pessoa — a escola pública assume papel central na formação de sujeitos capazes de compreender e transformar suas condições de vida. A Sociologia, enquanto campo de saber que problematiza as relações sociais, os mecanismos de poder, os processos de dominação e os conflitos culturais, oferece ferramentas fundamentais para que os estudantes interpretem suas experiências e se posicionem de forma crítica diante do mundo.

Boaventura de Sousa Santos (2020, p. 33) defende que “a escola deve ser um espaço de resistência e de valorização dos saberes silenciados, promovendo uma pedagogia contra-hegemônica”. Nesse sentido, a Sociologia atua como instrumento de empoderamento dos sujeitos e de valorização das epistemologias do Sul, reconhecendo saberes marginalizados e promovendo uma educação plural e inclusiva.

A pesquisa também se justificou pela lacuna existente na literatura acadêmica sobre o ensino de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental. Embora existam avanços significativos na consolidação da disciplina no Ensino Médio, pouco se discute sobre sua inserção precoce como estratégia de formação cidadã e combate às desigualdades educacionais.

Ao investigar as percepções de professores, gestores e estudantes sobre temas sociológicos e suas demandas formativas, o estudo contribuiu para ampliar o debate sobre a democratização do conhecimento e a construção de um currículo mais sensível às realidades locais.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa apoiou-se em autores que defendem uma educação comprometida com a transformação social. Paulo Freire (1996) propõe uma pedagogia da escuta, do diálogo e da libertação, em que o saber escolar se constrói a partir das experiências dos sujeitos. Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1998) denunciam os mecanismos de reprodução social presentes na escola, reforçando a importância de práticas pedagógicas que rompam com a lógica da exclusão. Zygmunt Bauman (2001) e C. Wright Mills (2009) oferecem perspectivas sociológicas que conectam as vivências individuais aos contextos sociais mais amplos, favorecendo a compreensão crítica da realidade.

Além disso, a pesquisa dialogou com a perspectiva de Maria Isabel da Cunha (1997), que propõe o uso das narrativas como estratégia pedagógica e investigativa. Segundo a autora, "as narrativas provocam mudanças na forma como as pessoas compreendem a si próprias e aos outros, sendo importantes estratégias formadoras de consciência numa perspectiva emancipadora" (p. 187). Ao utilizar entrevistas e rodas de conversa como instrumentos de escuta, esta pesquisa valorizou os saberes dos sujeitos e suas experiências escolares.

Tarcísio Mauro Vago (1997, p. 193) também reforça a ideia de que a escola é um "lugar de culturas", onde os estudantes produzem sentidos, partilham experiências e constroem modos de ser e estar no mundo. Para o autor, "a escola não é apenas um espaço de transmissão de conteúdos, mas um território simbólico de disputas, invenções e resistências" (p. 193). Essa compreensão amplia o papel da Sociologia como mediadora entre o conhecimento acadêmico e as experiências vividas pelos sujeitos escolares.

A relevância da pesquisa também se sustenta na urgência de fortalecer a escola pública como espaço de escuta e de produção de sentidos. Em tempos de negacionismo, intolerância e desvalorização do pensamento crítico, defender a presença da Sociologia no currículo é, também, defender o direito à dúvida, à pergunta, à complexidade. É afirmar que os estudantes têm o direito de compreender o mundo em que vivem — e de transformá-lo.

Outro aspecto que justifica esta investigação é o reconhecimento de que os anos finais do Ensino Fundamental são uma etapa decisiva na formação dos sujeitos. É nesse período que muitos estudantes começam a construir sua visão de mundo, suas identidades sociais e seus projetos de vida. Negar-lhes o acesso ao pensamento sociológico é, de certo modo, limitar suas possibilidades de leitura crítica da realidade e de participação cidadã.

Por fim, a pesquisa se justifica por sua potência propositiva. Ao apresentar uma proposta preliminar para a inclusão da Sociologia no currículo da rede pública municipal de João Pessoa, o estudo não apenas denuncia uma ausência, mas aponta caminhos. Caminhos que nascem da escuta dos sujeitos, da análise crítica do contexto e do compromisso com uma educação que não se rende à lógica da exclusão, mas que insiste em formar sujeitos críticos, conscientes e socialmente engajados.

1.4 Objetivos da pesquisa

Esta pesquisa teve o propósito de analisar a relevância do ensino de Sociologia na educação básica, com ênfase nos anos finais do Ensino Fundamental. Partiu-se da compreensão de que essa disciplina, mesmo ausente formalmente do currículo, pode exercer um papel fundamental na formação crítica dos estudantes, contribuindo para a desconstrução de estigmas sociais, o fortalecimento da cidadania e o empoderamento juvenil. Como afirma Freire (1996), educar é um ato político, e a Sociologia, nesse contexto, é uma ferramenta de leitura e transformação da realidade.

Diante disso, definiu-se um objetivo geral, como também objetivos específicos que orientaram a investigação, delimitaram seu escopo e sustentaram a construção de uma proposta pedagógica voltada à valorização da Sociologia como ferramenta formativa. A formulação desses objetivos partiu da constatação de que a ausência da disciplina no currículo escolar não representa apenas uma omissão de conteúdo, mas uma negação simbólica de saberes capazes de contribuir para a leitura crítica da realidade. Como alerta Bourdieu (1998), a escola que não reconhece os saberes dos sujeitos tende a reproduzir desigualdades.

Assim, o objetivo geral consistiu em analisar a relevância da inclusão do ensino de Sociologia — disciplina ainda não ofertada — para alunos da educação básica, com foco nos anos finais do Ensino Fundamental, enfatizando seu potencial de desenvolver o pensamento crítico, desconstruir estigmas sociais e promover o empoderamento dos estudantes.

• Investigar a importância da Sociologia como ferramenta formativa na educação básica, especialmente no que se refere à construção de uma consciência crítica e cidadã;

• Compreender de que forma temas sociológicos são abordados – ou não – por professores, mesmo na ausência da disciplina formal no currículo;

• Analisar as percepções de estudantes, professores e gestores sobre os impactos dessas abordagens no processo de ensino-aprendizagem e na formação social dos alunos;

• Elaborar uma proposta preliminar de recomendação para a implementação eficaz do ensino de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública municipal de João Pessoa.

Além disso, os objetivos foram construídos com base em uma escuta sensível às vozes da escola. A vivência da pesquisadora no cotidiano escolar permitiu identificar demandas formativas que não encontram espaço no currículo tradicional, como o debate sobre identidade, desigualdade, preconceito e participação política. Assim, eles não apenas guiaram a investigação, mas também expressaram um compromisso ético com a realidade dos sujeitos envolvidos.

Outro aspecto importante foi o cuidado em articular os objetivos da pesquisa com os princípios de uma educação emancipadora. Inspirada em Paulo Freire, a pesquisa compreendeu que os objetivos não deveriam se limitar à descrição de uma realidade, mas também apontar possibilidades de transformação. Por isso, a proposta de inclusão da Sociologia no currículo foi pensada como um desdobramento natural dos objetivos específicos, conectando teoria e prática, análise e ação.

A definição dos objetivos também levou em conta a necessidade de dialogar com os profissionais da educação que, mesmo sem formação específica em Sociologia, já abordam temas sociológicos em suas aulas. Reconhecer essas práticas e compreendê-las como estratégias de resistência e criatividade pedagógica foram ações essenciais para a construção de um diagnóstico mais realista e propositivo. Os objetivos, portanto, buscaram valorizar essas experiências e integrá-las à proposta de fortalecimento curricular.

Por fim, os objetivos da pesquisa foram concebidos como instrumentos de incidência política. Ao propor uma recomendação concreta para a inclusão da Sociologia no currículo da rede municipal de João Pessoa, a pesquisa pretendeu ultrapassar os limites da reflexão acadêmica e contribuir efetivamente para o debate sobre políticas públicas educacionais. Nesse sentido, os objetivos não apenas orientaram o percurso metodológico, mas também expressaram a intenção de provocar mudanças estruturais no modo como se pensa e se organiza o currículo escolar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Estado da Arte e fundamentos legais e conceituais

O ensino de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental tem sido objeto de crescente atenção na literatura educacional, sobretudo pela sua relevância na formação crítica dos estudantes em contextos de vulnerabilidade social. Embora a disciplina esteja consolidada como obrigatória no Ensino Médio desde a Lei nº 11.684/2008, sua presença no Ensino Fundamental ainda é rara, frequentemente relegada à transversalidade ou ao apagamento completo. Essa ausência compromete a construção de uma educação voltada à emancipação dos sujeitos, especialmente em comunidades periféricas, onde os alunos enfrentam desigualdades estruturais e carecem de ferramentas teóricas para interpretar suas experiências.

Autores como Pierre Bourdieu e Paulo Freire oferecem referenciais fundamentais para compreender o papel da Sociologia na escola. Bourdieu (2006) destaca como as estruturas sociais reproduzem desigualdades por meio de mecanismos, como *habitus* e capital cultural, mas sua abordagem é criticada por um possível determinismo que obscurece a agência individual (Silva, 2017). Já Freire (1970, 1996) defende uma pedagogia libertadora, centrada no diálogo e na valorização dos saberes dos educandos, mas enfrenta questionamentos quanto à sua aplicabilidade em contextos educacionais diversos, especialmente aqueles marcados pela escassez de recursos e pela diversidade cultural (Costa, 2018). Essas tensões teóricas revelam a necessidade de metodologias que conciliem a crítica estrutural com a valorização da ação e da experiência dos sujeitos.

Pesquisas recentes reforçam o potencial da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental. A dissertação de Silva (2020) investigou métodos de ensino crítico em escolas públicas, evidenciando avanços na formação cidadã dos estudantes. Oliveira (2019) analisou práticas pedagógicas inclusivas e identificou impactos positivos no empoderamento discente. Souza (2021) demonstrou que metodologias participativas podem reduzir estigmas e promover inclusão social, destacando a importância de adaptar as práticas às realidades específicas dos alunos. Almeida (2019), por sua vez, examinou abordagens críticas voltadas para questões de gênero e raça, ressaltando tanto o potencial transformador dessas práticas quanto os desafios impostos por preconceitos institucionais e limitações curriculares.

Quadro 1 – Comparativo de aspectos presentes no Estado da Arte, visando ao ensino de Sociologia no Ensino Fundamental – Anos Finais

Autor / Obra	Contribuições Principais	Críticas / Limitações	Aplicações / Relevância para o Ensino Fundamental
Pierre Bourdieu (2006)	Conceitos de *habitus*, capital cultural e violência simbólica; análise da reprodução das desigualdades sociais.	Abordagem considerada excessivamente determinista; pode obscurecer a agência individual (Silva, 2017).	Ajuda a compreender como desigualdades se reproduzem no ambiente escolar, mas exige adaptação para valorizar a ação dos estudantes nos anos finais do Ensino Fundamental.
Paulo Freire (1970, 1996)	Pedagogia libertadora; defesa da educação dialógica e emancipadora; valorização dos saberes dos educandos.	Questionamentos sobre adaptabilidade em contextos com escassez de recursos e diversidade cultural (Costa, 2018).	Fundamenta práticas pedagógicas críticas e participativas, essenciais para alunos em processo de construção de identidade no Ensino Fundamental II.
Silva (2020)	Investigação de métodos de ensino crítico em escolas públicas.	Necessidade de maior aprofundamento em contextos regionais específicos.	Evidencia avanços na formação cidadã de estudantes do Fundamental, reforçando a importância da Sociologia como disciplina estruturada.
Oliveira (2019)	Estudo sobre práticas pedagógicas inclusivas e seu impacto no empoderamento dos alunos.	Limitações curriculares e institucionais dificultam a implementação plena.	Reforça a importância da inclusão e da valorização das experiências dos alunos nos anos finais do Fundamental.
Souza (2021)	Análise de metodologias participativas para redução de estigmas em escolas públicas.	Desafios na adaptação das metodologias às realidades locais.	Demonstra que práticas participativas fortalecem protagonismo discente e podem ser aplicadas no Fundamental II.
Almeida (2019)	Estudo sobre abordagens críticas na desconstrução de estigmas de gênero e raça.	Obstáculos relacionados a preconceitos institucionais e limitações curriculares.	Identifica potencial transformador das práticas críticas nos anos finais do Fundamental, mas ressalta desafios de implementação.

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

Em síntese, seguem algumas considerações acerca de aspectos presentes no **Estado da Arte** que deu base ao presente estudo.

- **Afinidades**: valorização do ensino crítico e participativo; protagonismo discente; necessidade de metodologias adaptativas e contextualizadas.
- **Divergências**: críticas ao determinismo estrutural de Bourdieu; questionamentos sobre a aplicabilidade da pedagogia freireana; variação na eficácia das práticas pedagógicas em diferentes contextos.
- **Lacunas**: escassez de pesquisas voltadas especificamente para os anos finais do Ensino Fundamental; ausência de estudos sobre comunidades vulneráveis de João Pessoa; necessidade de metodologias sociológicas adaptadas às realidades locais.

Como se vê, revisão da literatura sobre o ensino de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental evidencia tanto o potencial transformador da disciplina quanto os desafios que

ainda precisam ser superados. Em suma, os referenciais teóricos de Bourdieu e Freire oferecem bases sólidas para compreender a reprodução das desigualdades e a necessidade de uma pedagogia crítica e emancipadora. No entanto, as críticas ao determinismo estrutural de Bourdieu e os questionamentos sobre a aplicabilidade da pedagogia freireana em contextos diversos revelam que não basta apenas inserir a Sociologia no currículo: é necessário pensar em metodologias adaptativas, contextualizadas e centradas nos estudantes.

Compreende-se que práticas pedagógicas críticas e inclusivas podem promover empoderamento social e reduzir estigmas, mas também podem apontar limitações relacionadas a preconceitos institucionais, escassez de recursos e dificuldades de mensuração dos impactos. Essas contribuições revelam afinidades importantes (como a valorização do protagonismo discente e da participação ativa), mas também divergências e lacunas, sobretudo a ausência de estudos voltados para realidades regionais específicas.

É justamente nesse ponto que se insere a presente investigação. Ao direcionar o olhar para os anos finais do Ensino Fundamental em comunidades vulneráveis de João Pessoa, busca-se preencher uma lacuna ainda pouco explorada na produção acadêmica. A análise das afinidades e divergências já consolidadas, somada à identificação das lacunas, sustenta a hipótese de que a inclusão sistematizada da Sociologia nessa etapa pode contribuir significativamente para a desconstrução de estigmas e o fortalecimento da cidadania.

O levantamento da literatura mostra que, embora a Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental tenha grande potencial emancipador, sua implementação enfrenta desafios teóricos e práticos. Essas afinidades, divergências e lacunas — especialmente a ausência de estudos voltados para comunidades vulneráveis — reforçam a relevância da presente investigação, que busca compreender como a disciplina pode contribuir para a desconstrução de estigmas e o fortalecimento da cidadania em João Pessoa.

A literatura especializada aqui em pauta revela debates e também contradições (como já mencionado) que merecem atenção. Por exemplo, embora as contribuições de Bourdieu (2006) sejam fundamentais para a análise das desigualdades educacionais, algumas críticas às suas teorias apontam para uma ênfase excessiva nas estruturas sociais, o que pode obscurecer a agência individual e as variações contextuais na aplicação de seus conceitos (Bourdieu, 2006; Silva, 2017). Esse tensionamento teórico abre espaço para abordagens que valorizam os saberes locais e as experiências vividas, como propõem as epistemologias do Sul, ampliando o horizonte crítico do ensino de Sociologia.

Da mesma forma, as abordagens pedagógicas propostas por Freire têm sido questionadas quanto à sua adaptabilidade em diferentes contextos educacionais, especialmente em ambientes que enfrentam desafios específicos, como a falta de recursos e a diversidade cultural (Costa, 2018).

A revisão da literatura também revela refutações e contradições nas correntes teóricas. Por exemplo, algumas críticas à teoria de Bourdieu apontam que sua abordagem pode ser excessivamente determinista, não considerando adequadamente as possibilidades de agência e mudança social dos indivíduos (Silva, 2017).

Da mesma forma, a pedagogia de Freire tem sido questionada por sua aplicabilidade em contextos educacionais diversos e por sua potencial dificuldade em ser adaptada às realidades práticas das escolas (Costa, 2018). No entanto, essas contradições e debates são importantes para a construção da pesquisa, pois ajudam a identificar áreas nas quais o ensino de Sociologia pode ser aprimorado para melhor atender aos objetivos de desconstrução de estigmas e empoderamento social.

Trabalhos como a dissertação de Silva (2020), que investiga a aplicação de métodos de ensino crítico em escolas públicas, e a tese de Oliveira (2019), que explora o impacto de práticas pedagógicas inclusivas no empoderamento dos alunos, contribuem de forma considerável para a aplicação prática das teorias discutidas.

Analisando dissertações e teses sobre o tema, observa-se que muitos trabalhos focam na aplicação prática do ensino de Sociologia e seus impactos na formação dos alunos. A dissertação de Souza (2021), por exemplo, investiga como práticas pedagógicas inclusivas e participativas podem reduzir estigmas e promover o empoderamento social dos alunos em escolas públicas. Essa pesquisa destaca a importância de adaptar as metodologias de ensino às realidades e necessidades específicas dos alunos para maximizar o impacto educacional.

Outro estudo relevante é a tese de Almeida (2019), que examina a eficácia de abordagens pedagógicas críticas na desconstrução de estigmas relacionados a questões de gênero e raça. Almeida identifica que, embora as práticas pedagógicas críticas possam contribuir significativamente para o empoderamento dos alunos, a implementação efetiva ainda enfrenta desafios relacionados a preconceitos institucionais e limitações curriculares (Almeida, 2019, p. 167).

Esses estudos indicam afinidades, como a necessidade de práticas pedagógicas que sejam adaptativas e centradas no aluno. No entanto, também evidenciam lacunas significativas, como a falta de pesquisas específicas sobre a eficácia do ensino de Sociologia em contextos

regionais e a necessidade de mais investigações sobre como diferentes metodologias podem ser aplicadas para enfrentar estigmas e promover a inclusão social de forma mais eficaz.

Estudos anteriores revelam afinidades, como a importância do ensino crítico e participativo para promover mudanças sociais e a necessidade de metodologias adaptadas ao contexto dos alunos. No entanto, também destacam divergências, como a variação na eficácia das práticas pedagógicas em diferentes contextos educacionais e a dificuldade de medir o impacto real das intervenções.

Identificar essas afinidades e divergências é crucial para a pesquisa em questão, pois permite que a investigação se baseie em trabalhos existentes e contribua para o avanço do conhecimento. Além disso, a análise das lacunas, como a falta de estudos específicos sobre a aplicação de métodos de ensino sociológico em contextos regionais específicos, como comunidades fragilizadas socialmente em João Pessoa, Paraíba, orienta a pesquisa para áreas que ainda não foram suficientemente exploradas.

Com base nesse arcabouço teórico, a presente pesquisa parte da concepção de que a educação deve ser compreendida como prática emancipadora, capaz de promover o desenvolvimento crítico dos sujeitos e a transformação da realidade social. Paulo Freire (1996, p. 25) afirma que “ensinar exige respeito à autonomia do educando”, destacando a importância da escuta ativa e do diálogo como fundamentos de uma pedagogia libertadora. Nesse sentido, a escola não é neutra: ela constitui um espaço de disputa simbólica e política, onde se reproduzem ou se contestam as estruturas sociais vigentes.

Essa concepção freireana é reforçada por Candau (2008), que propõe uma pedagogia intercultural voltada para o reconhecimento da diversidade e da pluralidade dos sujeitos. Ao considerar a escola como espaço de convivência entre diferentes culturas, a autora defende que o currículo deve ser sensível às experiências dos estudantes, promovendo práticas que valorizem o diálogo e a escuta. Essa abordagem amplia o papel da educação como instrumento de justiça social, ao reconhecer que o conhecimento não é neutro, mas situado e atravessado por relações de poder.

A ideia de educação como prática crítica encontra respaldo também em Adorno (1995), que alerta para os riscos da formação acrítica e da adaptação conformista. Para o autor, a educação deve ser orientada pela capacidade de resistência ao autoritarismo e pela promoção da autonomia intelectual. Essa perspectiva converge com Freire ao afirmar que o ato de educar é inseparável do compromisso ético com a liberdade e com a dignidade humana.

A defesa de uma educação crítica e emancipadora também se articula com os princípios constitucionais e legais que regem a educação brasileira. Do ponto de vista legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996) estabelece, em seu artigo 2º, que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora não contemple a Sociologia como disciplina obrigatória nos anos finais do Ensino Fundamental, reconhece a importância da formação crítica e da abordagem de temas transversais como cidadania, diversidade e direitos humanos — elementos centrais ao campo sociológico.

Nesse contexto, a ausência da Sociologia no currículo formal dos anos finais do Ensino Fundamental representa uma lacuna que compromete a efetivação dos princípios legais e pedagógicos que orientam a educação pública. A inserção da disciplina, portanto, não se configura apenas como uma escolha didática, mas como uma exigência ética e política diante dos desafios contemporâneos da formação escolar. Tal compreensão encontra respaldo em Freire (1996, p. 25-26).

> Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, exige a corporificação das palavras pelo exemplo, exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação. Ensinar exige curiosidade, exige querer bem aos educandos.

Essa citação de Freire não é apenas uma inspiração teórica — ela é um chamado à prática. Ela nos lembra que ensinar é um ato profundamente humano, que exige presença, escuta e compromisso. E quando pensamos na Sociologia como parte do currículo, estamos justamente respondendo a esse chamado: criando possibilidades para que os estudantes construam conhecimento a partir de suas vivências, de seus territórios, de suas inquietações.

A Sociologia, nesse sentido, não é uma disciplina que se impõe — ela se propõe. Propõe o diálogo, a reflexão, o reconhecimento dos saberes dos educandos. Propõe uma escola que não apenas transmite conteúdos, mas que se abre para o mundo, para a vida, para a complexidade das relações sociais. E é nesse movimento que ela se torna ferramenta de emancipação.

Incluir a Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental é afirmar que os estudantes têm o direito de compreender o mundo em que vivem. É reconhecer que a formação cidadã não pode ser adiada, que ela precisa começar agora, enquanto os jovens ainda estão construindo

suas identidades, seus valores, seus projetos de vida. E é nesse momento que a escola pode fazer a diferença — não apenas ensinando, mas escutando, acolhendo e transformando.

2.1.2 A história da Sociologia no Brasil: entre heranças, rupturas e reinvenções

Ao olharmos para a trajetória da Sociologia no Brasil, é impossível não perceber que ela carrega marcas profundas da nossa formação histórica, política e cultural. Não nasceu em laboratório neutro, mas emergiu como ferramenta de interpretação e intervenção sobre uma sociedade marcada por desigualdades, exclusões e disputas de projeto. Como pesquisadora, convido você, leitor, a caminhar comigo por essa história — não como quem visita um museu, mas como quem revisita raízes para compreender os frutos que ainda queremos colher.

A Sociologia chega ao Brasil no final do século XIX, importada das tradições europeias, especialmente da França e da Alemanha. Nesse período, ela era vista como ciência da ordem, voltada à compreensão dos mecanismos sociais que sustentavam o Estado e a moral. Segundo Enno Liedke Filho (2005), "a Sociologia brasileira nasce sob forte influência positivista, com destaque para a obra de Auguste Comte, que inspirou inclusive a organização republicana do país".

No início do século XX, a Sociologia se institucionaliza como disciplina acadêmica, sobretudo nas universidades recém-criadas. É o que Liedke chama de "Sociologia de cátedra" — mais descritiva, voltada à formação das elites e à legitimação das estruturas sociais. Nomes como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues são expoentes dessa fase, marcada por uma leitura racializada e conservadora da sociedade brasileira.

Mas é a partir da década de 1930 que a Sociologia brasileira começa a se reinventar. Com a criação da Universidade de São Paulo e a vinda de professores estrangeiros, como Claude Lévi-Strauss, inicia-se um movimento de renovação teórica e metodológica. Florestan Fernandes emerge como figura central dessa virada. Em sua obra, ele afirma: "A Sociologia deve ser crítica, comprometida com a transformação social e com a superação das desigualdades" (Fernandes, 1976, p. 22).

Durante os anos 1960 e 1970, em plena ditadura militar, a Sociologia sofre censura e perseguição. Muitos intelectuais são exilados, e a disciplina é retirada do currículo escolar. No entanto, esse período também é fértil em produção crítica. A Sociologia se aproxima dos movimentos sociais, das comunidades eclesiais de base e das lutas populares. É nesse contexto

que autores como Paulo Freire e Maria Isaura Pereira de Queiroz ganham destaque, propondo uma Sociologia engajada e libertadora.

Com a redemocratização nos anos 1980, a Sociologia retorna ao ensino médio e se fortalece nas universidades. A Constituição de 1988 e a LDB de 1996 reconhecem a importância das ciências humanas na formação cidadã. A disciplina passa a dialogar com temas como gênero, raça, juventude, meio ambiente e direitos humanos. Como destaca o documento da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais), “a Sociologia brasileira contemporânea é plural, crítica e comprometida com a realidade social”.

Nos últimos anos, a Sociologia tem enfrentado novos desafios: cortes de verbas, ataques ideológicos e tentativas de desmonte curricular. Ainda assim, ela resiste. A presença da Sociologia no ensino básico, especialmente no ensino médio, é uma conquista histórica que precisa ser defendida. Como afirma a professora Marilena Chauí, “a Sociologia é uma forma de pensar contra o pensamento dominante” (Chauí, 2000, p. 45).

Hoje, a Sociologia brasileira se encontra em constante reinvenção. Ela dialoga com saberes periféricos, com epistemologias do Sul, com vozes antes silenciadas. A produção acadêmica se diversifica, e os currículos começam a incorporar temas como quilombismo, feminismo negro, ecologia política e juventudes urbanas. É uma Sociologia que não apenas interpreta o mundo, mas que se propõe a transformá-lo.

Encerrar essa breve história é reconhecer que ela está em aberto. A Sociologia no Brasil é feita por nós — professores, estudantes, pesquisadores, militantes. Ela é viva, pulsante, e precisa estar nas escolas, nas ruas, nas universidades. Como pesquisadora, reafirmo: contar essa história é também escrever o futuro da educação sociológica que queremos construir.

A consolidação da Sociologia como campo científico no Brasil também passa pela criação de instituições que fomentaram sua produção e circulação. A fundação da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) em 1977 e da SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia) em 1983 foram marcos importantes para a articulação de pesquisadores e para a defesa da autonomia científica frente às pressões políticas e mercadológicas. Como destaca a ANPOCS (2020), “essas entidades têm sido fundamentais na construção de uma Sociologia plural, crítica e comprometida com os desafios do país”.

Outro ponto que merece destaque é a relação entre a Sociologia e os currículos escolares. A disciplina foi retirada do ensino médio durante a ditadura militar e só retornou de forma obrigatória com a Lei nº 11.684/2008. Esse retorno não foi apenas uma conquista legal, mas também simbólica: significou o reconhecimento de que a formação cidadã exige o

desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência social. Como afirma o sociólogo Nelson Pretto, “ensinar Sociologia é ensinar a pensar o mundo para além do senso comum” (Pretto, 2011, p. 89).

No entanto, a presença da Sociologia na escola nunca foi pacífica. Em 2017, com a aprovação da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), a disciplina perdeu sua obrigatoriedade, sendo relegada à parte diversificada do currículo. Essa mudança gerou forte reação da comunidade acadêmica e de movimentos sociais, que denunciaram o esvaziamento das ciências humanas na formação básica. A SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) alertou que “a exclusão da Sociologia compromete a formação crítica e cidadã dos estudantes” (SBPC, 2017).

Apesar dos retrocessos, ela tem se reinventado nas escolas por meio de projetos interdisciplinares, práticas pedagógicas inovadoras e articulação com os territórios. Professores e professoras têm atuado como agentes de resistência, promovendo debates sobre desigualdade, racismo, gênero, meio ambiente e participação política. Como lembra Paulo Freire (1996), “a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. E é nesse espírito que a Sociologia escolar se mantém viva.

Por fim, é preciso reconhecer que a história da Sociologia no Brasil é também a de seus enfrentamentos. Enfrentamentos contra o autoritarismo, contra o silenciamento, contra a lógica da mercantilização da educação. Mas também é a história de encontros: com os saberes populares, com os movimentos sociais, com as juventudes que ousam perguntar “por quê?”. Como pesquisadora, sigo acreditando que a Sociologia é mais do que uma disciplina — é uma forma de ver, sentir e agir no mundo. E essa forma precisa estar nas escolas, nos currículos e, sobretudo, nos corações inquietos que não se contentam com o mundo como ele está.

2.1.3 O Caminho Histórico da Sociologia e seu Potencial para o Empoderamento Social na Educação Básica

O nascimento da Sociologia, enquanto disciplina científica, ocorreu no contexto das transformações sociais provocadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. Segundo Giddens (2005), “as mudanças sociais rápidas e profundas criaram a necessidade de compreender as novas formas de organização social”. Assim, a Sociologia surgiu como uma resposta intelectual aos desafios colocados pela modernidade.

Auguste Comte, considerado o “pai da Sociologia”, foi quem primeiro sistematizou essa ciência, propondo o positivismo como método de investigação social. Para Comte (2008, p. 45),

“o conhecimento científico deve orientar a reorganização social”. Sua proposta visava à construção de uma ordem social baseada na racionalidade, afastando-se das explicações teológicas e metafísicas que predominavam até então.

Entretanto, logo surgiram críticas ao positivismo, sobretudo por parte de Karl Marx, que propôs uma abordagem materialista e dialética para compreender a sociedade. Marx (2010, p. 33) afirmava que “não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, ao contrário, sua existência social que determina sua consciência”. Essa perspectiva revolucionária colocou a ênfase na luta de classes e na transformação social.

Emile Durkheim, por sua vez, buscou consolidar a Sociologia como uma disciplina autônoma, estabelecendo métodos específicos para o estudo dos fenômenos sociais. De acordo com Durkheim (2011, p. 79), “os fatos sociais devem ser tratados como coisas”, ou seja, como objetos externos e coercitivos, passíveis de análise científica. Essa concepção permitiu a construção de uma metodologia rigorosa no campo sociológico.

Enquanto Durkheim enfatizava a coesão social, Max Weber introduziu a compreensão das ações sociais a partir de uma perspectiva interpretativa. Segundo Weber (1999, p. 102), “o sentido atribuído pelos indivíduos às suas ações é fundamental para a compreensão da sociedade”. Assim, a Sociologia passou a incorporar uma dimensão subjetiva, articulando a análise estrutural com a interpretação dos significados sociais.

No decorrer do século XX, a Sociologia ampliou seus campos de estudo, incorporando questões relativas às desigualdades de gênero, raça e classe. A Escola de Frankfurt, representada por Adorno, Horkheimer e Marcuse, destacou a importância da crítica cultural e da emancipação social. Adorno (1995, p. 120) afirmava que “a educação deve ser um instrumento de emancipação e resistência à dominação”.

A trajetória histórica da Sociologia revela seu compromisso com a crítica social e a transformação das estruturas opressoras. Como destaca Bauman (1999, p. 11), “a Sociologia é uma forma de pensamento que desnaturaliza as condições sociais, mostrando que elas podem ser diferentes”. Esse potencial crítico torna a disciplina fundamental para o empoderamento social dos estudantes.

No Brasil, a Sociologia teve uma trajetória marcada por avanços e retrocessos, especialmente no que tange ao seu lugar no currículo escolar. Durante a década de 1930, com a Reforma Francisco Campos, a disciplina foi introduzida no ensino secundário, mas posteriormente foi retirada, retornando apenas na Constituição de 1988, que garantiu a educação como direito social (Silva, 2014).

A Lei nº 11.684/2008 representou um marco importante ao tornar obrigatória a Sociologia no Ensino Médio brasileiro. De acordo com Santos *et al.* (2024, p. 4), "essa medida buscou assegurar aos jovens uma formação crítica e cidadã, capaz de prepará-los para a participação ativa na sociedade". A presença da Sociologia na escola amplia as possibilidades de reflexão e intervenção social.

O ensino de Sociologia na Educação Básica é um espaço privilegiado para o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes. Como destaca Freire (1996, p. 32), "não há educação neutra: ela liberta ou oprime". Nesse sentido, o ensino sociológico contribui para a formação de sujeitos capazes de analisar e transformar as estruturas sociais que os cercam.

Ao longo de sua trajetória, a Sociologia desenvolveu conceitos fundamentais que ampliam a compreensão das desigualdades sociais. O conceito de "capital cultural", de Pierre Bourdieu, é um exemplo. Segundo Bourdieu (1989, p. 78), "o sucesso escolar é condicionado pela posse de capitais culturais, econômicos e sociais". Tal reflexão é essencial para que os estudantes compreendam as barreiras invisíveis que afetam suas trajetórias.

Outro conceito importante é o de "estigma", de Erving Goffman, que ilumina os processos de exclusão e discriminação social. De acordo com Goffman (1988, p. 23), "o estigma é um atributo profundamente desacreditador, que reduz o portador de uma identidade completa a uma pessoa diminuída". Compreender esses mecanismos é um passo essencial para a superação das opressões sociais.

A teoria da "imaginação sociológica", elaborada por C. Wright Mills, é central para o empoderamento social. Para ele, "a imaginação sociológica permite compreender a conexão entre experiências pessoais e estruturas sociais" (Mills, 1982, p. 14). Essa habilidade crítica é fomentada no ensino de Sociologia, incentivando os estudantes a analisarem suas vidas a partir de uma perspectiva mais ampla.

Além disso, a Sociologia promove a valorização da diversidade cultural e o respeito às diferenças. O reconhecimento das múltiplas identidades, como aponta Hall (1997, p. 25), "é essencial para compreender os processos de formação social e resistir às homogeneizações culturais". Esse aspecto é fundamental para a promoção de uma escola inclusiva e democrática.

A contribuição da Sociologia para o fortalecimento da cidadania crítica é inegável. Como destaca Bobbio (1986, p. 59), "a democracia necessita de cidadãos informados e críticos, capazes de participar ativamente das decisões políticas". Assim, o ensino sociológico prepara os estudantes para o exercício pleno da cidadania, estimulando a participação social e política.

A análise das instituições sociais é outro campo em que a Sociologia desempenha um papel fundamental na Educação Básica. Segundo Weber (1999, p. 147), “as instituições são produtos históricos das ações sociais, mas também moldam as condutas individuais”. Compreender essa dinâmica possibilita aos estudantes perceberem como as estruturas sociais influenciam suas vidas.

O ensino de Sociologia, ao proporcionar uma visão crítica sobre a sociedade, atua como um instrumento de resistência à alienação. Adorno (1995, p. 75) defende que “a educação deve promover a autonomia e a resistência à dominação”. Assim, a disciplina contribui para que os alunos desenvolvam uma postura ativa frente às injustiças e desigualdades.

No contexto atual, marcado pela disseminação de discursos autoritários e pela desinformação, a Sociologia assume uma função ainda mais relevante. Como alerta Chomsky (1989, p. 15), “os meios de comunicação podem manipular a opinião pública e legitimar interesses dominantes”. O ensino sociológico prepara os estudantes para uma leitura crítica da mídia e dos discursos sociais.

A interdisciplinaridade é uma característica importante da Sociologia, favorecendo o diálogo com outras disciplinas, como História, Geografia e Filosofia. Conforme argumento de Morin (2000, p. 18), “os saberes devem ser interligados para promover uma compreensão mais complexa e contextualizada da realidade”. Essa abordagem amplia as possibilidades de análise e intervenção dos estudantes.

O ensino de Sociologia na Educação Básica também fortalece o protagonismo juvenil, estimulando a participação dos estudantes em projetos sociais e ações coletivas. Como demonstra Gohn (2011, p. 67), “os movimentos sociais são espaços privilegiados de aprendizagem cidadã e política”. Ao compreenderem esses processos, os alunos se reconhecem como agentes de transformação social.

A presença da Sociologia na escola, contudo, enfrenta desafios relacionados à formação docente e à valorização da disciplina. Nogueira (2002, p. 35) destaca que “a ausência de professores especializados compromete a qualidade do ensino e sua função emancipatória”. É necessário, portanto, investir na qualificação dos profissionais que atuam nessa área.

As metodologias ativas no ensino de Sociologia potencializam seu caráter transformador. De acordo com Demo (2008, p. 41), “aprender pela pesquisa significa construir conhecimento de forma autônoma e crítica”. Ao desenvolver projetos de investigação social, os estudantes aplicam os conceitos sociológicos à realidade concreta, fortalecendo sua capacidade de análise e intervenção.

A experiência de projetos pedagógicos integrados à comunidade reforça o papel da Sociologia na formação cidadã. Como exemplifica Silva (2021, p. 12), “escolas que promovem intervenções sociais contribuem para a formação de estudantes mais críticos e participativos”. Essas vivências ampliam a compreensão sobre os desafios sociais e incentivam a busca por soluções coletivas.

Logo, o caminho histórico da Sociologia revela sua vocação para a crítica social e a emancipação humana. Na Educação Básica, o ensino sociológico se configura como uma ferramenta indispensável para o empoderamento dos estudantes, fortalecendo sua capacidade de compreender, questionar e transformar as estruturas sociais.

Assim, a valorização da Sociologia na escola é, antes de tudo, uma aposta na formação de sujeitos autônomos, críticos e solidários. Como sintetiza Freire (1996, p. 33), “educar é um ato político, e a neutralidade é impossível”. A presença da Sociologia no currículo escolar é, portanto, uma condição necessária para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

2.1.4 Compreensão de Temas e Conteúdos Sociológicos na Educação Básica

Ao longo desta pesquisa, os termos “temas sociológicos” e “conteúdos sociológicos” aparecem com frequência. Essa recorrência não é casual — ela expressa uma concepção de Sociologia como campo de saber que ultrapassa os limites disciplinares e se inscreve nas práticas escolares de forma transversal, crítica e situada. Mas é preciso esclarecer ao leitor o que se entende por esses termos, para que não haja dúvidas sobre sua aplicação e relevância.

Por “conteúdos sociológicos”, compreende-se o conjunto de conceitos, categorias e teorias que estruturam o campo da Sociologia como ciência. São conteúdos que permitem compreender as relações sociais, as instituições, os processos históricos, os conflitos, as desigualdades, os mecanismos de dominação e resistência. Autores como Giddens (2005), Bourdieu (1998) e Durkheim (1996) oferecem referenciais teóricos que ajudam a pensar a sociedade em suas múltiplas dimensões — política, econômica, cultural, simbólica.

Esses conteúdos, quando trabalhados na escola, não se limitam à memorização de definições. Eles ganham sentido quando articulados à realidade dos estudantes, às suas vivências, aos contextos que habitam. É nesse ponto que entram os “temas sociológicos”: questões que emergem do cotidiano, que atravessam os corpos e os territórios, e que podem ser

problematizadas à luz da Sociologia. Temas como desigualdade social, racismo, identidade, gênero, violência, participação política, consumo, mídia e cultura são exemplos recorrentes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora não contemple a Sociologia como disciplina obrigatória nos anos finais do Ensino Fundamental, reconhece a importância de abordar temas transversais como cidadania, diversidade, direitos humanos e cultura. Esses temas, quando tratados com intencionalidade crítica, tornam-se portas de entrada para o pensamento sociológico. Como afirma Arroyo (2013), o currículo não é apenas um conjunto de conteúdos — é um projeto político que define o que se ensina, para quem e com que finalidade.

A abordagem de temas sociológicos na escola, portanto, não depende exclusivamente da presença formal da disciplina. Ela pode se manifestar em práticas pedagógicas que promovem o diálogo, a escuta, a problematização da realidade. Quando um professor de História discute os impactos do colonialismo na formação das desigualdades raciais, ou quando uma professora de Geografia analisa a segregação urbana, estão sendo mobilizados conteúdos sociológicos — mesmo que não nomeados como tal.

Freire (1996) nos lembra que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e compromisso com a transformação da realidade. Os temas sociológicos, nesse sentido, não são apenas objetos de estudo — são convites à reflexão, à ação, à construção de uma consciência crítica. Eles permitem que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos, inseridos em estruturas sociais que podem ser compreendidas e transformadas.

É importante destacar que a Sociologia escolar não se confunde com o ensino universitário da disciplina. Na Educação Básica, os conteúdos sociológicos devem ser trabalhados de forma acessível, contextualizada e significativa. Como aponta Charlot (2000), o conhecimento escolar precisa dialogar com os sentidos que os estudantes atribuem à escola e à aprendizagem. Isso exige uma mediação pedagógica sensível, que valorize os saberes dos alunos e promova a construção coletiva do conhecimento.

Ao falar em “temas sociológicos”, esta pesquisa está se referindo a questões que emergem da vida concreta dos estudantes e que podem ser problematizadas com base em categorias sociológicas. Ao falar em “conteúdos sociológicos”, está se referindo aos conceitos e teorias que permitem compreender essas questões em profundidade. Ambos são necessários — o tema provoca, o conteúdo sustenta, e juntos constroem uma prática educativa crítica e emancipadora.

Essa distinção é fundamental para compreender a proposta desta pesquisa. Não se trata de defender a inserção de uma disciplina conteudista, voltada à reprodução de teorias abstratas.

Trata-se de afirmar a importância de uma abordagem sociológica que permita aos estudantes compreenderem o mundo em que vivem, questionarem as estruturas que os atravessam e se posicionarem diante das injustiças que enfrentam.

Por isso, ao longo da dissertação, quando se fala em "temas sociológicos" ou "conteúdos sociológicos", está se fazendo referência a esse movimento: o de articular teoria e prática, conceito e vivência, escola e mundo. É nesse movimento que a Sociologia revela sua potência formativa — não como saber distante, mas como ferramenta de leitura crítica da realidade.

2.1.5 Educação Sociológica e Emancipadora: Empoderamento Social e Formação Cidadã

Quando pensamos em educação em contextos de vulnerabilidade social, o que realmente está em jogo? Mais do que ensinar conteúdos, trata-se de promover consciência crítica e emancipação. Paulo Freire (1996) nos lembra que "a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. E pessoas transformam o mundo". Essa frase, tão potente, nos convida a olhar para o estudante como sujeito ativo, capaz de compreender e transformar sua realidade — e não apenas como alguém que recebe informações.

A escola, nesse sentido, precisa ser mais do que um espaço de instrução técnica. Ela deve ser lugar de escuta, de diálogo, de reconhecimento. Miguel Arroyo (2007) reforça essa ideia ao afirmar que a escola pública deve acolher as identidades dos sujeitos, especialmente daqueles que historicamente foram excluídos. Você já parou para pensar quantos saberes populares e vivências comunitárias são ignorados no cotidiano escolar? E como seria se esses saberes fossem legitimados como parte do processo formativo?

Dermeval Saviani (2008) propõe uma pedagogia histórico-crítica que articula os conteúdos escolares com a realidade social. Isso significa que o conhecimento sistematizado não deve ser desconectado das experiências concretas dos alunos. Em comunidades como o bairro do Roger, onde está situada a Escola Municipal Frei Afonso, essa articulação é urgente. Os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental enfrentam múltiplas formas de exclusão — econômica, cultural, racial — e precisam de uma escola que os ajude a compreender essas estruturas e a construir estratégias de enfrentamento.

É nesse cenário que a Sociologia se apresenta como uma aliada poderosa. Ela oferece ferramentas para ler criticamente a realidade e para construir uma cidadania ativa. Mas o que significa, afinal, empoderamento social? Neste trabalho, entendemos como o processo pelo qual os estudantes ampliam sua capacidade de compreender, questionar e transformar as estruturas

que os afetam. É quando eles deixam de se ver como vítimas isoladas e passam a se reconhecer como parte de um coletivo capaz de agir.

E os estigmas? Goffman (1988) nos ensina que são marcas simbólicas que desqualificam determinados grupos perante a sociedade. Estigmas relacionados à pobreza, à cor da pele, à orientação sexual ou à origem territorial são construções culturais que afetam profundamente a autoestima e as oportunidades dos sujeitos. Ao problematizar essas marcas em sala de aula, a Sociologia contribui para sua desconstrução, promovendo um ambiente mais justo e acolhedor.

Quando o estudante compreende que o desemprego, a violência ou o preconceito não são falhas pessoais, mas expressões de desigualdades estruturais, algo muda. Mills (1982) chama isso de imaginação sociológica — a capacidade de conectar biografia e estrutura social. Essa habilidade amplia a visão de mundo e estimula o engajamento político. E você, leitor, consegue perceber como essa compreensão pode transformar a forma como os jovens se posicionam diante da vida?

A cidadania crítica não se limita ao conhecimento de direitos. Ela exige ação consciente, participação, envolvimento. Projetos de intervenção social, como ações de combate à violência ou de valorização cultural, mostram como o saber sociológico pode ser vivido na prática. Quando o aluno vê seu conhecimento aplicado à realidade, ele se sente pertencente, responsável, protagonista.

A integração entre diferentes disciplinas é outro aspecto que potencializa o ensino de Sociologia e seu impacto no empoderamento dos estudantes. Edgar Morin (2000) defende uma abordagem transdisciplinar, capaz de conectar saberes e promover uma compreensão mais complexa da realidade. Essa perspectiva amplia as possibilidades de intervenção social dos jovens, ao articular os conhecimentos sociológicos com áreas como História, Geografia, Filosofia e até mesmo Artes. Seria possível imaginar o que acontece quando os estudantes conseguem relacionar os conteúdos escolares com os desafios que enfrentam em suas comunidades?

A Sociologia também desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania crítica, ao oferecer instrumentos teóricos e metodológicos para a análise das instituições sociais. Max Weber (1922) destaca que compreender as estruturas burocráticas é essencial para a participação cidadã. Ao estudar temas como Estado, poder e democracia, os estudantes se preparam para exercer seus direitos e deveres de forma mais consciente. Essa formação é especialmente relevante em um contexto de desilusão com as instituições democráticas, onde muitos jovens se sentem alheios às decisões que impactam suas vidas.

O estímulo à participação política dos estudantes, promovido pelo ensino de Sociologia, é essencial para reverter esse cenário. Norberto Bobbio (1986) argumenta que a democracia só se sustenta com cidadãos bem informados e engajados. Ao formar sujeitos críticos e atuantes, a Sociologia contribui diretamente para o fortalecimento das práticas democráticas e para a construção de uma sociedade mais justa. E aqui vale uma pergunta provocadora: como formar cidadãos engajados se a escola não lhes oferece ferramentas para compreender o mundo em que vivem?

Defender o ensino de Sociologia na educação básica ainda nos anos finais do Ensino Fundamental é, portanto, defender o direito dos estudantes ao desenvolvimento pleno de sua consciência social. Como afirma Djamila Ribeiro (2017), "não há mudança sem consciência crítica". Ao proporcionar essa consciência, a Sociologia oferece aos alunos a possibilidade de romper com ciclos de exclusão e de construir novos horizontes para suas vidas e comunidades. Trata-se de um processo que começa com o reconhecimento da própria história e se projeta na construção de futuros possíveis.

Outro aspecto relevante é o estímulo à construção de projetos de vida que transcendam as limitações impostas pelas desigualdades estruturais. Quando os estudantes compreendem que são produtos e produtores da sociedade, como defendia Florestan Fernandes (1976), passam a vislumbrar novas possibilidades de atuação social, reconhecendo-se como agentes históricos capazes de transformar sua realidade. Esse reconhecimento é libertador — e profundamente político.

A partir dessa perspectiva, o ensino de Sociologia se revela uma prática pedagógica ética e transformadora, comprometida com a formação de sujeitos autônomos e críticos. Como destaca Paulo Freire (1996), a educação não é neutra: ou liberta ou oprime. O ensino sociológico, ao optar pelo caminho da libertação, promove uma escola que não apenas prepara para o mercado de trabalho, mas que também forma cidadãos capazes de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

É preciso reforçar, no entanto, que esse potencial não se realiza automaticamente. Ele depende de escolhas pedagógicas conscientes e comprometidas. Professores, gestores e formuladores de políticas educacionais precisam reconhecer o valor da Sociologia e garantir as condições para sua efetiva implementação. Só assim será possível concretizar o ideal de uma educação que, mais do que instruir, emancipa.

Dessa forma, o ensino de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental se configura como um instrumento indispensável para o empoderamento social dos estudantes,

promovendo não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a formação ética, política e cidadã. Trata-se de um compromisso com a construção de um futuro no qual os jovens possam, de fato, ser protagonistas da transformação social em suas comunidades e na sociedade como um todo.

Mas esse compromisso exige coragem. Coragem para enfrentar os discursos que tentam deslegitimar as ciências humanas, coragem para defender uma escola que não se limita ao desempenho, mas que valoriza o pensamento crítico. Como lembra Saviani (2008), a educação é sempre um ato político — e escolher ensinar Sociologia é escolher formar sujeitos capazes de pensar, agir e transformar.

Além disso, é fundamental que os currículos escolares reconheçam a diversidade dos territórios e das experiências dos estudantes. A Sociologia, ao valorizar os saberes locais e as culturas populares, contribui para uma escola mais democrática e inclusiva. Candau (2017) defende uma pedagogia comprometida com os direitos humanos, que reconheça as diferenças como potência e não como ameaça. E você, leitor, consegue imaginar o impacto de uma escola que legitima as vozes historicamente silenciadas?

Por fim, é necessário lembrar que o empoderamento social não é um destino, mas um processo. Um processo que se constrói no cotidiano escolar, nas relações entre professores e alunos, nas escolhas curriculares e nas práticas pedagógicas. A Sociologia, quando ensinada com compromisso e sensibilidade, torna-se uma ferramenta viva — capaz de transformar não apenas os estudantes, mas também os educadores, a escola e a comunidade.

2.1.6 A Sociologia como campo formativo

A Sociologia, enquanto campo formativo, oferece aos estudantes ferramentas para compreender o mundo social e suas contradições. C. Wright Mills (2009, p. 15) introduz o conceito de “imaginação sociológica”, que permite conectar experiências pessoais a estruturas sociais, promovendo consciência crítica. Essa capacidade de perceber que os problemas individuais estão frequentemente enraizados em questões coletivas e estruturais é essencial para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e reflexiva.

Zygmunt Bauman (2005, p. 8), por sua vez, destaca que a Sociologia possibilita a compreensão dos dilemas da modernidade líquida, marcada pela instabilidade das relações, pela fluidez dos vínculos sociais e pela fragilidade das instituições. Já Giddens (2005) enfatiza que

ela permite compreender as interações entre agência e estrutura, revelando como os indivíduos são simultaneamente construtores e produtos da sociedade.

E, quando levo esses conceitos para dentro da sala de aula, percebo o quanto eles fazem sentido para os estudantes. Quando discutimos, por exemplo, por que certos bairros têm menos acesso a serviços públicos, ou por que algumas vozes são mais ouvidas que outras, os alunos começam a conectar suas vivências às estruturas sociais. E esse momento é precioso. É quando a Sociologia deixa de ser um conteúdo e se torna uma lente — uma forma de ver o mundo com mais clareza, mais profundidade, mais empatia.

A imaginação sociológica, nesse contexto, não é apenas uma habilidade intelectual. Ela é uma ferramenta de empoderamento. Quando os estudantes percebem que suas experiências não são isoladas, mas fazem parte de um sistema maior, eles deixam de se culpar por situações que não controlam e começam a pensar em formas de transformação. E isso é revolucionário. Porque uma juventude que compreende o mundo é uma juventude que pode mudá-lo.

A Sociologia também nos ajuda a romper com os estereótipos que atravessam a escola. Ao discutir temas como desigualdade, racismo, gênero e violência, criamos espaços para que os estudantes se reconheçam, se expressem e se posicionem. E mais do que isso: criamos espaços para que eles escutem o outro, para que compreendam realidades diferentes das suas, para que construam pontes em vez de muros. A Sociologia, nesse sentido, é também uma prática de convivência.

Gohn (2011) nos lembra que o conhecimento sociológico favorece a compreensão dos movimentos sociais e das formas de resistência popular. E isso é fundamental para que os estudantes entendam que a história não é feita apenas por grandes líderes, mas também por pessoas comuns que se organizam, que lutam, que resistem. Ao trazer essas narrativas para o currículo, a Sociologia amplia o repertório dos alunos e os convida a pensar sobre seu papel na sociedade.

Por isso, defendo que a Sociologia deve estar presente desde cedo na formação escolar. Porque ela não apenas ensina conceitos — ela ensina a pensar, a questionar, a sentir. Ela nos convida a olhar para o mundo com olhos mais atentos e coração mais aberto. E, quando a escola assume esse compromisso, ela deixa de ser apenas um lugar de instrução e se torna um espaço de formação humana, crítica e cidadã.

> Vivemos num mundo repleto de incertezas e fragmentações em função da redefinição imposta pela modernidade líquida. É uma época de liquidez, de fluidez, de volatilidade, de incerteza e insegurança. É nesta época que toda a fixidez e todos os referenciais morais da época anterior, denominada pelo autor como modernidade

> sólida, são retiradas de palco para dar espaço à lógica do agora, do consumo, do gozo e da artificialidade (Bauman, 2005, p. 8).

Essa urgência se intensifica quando olhamos para o tempo em que vivemos. Um tempo marcado por incertezas, por vínculos frágeis, por uma sensação constante de instabilidade. Baumann (2005) chama esse fenômeno de modernidade líquida – uma época em que tudo parece escorregar pelas mãos, inclusive os valores, os afetos e os projetos de vida. É nessa lógica do agora, do consumo e da artificialidade que nossos estudantes estão imersos, muitas vezes sem ferramentas para compreender ou resistir.

E é justamente nesse ponto que a Sociologia revela sua força: ela não se limita a explicar o mundo, ela nos convida a transformá-lo. Quando os estudantes começam a perceber que os problemas que enfrentam — como o preconceito, a exclusão ou a falta de oportunidades — não são apenas questões individuais, mas expressões de estruturas sociais, algo se desloca. Eles deixam de se ver como culpados e passam a se reconhecer como sujeitos históricos, capazes de compreender e intervir na realidade.

Essa virada de consciência é profundamente pedagógica. Ela rompe com a lógica da culpabilização e abre espaço para a construção de uma ética da solidariedade. Ao estudar os mecanismos que produzem desigualdades, os alunos também aprendem a se posicionar diante delas. E esse posicionamento não é apenas teórico — ele se manifesta nas relações cotidianas, nas escolhas, nas atitudes. A Sociologia, nesse sentido, é também uma prática de cidadania.

Durante as rodas de conversa realizadas na pesquisa, ouvi estudantes dizendo que nunca tinham pensado sobre certos temas “desse jeito”. Um deles comentou: “Eu achava que era só comigo, mas agora vejo que tem a ver com o sistema.” Essa fala, simples e potente, revela o impacto da abordagem sociológica na formação dos jovens. Ela mostra que quando o conhecimento se conecta com a vida, ele deixa de ser abstrato e se torna ferramenta de empoderamento.

A escola, então, precisa reconhecer que formar para a cidadania não é apenas ensinar direitos e deveres — é criar condições para que os estudantes compreendam o mundo em que vivem, questionem as injustiças e se sintam parte da construção de alternativas. E a Sociologia oferece exatamente isso: um repertório teórico e metodológico que permite pensar criticamente, dialogar com a diversidade e agir com responsabilidade social.

Por isso, incluir a Sociologia no currículo dos anos finais do Ensino Fundamental é mais do que uma decisão pedagógica — é um gesto de compromisso com a democracia. É afirmar que todos os estudantes, independentemente de sua origem, têm o direito de compreender as

estruturas que moldam suas vidas. E mais: têm o direito de imaginar outros mundos possíveis. A Sociologia, nesse contexto, não é apenas uma disciplina — é uma janela aberta para a liberdade.

2.1.7 O potencial da Sociologia para o empoderamento social dos estudantes do Ensino Fundamental

O ensino de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental representa uma oportunidade potente de formação crítica desde a adolescência. Mais do que transmitir conceitos teóricos, essa abordagem permite que os estudantes compreendam os fenômenos sociais que atravessam suas vidas cotidianas. Como aponta Bourdieu (1989), a escola é um espaço de reprodução social, mas também de contestação das estruturas de poder. Ao desnaturalizar desigualdades, a Sociologia ajuda os adolescentes a reconhecerem seu lugar na sociedade e a desenvolverem consciência crítica. Esse processo é essencial para o empoderamento, pois, como afirma Freire (1996), toda educação é um ato político.

A perspectiva sociológica também contribui para a desconstrução de estigmas sociais, muitas vezes internalizados desde a infância. Goffman (1988) mostra como os rótulos sociais são construções culturais reforçadas por instituições como a escola. Ao estudar esses mecanismos, os estudantes desenvolvem uma visão crítica sobre preconceitos de classe, raça e gênero. Essa reflexão os capacita a questionar discursos hegemônicos e a se posicionar diante das opressões. A Sociologia, nesse sentido, não apenas informa — ela liberta.

O conceito de “imaginação sociológica”, de Mills (1982), é central nesse processo. Ele permite que os estudantes conectem suas experiências individuais a estruturas sociais mais amplas. Problemas como evasão escolar ou violência urbana deixam de ser vistos como falhas pessoais e passam a ser compreendidos como expressões de desigualdades estruturais. Essa mudança de perspectiva estimula uma postura ativa, na qual o estudante se reconhece como agente de transformação. Como afirma Berth (2018), o empoderamento nasce quando as pessoas reconhecem seu poder coletivo.

A Sociologia também fortalece a participação política — elemento essencial para uma cidadania crítica. Adorno (1995) defende que a educação deve formar sujeitos autônomos, capazes de intervir na sociedade. Ao debater temas como democracia, direitos humanos e justiça social, os estudantes desenvolvem ferramentas para atuar em suas comunidades. Em tempos de crescente apatia política juvenil, a Sociologia se apresenta como um antídoto contra a alienação.

Embora a Lei nº 11.684/2008 tenha tornado a Sociologia obrigatória no Ensino Médio, seu potencial formativo não deve se restringir a esse segmento. Como aponta Santos (2024), é preciso superar abordagens superficiais que reduzem a disciplina à memorização de teorias. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a Sociologia pode ser ensinada de forma dialógica, conectada à realidade dos estudantes. Só assim cumprirá sua função emancipadora desde os primeiros anos da adolescência.

O empoderamento social também passa pelo reconhecimento das desigualdades estruturais. Piketty (2014) demonstra como a concentração de riqueza se perpetua por meio de mecanismos educacionais. Ao discutir essas dinâmicas, a Sociologia revela aos estudantes as barreiras invisíveis que os cercam. Essa compreensão é o ponto de partida para a mobilização coletiva. Como afirma Djamila Ribeiro (2017), “não há mudança sem consciência crítica”.

A desconstrução de estereótipos é outro eixo fundamental do ensino sociológico. Beauvoir (1949) já alertava sobre a naturalização dos papéis de gênero na educação. Ao problematizar essas construções, os estudantes questionam normas sociais opressivas. Essa reflexão é especialmente relevante em um contexto de retrocessos nos direitos civis. A Sociologia, nesse cenário, atua como instrumento de resistência.

A crítica de Freire (1996) à “educação bancária” também se aplica aqui. Quando bem ensinada, a Sociologia rompe com essa lógica transmissiva e estimula a problematização da realidade. Essa abordagem dialógica é essencial para o empoderamento, pois coloca o estudante como sujeito ativo do processo de aprendizagem. A sala de aula, então, se transforma em espaço de debate e construção coletiva.

A noção de “capital cultural”, desenvolvida por Bourdieu (1989), ajuda a compreender as desigualdades educacionais. Ao perceberem como o acesso à cultura é socialmente condicionado, os estudantes questionam a ideia de meritocracia. Essa crítica é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa. Como mostra Almeida (2018), o racismo e o classismo são estruturas que a Sociologia ajuda a desvelar.

A formação de uma consciência crítica também depende da articulação entre teoria e prática. Gramsci (1971) defendia que a educação deve formar “intelectuais orgânicos”, capazes de transformar a realidade a partir do conhecimento. Quando aplicada a projetos comunitários, a Sociologia cumpre esse papel. Pesquisas sobre o bairro, debates sobre políticas públicas ou ações de intervenção social são exemplos de como o conhecimento pode se tornar ação.

O estudo dos movimentos sociais é outro eixo potente para o empoderamento. Gohn (2011) mostra como essas mobilizações transformaram a história brasileira. Ao analisar lutas

por moradia, educação e trabalho, os estudantes reconhecem o poder da ação coletiva. Essa compreensão os inspira a se engajar em causas sociais, tornando-se sujeitos históricos e não apenas espectadores.

Por fim, a Sociologia contribui para a construção de identidades políticas. Hall (1992) argumenta que as identidades são formadas em relação a contextos sociais mais amplos. Ao refletirem sobre suas trajetórias, os estudantes desenvolvem senso de pertencimento e agência. Esse processo é fundamental para que se reconheçam como protagonistas de suas histórias — e da história coletiva.

A crítica aos meios de comunicação é uma frente essencial no ensino de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental. Chomsky (1989) analisa como a mídia pode manipular a opinião pública, moldando percepções e naturalizando desigualdades. Ao desenvolver uma leitura crítica desses discursos, os estudantes tornam-se menos vulneráveis à desinformação — uma habilidade crucial em tempos de *fake news* e polarização política.

Apesar de sua relevância, a Sociologia ainda enfrenta resistência em algumas escolas, sendo equivocadamente rotulada como “doutrinadora”. Essa acusação ignora seu caráter científico e seu compromisso com o pensamento autônomo. Como defende Weber (1922), a ciência social deve buscar a neutralidade axiológica, promovendo o debate racional sem impor valores. O verdadeiro ensino sociológico não doutrina — ele convida à reflexão.

A interdisciplinaridade é uma das grandes potências da Sociologia na Educação Básica. Ela dialoga com História, Filosofia, Geografia e outras áreas, oferecendo uma visão integrada da realidade. Essa abordagem holística, defendida por Morin (2000), é essencial para uma educação que forme sujeitos capazes de compreender a complexidade do mundo. Ao conectar diferentes saberes, os estudantes desenvolvem uma compreensão mais ampla e crítica da sociedade.

Avaliar o impacto do ensino de Sociologia ainda é um desafio. Pesquisas como a de Silva (2021) indicam que estudantes com acesso à disciplina tendem a apresentar maior engajamento político e sensibilidade social. No entanto, é necessário desenvolver metodologias que permitam mensurar seus efeitos no longo prazo. Esses dados são fundamentais para fortalecer a presença da disciplina no currículo e justificar sua ampliação para os anos finais do Ensino Fundamental.

A formação docente é outro ponto crítico. Professores sem formação específica, muitas vezes, reduzem a Sociologia a um conteúdo enciclopédico, descolado da realidade dos estudantes. Para Nogueira (2002), é urgente investir em formação continuada, garantindo

práticas mais reflexivas, dialógicas e menos conteudistas. Só assim será possível alcançar o potencial emancipatório da disciplina.

As políticas educacionais recentes, como a Reforma do Ensino Médio, também impactam o lugar da Sociologia na escola. A flexibilização curricular pode marginalizar ainda mais as Ciências Humanas, comprometendo a formação cidadã. Diante desse cenário, é fundamental a mobilização de educadores, pesquisadores e gestores. Como alerta Frigotto (2018), o enfraquecimento das humanidades empobrece a democracia.

Por outro lado, experiências bem-sucedidas demonstram o poder transformador da Sociologia. Escolas que adotam metodologias ativas — como projetos de intervenção social, rodas de diálogo e pesquisas de campo — têm alcançado resultados significativos. Essas práticas corroboram a tese de Demo (2008), segundo a qual a educação é um processo de construção coletiva. Quando os estudantes veem seu conhecimento aplicado à realidade, sentem-se verdadeiramente empoderados.

O empoderamento social também passa pelo reconhecimento das diversidades. A Sociologia permite discutir, de forma crítica, questões étnico-raciais, de gênero e de sexualidade. Esses debates são fundamentais para a construção de uma escola inclusiva, como defende Candau (2017). Ao valorizar as diferenças, a disciplina contribui para uma sociedade menos excludente e mais democrática.

Em um contexto de crise democrática, o ensino de Sociologia torna-se ainda mais urgente. Ele oferece ferramentas para compreender e resistir a discursos autoritários. Como afirma Bobbio (1986), a democracia exige cidadãos informados e críticos. A escola, portanto, tem o dever de formar esses sujeitos. A defesa da Sociologia é, nesse sentido, uma defesa da democracia. Como ensinou Florestan Fernandes (1976), a Sociologia é uma arma para a transformação social.

O empoderamento dos estudantes também passa pela valorização de suas experiências locais e comunitárias. Como aponta Freire (1996), a educação deve partir da realidade concreta dos educandos, legitimando seus saberes e promovendo a conscientização. Ao trazer para o debate temas como desigualdade, violência e identidade cultural, a Sociologia transforma o olhar dos estudantes sobre sua própria comunidade.

Nesse processo, o conhecimento sociológico funciona como catalisador da participação ativa dos jovens na vida pública. Ao compreenderem os mecanismos estruturais que condicionam suas trajetórias, os estudantes percebem que não estão sozinhos — compartilham

vivências com outros sujeitos. Essa percepção, como defende Berth (2018), é essencial para a formação de um poder coletivo capaz de impulsionar transformações sociais.

Além disso, a Sociologia fomenta a capacidade de pensar criticamente sobre a realidade. A teoria crítica de Adorno (1995) reforça que o papel da educação não é apenas transmitir conteúdos, mas incentivar a autonomia intelectual e a resistência à dominação cultural. Assim, os estudantes deixam de ser reprodutores de normas e passam a atuar como sujeitos ativos.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da identidade dos estudantes. Hall (1992) argumenta que a identidade é uma construção histórica e cultural. Ao problematizar estereótipos e preconceitos, os estudantes são incentivados a ressignificar suas trajetórias, reconhecendo a pluralidade das experiências humanas.

Por fim, a compreensão crítica das desigualdades sociais emerge como um pilar central do empoderamento promovido pela Sociologia. Piketty (2014) demonstra como a reprodução das desigualdades econômicas está profundamente ligada aos sistemas educacionais. Ao evidenciar essa realidade, a Sociologia capacita os estudantes a questionar os mitos da meritocracia e a reivindicar políticas públicas mais justas e igualitárias.

Além de desvelar as desigualdades estruturais, a Sociologia oferece aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental ferramentas analíticas para compreender os processos históricos e políticos que moldam suas vidas. Gramsci (1971) destaca a importância de formar intelectuais orgânicos, capazes de articular teoria e prática social. Nesse sentido, o ensino sociológico estimula os estudantes a participarem de movimentos sociais e iniciativas coletivas voltadas à transformação de sua realidade.

A participação em projetos sociais e atividades comunitárias, incentivada por práticas pedagógicas sociológicas, fortalece o sentimento de pertencimento e responsabilidade social entre os adolescentes. Gohn (2011) aponta que os movimentos sociais são espaços privilegiados de aprendizagem política e construção de cidadania. Quando os estudantes se engajam nessas experiências, vivenciam concretamente o potencial transformador do conhecimento sociológico.

Outro aspecto fundamental é o papel da Sociologia na desconstrução de preconceitos relacionados a gênero, raça e sexualidade. Como já alertava Beauvoir (1949), os papéis de gênero são construções sociais que podem — e devem — ser desnaturalizadas pela educação. Ao abordar essas questões em sala de aula, a Sociologia contribui para a construção de um ambiente mais inclusivo e respeitoso, formando sujeitos sensíveis à diversidade e comprometidos com a justiça social.

A crítica aos discursos midiáticos também é essencial para o empoderamento dos estudantes, especialmente em tempos de desinformação e fake news. Chomsky (1989) argumenta que a mídia exerce papel central na formação da opinião pública, muitas vezes, manipulando informações em favor de interesses específicos. Ao desenvolver uma leitura crítica da mídia, o ensino de Sociologia prepara os estudantes para resistirem à manipulação e atuarem como consumidores conscientes de informação.

Nesse contexto, o conceito de imaginação sociológica, desenvolvido por Mills (1982), assume papel decisivo. Ele permite aos estudantes conectar suas experiências individuais a processos sociais mais amplos, compreendendo que seus desafios não são falhas pessoais, mas expressões de determinações estruturais. Essa compreensão amplia sua visão de mundo e os impulsiona a buscar alternativas coletivas para os problemas sociais.

A adoção de metodologias ativas no ensino de Sociologia — como estudos de caso, debates e projetos de intervenção — potencializa ainda mais o empoderamento discente. Segundo Demo (2008), a educação pela pesquisa transforma os estudantes em protagonistas do processo de aprendizagem, estimulando a curiosidade, a autonomia e o pensamento crítico. Assim, o conhecimento sociológico se torna uma ferramenta viva e dinâmica na formação dos jovens.

No entanto, o pleno exercício desse potencial depende da valorização da disciplina no currículo escolar. Como adverte Frigotto (2018), reformas educacionais que restringem o espaço das ciências humanas comprometem a formação cidadã. Defender o ensino de Sociologia é, portanto, defender a democracia e os direitos humanos.

A formação inicial e continuada dos professores também é um ponto central. Nogueira (2002) enfatiza que o ensino de Sociologia exige uma abordagem crítica e reflexiva, o que demanda docentes bem preparados e comprometidos com a transformação social. Investir na qualificação docente é condição essencial para que a disciplina cumpra sua função emancipadora.

Experiências bem-sucedidas em escolas que valorizam a Sociologia demonstram que é possível construir práticas pedagógicas significativas e transformadoras. Candau (2017) destaca a importância de uma educação pautada na diversidade e na valorização das culturas locais. Ao promover essa perspectiva, a Sociologia contribui para uma escola mais democrática e inclusiva, onde todos os estudantes se sentem reconhecidos e valorizados.

Nesse processo, o conceito de capital cultural, de Bourdieu (1989), é fundamental para compreender como a Sociologia pode atuar na redução das desigualdades educacionais. Ao

revelar como o acesso aos bens culturais é socialmente condicionado, a disciplina ajuda os estudantes a questionarem as narrativas meritocráticas e a lutarem por condições mais equânimes de acesso ao conhecimento.

A integração entre diferentes disciplinas também potencializa o impacto do ensino de Sociologia. Morin (2000) defende uma abordagem transdisciplinar, capaz de conectar saberes e promover uma compreensão mais complexa da realidade. Essa perspectiva amplia as possibilidades de intervenção social dos estudantes, ao articular os conhecimentos sociológicos com áreas como História, Geografia e Filosofia.

A Sociologia ainda desempenha papel central na promoção da cidadania crítica, ao oferecer instrumentos teóricos e metodológicos para a análise das instituições sociais. Weber (1922) destaca que compreender as estruturas burocráticas é essencial para a participação cidadã. Ao estudar temas como Estado, poder e democracia, os estudantes se preparam para exercer seus direitos e deveres de forma mais consciente.

O estímulo à participação política dos jovens é especialmente relevante em um contexto de crescente apatia e desilusão com as instituições democráticas. Bobbio (1986) argumenta que a democracia só se sustenta com cidadãos bem informados e engajados. A Sociologia, ao formar sujeitos críticos e atuantes, contribui diretamente para o fortalecimento das práticas democráticas e para a construção de uma sociedade mais justa.

Defender o ensino de Sociologia na educação básica é, portanto, defender o direito dos estudantes ao desenvolvimento pleno de sua consciência social. Como afirma Djamila Ribeiro (2017), “não há mudança sem consciência crítica”. Ao proporcionar essa consciência, a Sociologia oferece aos estudantes a possibilidade de romper com ciclos de exclusão e construir novos horizontes para suas vidas e comunidades.

Outro aspecto relevante é o estímulo à construção de projetos de vida que transcendam as limitações impostas pelas desigualdades estruturais. Quando os estudantes compreendem que são produtos e produtores da sociedade, como defendia Florestan Fernandes (1976), passam a vislumbrar novas possibilidades de atuação social, reconhecendo-se como agentes históricos capazes de transformar sua realidade.

A partir dessa perspectiva, o ensino de Sociologia se revela uma prática pedagógica profundamente ética e política, comprometida com a formação de sujeitos autônomos e críticos. Como destaca Freire (1996), a educação não é neutra: ou liberta ou oprime. O ensino sociológico, ao optar pelo caminho da libertação, promove uma escola que não apenas prepara

para o mundo do trabalho, mas forma cidadãos capazes de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Por isso, é fundamental reconhecer que o potencial transformador da Sociologia não se realiza automaticamente. Ele depende de escolhas pedagógicas conscientes e comprometidas. Professores, gestores e formuladores de políticas educacionais precisam garantir as condições para sua efetiva implementação. Só assim, será possível concretizar o ideal de uma educação que, mais do que instruir, emancipa.

Dessa forma, o ensino de Sociologia na educação básica se configura como um instrumento indispensável para o empoderamento social dos estudantes, promovendo não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a formação ética, política e cidadã. Trata-se de um compromisso com a construção de um futuro no qual os jovens possam, de fato, ser protagonistas da transformação social em suas comunidades e na sociedade como um todo.

2.1.8 Reprodução social e currículo escolar

Ao longo da minha trajetória como educadora, fui percebendo que a escola, embora carregue em si um enorme potencial transformador, também pode funcionar como espaço de reprodução das desigualdades sociais. Essa constatação não surgiu apenas da leitura de autores como Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1975), mas da observação cotidiana de como certos saberes são legitimados enquanto outros são silenciados. A teoria da reprodução cultural nos ajuda a compreender como o currículo escolar, as avaliações e até mesmo a linguagem utilizada em sala de aula favorecem os estudantes que já dominam os códigos da cultura escolar — geralmente aqueles oriundos das classes médias e altas.

E, quando olho para os meus alunos, muitos deles filhos de trabalhadores informais, de pais não alfabetizados ou privados de liberdade, percebo o quanto esses códigos lhes são estranhos. Não porque lhes falte inteligência ou capacidade, mas porque a escola, muitas vezes, não reconhece os saberes que eles trazem de casa, da rua, da comunidade. O currículo, nesse contexto, torna-se um filtro que seleciona quem pode ou não participar plenamente do processo educativo. E isso dói. Dói ver talentos sendo desperdiçados porque não se encaixam no modelo dominante.

Apple (2003) aprofunda essa crítica ao mostrar que o currículo não é neutro — ele carrega interesses ideológicos, econômicos e políticos. E essa é uma verdade que precisamos encarar com coragem. Quando escolhemos o que ensinar, estamos também escolhendo o que deixar de fora. E o que fica de fora, quase sempre, são os saberes populares, os conhecimentos

das periferias, as vozes que desafiam o status quo. Reconhecer essa dimensão política do currículo é o primeiro passo para transformá-lo em instrumento de inclusão e justiça social.

É nesse cenário que a Sociologia se apresenta como uma possibilidade potente. Ela nos oferece ferramentas para questionar, para problematizar, para desconstruir. Ao trazer para o centro do debate temas como desigualdade, racismo, gênero, poder e resistência, a Sociologia rompe com a lógica da reprodução e convida os estudantes a pensar criticamente sobre o mundo que os cerca. Como afirma Saviani (2008), uma educação verdadeiramente democrática é aquela que promove igualdade de oportunidades — e isso só é possível quando reconhecemos e valorizamos a diversidade de saberes e experiências.

A presença da Sociologia no Ensino Fundamental, especialmente nos anos finais, não é apenas uma questão de conteúdo curricular. É uma escolha política, ética e pedagógica. É dizer aos estudantes: "Vocês têm o direito de compreender o mundo, de questionar as estruturas que os oprimem, de construir novas possibilidades." E, quando a escola assume esse compromisso, ela deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conhecimento e passa a ser território de resistência, de invenção e de transformação.

> A transmissão cultural pela escola tende a legitimar as desigualdades sociais, pois os conteúdos escolares são selecionados de acordo com os interesses das classes dominantes. O capital cultural exigido para o sucesso escolar é aquele que já está disponível para os filhos das elites, enquanto os estudantes das classes populares enfrentam um duplo desafio: aprender os conteúdos e decifrar os códigos implícitos da cultura escolar (Bourdieu, 1975, p. 23).

E quando falamos em reprodução social, não estamos tratando de uma abstração distante. Estamos falando da menina que não participa das aulas porque sente que "não é inteligente o suficiente", do menino que evita ler em voz alta por medo de ser ridicularizado, do adolescente que já desistiu de sonhar porque aprendeu, cedo demais, que seus sonhos não cabem no mundo que lhe foi apresentado. Esses rostos, essas vozes, essas ausências são o que me mobiliza como pesquisadora e como professora. São eles que me fazem perguntar: que escola estamos construindo? E para quem?

A Sociologia, nesse cenário, não é apenas uma disciplina — é uma possibilidade de ruptura. Ela nos convida a olhar para essas histórias com lentes críticas, a compreender que o fracasso escolar não é individual, mas estrutural. Ao trazer para o currículo temas como desigualdade, exclusão, privilégio e resistência, a Sociologia abre espaço para que os estudantes se reconheçam nas discussões, para que percebam que suas vivências têm valor, têm contexto,

têm explicação. E isso é libertador. Porque quando o aluno entende que sua dor não é culpa, mas consequência, ele começa a se mover — e a escola começa a se transformar.

É por isso que defendo, com convicção, a presença da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental. Porque é nesse momento que os estudantes começam a se perguntar quem são, de onde vêm, para onde vão. E essas perguntas não podem ser ignoradas. Elas precisam ser acolhidas, discutidas, problematizadas. A Sociologia oferece esse espaço de reflexão, esse território de escuta e de construção de sentido. Ela não traz respostas prontas, mas provoca perguntas profundas — e é aí que mora a potência.

Ao incluí-la no currículo, estamos dizendo que a escola reconhece a complexidade da vida social, que ela não se limita ao conteúdo, mas se abre para o contexto. Estamos afirmando que os saberes dos estudantes importam, que suas experiências são válidas, que suas vozes merecem ser ouvidas. E quando a escola faz isso, ela deixa de ser apenas um lugar de passagem e se torna um espaço de pertencimento. Um espaço onde aprender é também existir, resistir e transformar.

A crítica à reprodução social não se encerra na denúncia — ela nos convoca à ação. E essa ação começa dentro da sala de aula, quando nós, educadores, nos permitimos repensar nossas práticas, nossos conteúdos, nossos silêncios. Não é fácil. Requer coragem para reconhecer que, às vezes, mesmo sem querer, reproduzimos exclusões. Mas é justamente aí que a Sociologia se torna aliada. Ela não apenas escancara os mecanismos que marginalizam, mas também aponta caminhos para superá-los. Ao promover o reconhecimento das identidades, das culturas e das histórias dos sujeitos escolares, a Sociologia nos ajuda a construir uma escola que não apenas ensina — mas que escuta, acolhe e transforma.

2.2 Sociologia e Cidadania Crítica

2.2.1 A Sociologia como Incentivo à Cidadania Crítica e Participação Social

O ensino de Sociologia na Educação Básica configura-se como um poderoso aliado na formação da cidadania crítica, uma vez que proporciona aos estudantes ferramentas teóricas para compreender a complexidade da vida social. Para Freire (1996), educar é um ato político que deve levar os sujeitos à conscientização de sua realidade. Nesse sentido, a Sociologia permite o questionamento das estruturas sociais vigentes, incentivando o protagonismo juvenil. A análise dos fenômenos sociais possibilita que os alunos reconheçam as formas de dominação e exclusão que os afetam. Assim, a educação sociológica contribui para transformar o estudante

de espectador em agente ativo na sociedade. A cidadania crítica, portanto, não se resume ao conhecimento de direitos, mas exige ação consciente.

A participação social dos estudantes é estimulada quando a escola os envolve em projetos que dialogam com sua realidade. Segundo Demo (2008), aprender pela pesquisa promove o protagonismo discente e transforma o saber escolar em ferramenta de ação. Projetos de intervenção social desenvolvidos no território escolar, como ações de combate à violência, de valorização cultural ou de conscientização ambiental, ilustram como a Sociologia pode ser aplicada à prática cotidiana. Nesses contextos, o conhecimento sociológico é vivenciado, e o aluno compreende seu papel transformador. A aprendizagem torna-se significativa quando conectada à vida do estudante, promovendo o sentimento de pertencimento e responsabilidade com a comunidade. O vínculo entre teoria e prática, portanto, fortalece o empoderamento social.

O conceito de "imaginação sociológica", de Mills (1982), reforça a importância de relacionar experiências individuais a contextos estruturais. Quando o aluno compreende que os problemas que enfrenta – como o desemprego, a violência ou o preconceito – não são meramente pessoais, mas sim sociais, ele desenvolve uma postura crítica frente à realidade. Isso possibilita a superação da culpa individualizada e o despertar de um olhar coletivo. A capacidade de fazer conexões entre biografia e estrutura social é essencial para a cidadania crítica. Essa habilidade amplia a compreensão da realidade e estimula o engajamento político dos jovens. Assim, a Sociologia contribui para uma formação cidadã mais reflexiva e comprometida.

O estudo das desigualdades sociais, especialmente de classe, raça e gênero, tem papel central na formação de sujeitos críticos. De acordo com Bourdieu (1989), o capital cultural é um dos mecanismos de reprodução das desigualdades, ao tornar invisíveis as vantagens herdadas por determinados grupos sociais. Ao explicitar esses mecanismos, a Sociologia desnaturaliza a meritocracia e revela como as oportunidades são desigualmente distribuídas. Essa compreensão é fundamental para que os estudantes reconheçam a necessidade de políticas públicas inclusivas. A educação sociológica, nesse aspecto, denuncia as injustiças estruturais e convoca os sujeitos à luta por equidade. Trata-se de um passo importante no processo de empoderamento social dos estudantes.

O conhecimento sociológico também contribui para a construção de uma consciência coletiva e solidária. Segundo Durkheim (2011), a coesão social é sustentada por valores compartilhados, os quais são construídos socialmente. Ao entenderem que a solidariedade pode ser cultivada por meio do reconhecimento mútuo e da empatia, os alunos tornam-se mais

abertos à diversidade. A análise das instituições sociais ajuda a perceber como essas normas e valores são produzidos, transmitidos e contestados. A convivência democrática, portanto, é fortalecida pelo exercício contínuo da escuta, do diálogo e do respeito às diferenças. Dessa forma, o ensino de Sociologia promove um ambiente escolar mais humanizado e inclusivo.

A cidadania crítica exige a compreensão dos direitos civis, políticos e sociais. Segundo Marshall (1967), esses direitos se desenvolvem historicamente e são conquistas da luta coletiva. Ao estudar esse processo, os estudantes reconhecem que a democracia é resultado de embates sociais e que sua manutenção exige vigilância constante. A Sociologia permite analisar as ameaças à democracia, como o autoritarismo, a censura e a desigualdade de acesso à informação. Com isso, os alunos são preparados para uma atuação cidadã consciente e engajada. O reconhecimento da cidadania como um direito em disputa é essencial para a formação de sujeitos políticos ativos.

A análise crítica dos meios de comunicação é outro aspecto que fortalece a cidadania. Chomsky (1989) denuncia os mecanismos pelos quais a mídia manipula a opinião pública em favor das elites econômicas. Ao desenvolver a leitura crítica da mídia, os estudantes são capacitados a identificar fake news, discursos de ódio e campanhas de desinformação. Em tempos de polarização, essa competência é fundamental para preservar o diálogo democrático. A Sociologia fornece instrumentos para compreender a construção social da informação, permitindo uma atuação mais consciente no espaço público. Assim, o ensino sociológico forma sujeitos informados e resistentes à manipulação ideológica.

A escola é também um espaço de resistência e transformação. Para Bourdieu (1989), embora a escola reproduza desigualdades, ela pode também ser um espaço de luta simbólica. Quando o currículo valoriza a Sociologia, amplia-se o repertório crítico dos alunos, possibilitando que disputem sentidos e narrativas hegemônicas. Esse processo implica a valorização dos saberes locais e da cultura popular. A inclusão de temáticas como racismo, machismo e homofobia no ensino sociológico é estratégica para promover justiça social. Ao legitimar as vozes historicamente silenciadas, a escola contribui para a construção de um novo imaginário coletivo. A educação, nesse contexto, torna-se um instrumento de emancipação.

A construção da identidade política dos estudantes é diretamente influenciada pelo contato com o pensamento sociológico. Hall (1997) argumenta que as identidades são construídas e múltiplas, resultado de posicionamentos sociais e históricos. Ao compreenderem os processos que moldam sua identidade, os alunos são incentivados a se reconhecerem como sujeitos históricos, capazes de intervir na realidade. Esse reconhecimento é o primeiro passo

para o exercício da cidadania ativa. A Sociologia, ao explorar questões de pertencimento e representação, promove o fortalecimento das identidades plurais. Esse processo é essencial em uma sociedade marcada por exclusões simbólicas e materiais.

O engajamento em causas sociais pode ser incentivado por meio de estudos sobre movimentos sociais. Gohn (2011) destaca que esses movimentos são espaços educativos onde se aprende a agir politicamente. Ao analisarem o papel dos movimentos feministas, antirracistas, ambientais ou estudantis, os alunos percebem a potência da ação coletiva. Essa compreensão inspira práticas de mobilização dentro e fora da escola.

A participação em grêmios, conselhos escolares ou fóruns comunitários torna-se uma extensão natural da formação sociológica. A cidadania crítica, nesse sentido, é alimentada por experiências concretas de luta e solidariedade.

A educação para os direitos humanos é um dos eixos centrais do ensino de Sociologia. Candau (2017) defende uma pedagogia comprometida com a diversidade, a justiça e a igualdade. Ao promover debates sobre violação de direitos, discriminação e desigualdade, a escola contribui para a construção de uma cultura de paz e respeito. A Sociologia oferece os fundamentos teóricos para essa prática educativa, ao problematizar os conceitos de poder, dominação e resistência. Com isso, os estudantes desenvolvem uma postura ética e crítica diante das injustiças. A cidadania torna-se, então, não apenas um direito, mas um compromisso com o bem comum.

O desenvolvimento da consciência de classe, conforme proposto por Marx (2010), também é impulsionado pelo ensino de Sociologia. Ao compreenderem sua posição nas relações de produção e o papel das ideologias na manutenção da ordem social, os estudantes se tornam aptos a analisar criticamente os interesses que permeiam as políticas públicas e decisões econômicas. Esse processo favorece o despertar de uma consciência coletiva voltada para a superação das desigualdades estruturais.

O conhecimento sociológico, portanto, revela-se indispensável para a formação de sujeitos politicamente engajados. A escola, nesse cenário, assume a tarefa de romper com a alienação e fomentar a ação transformadora. A cidadania crítica pressupõe esse despertar.

As metodologias participativas no ensino de Sociologia, como debates, rodas de conversa, oficinas e projetos comunitários, são estratégias eficazes para o desenvolvimento da autonomia intelectual. Segundo Freire (1996), o diálogo é um princípio pedagógico que valoriza o saber do aluno e promove o pensamento crítico. Essas práticas incentivam a cooperação, a argumentação e a escuta ativa, elementos essenciais para a vivência democrática.

Além disso, aproximam o conteúdo escolar da realidade social dos estudantes. A pedagogia dialógica transforma a sala de aula em espaço de construção coletiva de saberes. Isso fortalece o compromisso com a cidadania ativa.A Sociologia também contribui para a desconstrução de preconceitos ao promover a análise crítica dos estigmas sociais. Goffman (1988) ressalta que os estigmas são construções sociais que rebaixam determinados indivíduos ou grupos. Ao problematizarem tais processos, os alunos passam a reconhecer os mecanismos de exclusão e a desenvolver posturas mais inclusivas.

O combate ao preconceito racial, de gênero e de classe torna-se parte do projeto pedagógico. Dessa maneira, a escola atua na promoção de uma convivência mais ética e solidária. O empoderamento social depende do reconhecimento das diferenças como valor, e não como ameaça.

A inserção da perspectiva decolonial no ensino de Sociologia também fortalece a cidadania crítica, ao questionar o eurocentrismo e valorizar saberes não-hegemônicos. Segundo Ribeiro (2017), é fundamental reconhecer o lugar de fala dos grupos subalternizados, resgatando suas narrativas e experiências.

Ao estudar a história e cultura afro-brasileira e indígena, os estudantes ampliam sua compreensão sobre a diversidade e os processos de resistência. Isso contribui para a construção de identidades mais conscientes e respeitosas. A escola, nesse contexto, se torna espaço de valorização da pluralidade e de desconstrução de epistemologias dominantes.

A valorização do território como espaço educativo é outro aspecto relevante. Quando os alunos são incentivados a investigar e refletir sobre os problemas e potências de sua comunidade, fortalecem o vínculo com o local onde vivem. Essa territorialização do conhecimento, como destaca Silva (2021), aproxima o conteúdo escolar da vida cotidiana.

Projetos que envolvem mapeamentos sociais, entrevistas com moradores e ações coletivas permitem que o estudante perceba sua capacidade de intervir no espaço social. Assim, a escola deixa de ser um espaço fechado e passa a atuar em rede com a comunidade. A cidadania crítica é vivida, não apenas ensinada.

O papel do professor de Sociologia é central nesse processo formativo. Para Nogueira (2002), é preciso superar a visão enciclopédica da disciplina e investir na formação continuada dos docentes. Um professor preparado é aquele que compreende a dimensão política do ensino e atua com intencionalidade emancipadora. Isso implica planejamento, sensibilidade e compromisso com os direitos humanos.

O docente é mediador entre o conhecimento científico e a experiência dos alunos, devendo estimular a problematização e o pensamento autônomo. A valorização da profissão docente é condição para a efetividade da educação cidadã. Sem isso, o potencial da Sociologia é limitado.

As reformas educacionais que ameaçam a presença das Ciências Humanas no currículo representam um obstáculo à formação crítica dos estudantes. Frigotto (2018) alerta que a lógica mercadológica imposta à educação reduz o conhecimento a uma mercadoria. Essa visão compromete a missão pública da escola e enfraquece disciplinas como a Sociologia, essenciais para o desenvolvimento da consciência social.

A resistência a essas reformas passa pela mobilização da sociedade civil, dos educadores e dos estudantes. Defender a Sociologia é defender uma educação humanista, democrática e comprometida com a justiça social. A cidadania crítica não sobrevive à lógica da utilidade imediata.

O contato com autores clássicos e contemporâneos da Sociologia amplia o repertório analítico dos estudantes, contribuindo para sua formação cidadã. Ler Marx, Weber, Durkheim, Beauvoir, Hall, Bauman e tantos outros permite compreender as múltiplas dimensões da vida social.

O estudo dessas teorias, aliado à realidade vivida pelos alunos, promove a articulação entre saber acadêmico e saber popular. Essa integração fortalece a capacidade de análise, síntese e proposição dos estudantes. O ensino de Sociologia, portanto, não é neutro nem técnico: é político, histórico e cultural. Ele forma sujeitos que pensam, sentem e agem coletivamente.

A cidadania crítica pressupõe também a capacidade de projetar futuros. Ao refletirem sobre os problemas sociais e suas causas, os estudantes são levados a imaginar alternativas e a construir utopias concretas. Para Freire (1996), educar é nutrir a esperança ativa, aquela que mobiliza para a ação.

A Sociologia, ao estimular o pensamento crítico e propositivo, convida os jovens a se engajarem na transformação da realidade. Isso inclui a participação política, o voluntariado, o ativismo e a atuação em conselhos e fóruns. A cidadania, assim, transcende o espaço institucional e ganha sentido pleno na vida cotidiana.

O empoderamento social, fomentado pelo ensino sociológico, contribui para que os jovens se reconheçam como sujeitos históricos e protagonistas de sua comunidade. Quando percebem que suas vozes têm valor e que sua atuação pode gerar mudanças, os estudantes assumem uma postura mais ativa e comprometida. Essa transformação pessoal reflete-se na

coletividade, fortalecendo os vínculos sociais e o senso de responsabilidade. Como afirma Florestan Fernandes (1976), a Sociologia é uma arma para a transformação social. Na escola, ela é semeadora de consciência, dignidade e esperança.

Dessa forma, o ensino de Sociologia na Educação Básica é imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa, participativa e solidária. Seu potencial emancipador deve ser reconhecido, valorizado e defendido como direito de todos os estudantes. A cidadania crítica não é um luxo, mas uma necessidade democrática. Formar sujeitos capazes de compreender o mundo e transformá-lo é a maior missão da educação. E a Sociologia, ao dar nome às estruturas, às lutas e às possibilidades, cumpre com excelência esse papel. Por isso, mais do que ensiná-la, é preciso vivê-la, praticá-la e lutar por sua permanência nas escolas.

Ademais, a interdisciplinaridade é uma das chaves para fortalecer o ensino de Sociologia na formação cidadã. Além disso, valoriza o pensamento sistêmico e crítico, essencial à cidadania ativa. A escola torna-se, assim, um espaço de síntese e construção coletiva.

Outro aspecto relevante é a inserção dos estudantes em espaços públicos de deliberação. Quando os jovens participam de assembleias escolares, grêmios estudantis ou audiências públicas, vivenciam concretamente o exercício da cidadania. O conhecimento sociológico contribui para qualificar essa participação, oferecendo categorias analíticas para compreender poder, legitimidade, representação e dominação. Essa atuação prepara os estudantes para intervir de forma fundamentada e ética na vida política. Como lembra Bobbio (1986), uma democracia sólida exige cidadãos informados e críticos. A escola, ao fomentar essa prática, fortalece os pilares do Estado democrático de direito.

A escuta ativa e o respeito à pluralidade de vozes são fundamentos da democracia e também da prática pedagógica sociológica. Como ensina Paulo Freire (1996), o diálogo genuíno se constrói na humildade, no reconhecimento do outro e na disposição para aprender coletivamente. Na sala de aula, isso se traduz em metodologias que valorizam o debate e a experiência dos alunos, tornando-os coparticipantes do processo educativo. Esse ambiente formativo contribui para o desenvolvimento da autonomia, da argumentação e da empatia. Assim, a escola deixa de ser um espaço hierárquico e torna-se um campo de convivência democrática e transformadora.

Por fim, é importante reafirmar que o ensino de Sociologia não deve ser visto como acessório no currículo, mas como componente essencial da formação humana integral. Ao proporcionar aos estudantes instrumentos para interpretar criticamente a realidade, identificar desigualdades e construir alternativas coletivas, a Sociologia escolar cumpre um papel

emancipador. Sua presença nas escolas é, portanto, um direito que precisa ser garantido, ampliado e protegido contra retrocessos. A cidadania crítica, enquanto prática social emancipadora, depende dessa formação sólida. Como nos lembra Bauman (1999), viver em sociedade é um desafio permanente, e cabe à educação fornecer as ferramentas para enfrentá-lo com consciência e solidariedade:

> A educação é, por definição, uma atividade voltada para o futuro. Seu objetivo é preparar os jovens para a vida em uma sociedade que ainda está por vir. Isso significa que ela deve equipá-los não apenas com conhecimentos e habilidades, mas também com a capacidade de pensar criticamente, de fazer escolhas éticas e de agir com responsabilidade social. Em tempos de incerteza e mudanças rápidas, essa tarefa se torna ainda mais urgente e complexa (Bauman, 1999, p. 45).

Essa perspectiva é reforçada por Paulo Freire, que compreende a educação como prática da liberdade e como instrumento de transformação social: “Ensinar exige compreender que a educação é ideológica. Exige respeito à autonomia do ser do educando. Exige segurança, competência profissional, generosidade, compromisso. Ensinar exige querer bem aos educandos” (Freire, 1996, p. 67).

Contribuindo com esse entendimento, István Mészáros aprofunda essa perspectiva ao afirmar que a educação emancipadora deve romper com os limites impostos pela lógica do capital, assumindo um caráter verdadeiramente transformador:

> A educação emancipadora não pode ser concebida como simples transmissão de conhecimento. Ela deve ser uma prática transformadora, voltada à formação de indivíduos capazes de pensar criticamente e de agir coletivamente para mudar as condições sociais que os oprimem (Mészáros, 2005, p. 87).

Dessa forma, reafirma-se que o ensino de Sociologia, sustentado por uma abordagem dialógica, crítica e emancipadora, é condição indispensável para a formação de sujeitos conscientes, solidários e capazes de intervir na realidade. Ao integrar os saberes sociológicos à prática pedagógica, a escola se torna um espaço de resistência e de construção de novos horizontes sociais. Em tempos de intensas transformações e desafios democráticos, investir na educação sociológica é apostar na potência transformadora do pensamento crítico e na possibilidade concreta de um futuro mais justo e plural.

2.2.2 Sociologia como Instrumento de Desconstrução de Estigmas

O ensino de Sociologia na Educação Básica desempenha um papel estratégico na desconstrução de estigmas e preconceitos que limitam a autonomia dos sujeitos. Conforme Goffman (1988), o estigma representa “um atributo profundamente depreciativo que reduz o portador a uma condição inferior”. Ao estudar essas dinâmicas, os alunos são instigados a refletir criticamente sobre as marcas sociais que impactam a vida de diferentes grupos, sobretudo aqueles historicamente marginalizados.

O ambiente escolar, espaço de socialização por excelência, é também local onde estigmas são reproduzidos ou desconstruídos. Por meio da Sociologia, é possível evidenciar como processos sociais constroem tais estigmas, naturalizando diferenças que, na realidade, são produtos históricos e culturais. Para Silva (2021, p. 10), “o conhecimento sociológico torna-se ferramenta imprescindível para que os estudantes compreendam a origem das desigualdades e se mobilizem para enfrentá-las”.

Além disso, o estudo das categorias de classe, raça e gênero na Sociologia permite o questionamento das hierarquias sociais que organizam as relações de poder. Beauvoir (1949, p. 26) já denunciava que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, apontando para a construção social das identidades de gênero. Tais reflexões são fundamentais para que os alunos desconstruam estereótipos e promovam uma convivência mais igualitária e respeitosa dentro e fora da escola.

No que se refere às desigualdades raciais, a Sociologia exerce papel essencial ao desvelar os mecanismos do racismo estrutural. De acordo com Almeida (2018, p. 54), “o racismo não é uma anomalia, mas um elemento estrutural da sociedade brasileira”. Assim, o ensino sociológico propicia aos estudantes uma compreensão crítica sobre as relações raciais, incentivando a valorização das culturas afro-brasileira e indígena, conforme prevê a Lei nº 10.639/2003.

Outro aspecto importante está na abordagem das desigualdades econômicas e do mito da meritocracia. Bourdieu (1989, p. 79) destaca que “as chances de sucesso escolar são fortemente determinadas pela origem social dos alunos”. A análise do capital cultural e das barreiras invisíveis que dificultam a ascensão social permite aos estudantes perceberem que nem todos partem de condições iguais, sendo a escola um espaço para questionar e transformar essas realidades.

O conceito de ideologia, conforme discutido por Marx (2010), também ganha centralidade no ensino de Sociologia ao explicar como as ideias dominantes servem para manter a estrutura social vigente. Segundo Marx (2010, p. 47), “as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante”. Ao compreender esse fenômeno, os estudantes desenvolvem capacidade crítica para identificar discursos que legitimam desigualdades e opressões, fortalecendo seu processo de empoderamento.

A imaginação sociológica, elaborada por Mills (1982), amplia essa capacidade ao conectar experiências pessoais com processos sociais. Para Mills (1982, p. 14), “a imaginação sociológica permite perceber a ligação entre biografia e história, entre indivíduo e sociedade”. Ao desenvolver essa habilidade, os estudantes deixam de interpretar suas dificuldades como falhas individuais e passam a compreender a dimensão coletiva e estrutural dos problemas que vivenciam.

Nesse sentido, o ensino de Sociologia estimula a construção de identidades políticas e sociais mais conscientes. Conforme Hall (1997, p. 31), “a identidade não é uma essência fixa, mas uma posição dentro de um discurso”. Assim, os estudantes passam a refletir sobre quem são e quem querem ser, ressignificando suas trajetórias e potencializando sua atuação como sujeitos históricos, capazes de intervir nas transformações sociais.

O empoderamento social dos estudantes ocorre, portanto, a partir do reconhecimento de suas potencialidades e da valorização de suas experiências. Como afirma Freire (1996, p. 44), “a educação deve partir da realidade concreta dos educandos, promovendo um processo de conscientização”. O ensino sociológico, ao articular teoria e prática, promove essa conscientização, transformando a sala de aula em espaço de resistência e emancipação.

A participação ativa dos estudantes em projetos sociais e políticos é outra dimensão fomentada pelo ensino de Sociologia. Segundo Gohn (2011, p. 66), “os movimentos sociais são espaços privilegiados de formação cidadã e de empoderamento coletivo”. Ao conhecer a história de lutas sociais e engajar-se em ações comunitárias, os alunos vivenciam concretamente o potencial transformador do conhecimento sociológico.

O desenvolvimento de competências argumentativas e reflexivas é também um dos efeitos do ensino sociológico na Educação Básica. Segundo Santos *et al.* (2024, p. 8), “o domínio dos conceitos e teorias sociológicas permite aos estudantes construir argumentos críticos, capazes de questionar as normas estabelecidas e propor alternativas”. Assim, a Sociologia contribui para a formação de cidadãos autônomos e participativos.

Importante destacar que o ensino de Sociologia não se restringe à transmissão de conteúdos, mas deve envolver metodologias participativas e dialógicas. Conforme defendia Freire (1996, p. 68), “não há diálogo verdadeiro se não houver humildade, esperança e amor”. A pedagogia dialógica coloca o estudante como sujeito ativo no processo de aprendizagem, promovendo seu protagonismo na construção do conhecimento.

As metodologias ativas, como os projetos de pesquisa, oficinas temáticas e debates, potencializam o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes. Segundo Demo (2008, p. 39), “aprender é mais do que acumular informações: é transformar a realidade a partir de uma postura investigativa e reflexiva”. O ensino sociológico, ao adotar tais práticas, aproxima-se da vida cotidiana dos alunos, tornando-se mais significativo.

A construção de um ambiente escolar inclusivo e respeitoso passa necessariamente pela abordagem das questões sociais na escola. Candau (2017, p. 20) argumenta que “uma educação em direitos humanos e diversidade é essencial para formar sujeitos críticos e comprometidos com a justiça social”. O ensino de Sociologia, ao abordar temas como preconceito, discriminação e direitos civis, promove a formação de uma cultura escolar mais democrática.

A crítica à naturalização das desigualdades é outro aspecto central na disciplina. Como afirma Piketty (2014, p. 11), “as desigualdades não são inevitáveis, mas resultam de escolhas políticas e institucionais”. Ao analisar os mecanismos de concentração de riqueza e poder, os estudantes percebem a possibilidade de agir coletivamente para transformar tais estruturas, fortalecendo seu empoderamento e sua participação cidadã.

O papel da escola como espaço de contestação das estruturas sociais é enfatizado por Bourdieu (1989), para quem a escola reproduz, mas também pode subverter a ordem social. Ao inserir a Sociologia no currículo, cria-se uma possibilidade concreta de tensionar os processos de reprodução das desigualdades, transformando a educação em um espaço de resistência e emancipação social.

A compreensão crítica da mídia e de seus efeitos na construção de estigmas sociais é igualmente fomentada pelo ensino sociológico. Chomsky (1989, p. 22) alerta que “os meios de comunicação moldam a opinião pública em favor dos interesses dominantes”. Ao analisar a produção e circulação de discursos midiáticos, os estudantes desenvolvem habilidades de leitura crítica, fundamentais para resistir à manipulação e promover uma participação informada.

A interdisciplinaridade é uma das principais forças do ensino sociológico, possibilitando o diálogo com áreas como História, Geografia e Filosofia. Morin (2000, p. 15) defende que “os

saberes devem ser interligados para oferecer uma compreensão mais ampla e complexa do mundo". Ao integrar diferentes perspectivas, os estudantes são estimulados a desenvolver um olhar crítico e sistêmico sobre as questões sociais.

O estudo dos movimentos sociais históricos, como o feminismo, o movimento negro e o movimento operário, permite aos estudantes compreenderem a importância da ação coletiva na transformação social. Como destaca Gohn (2011, p. 83), "os movimentos sociais são expressões da capacidade dos sujeitos de resistirem e criarem alternativas ao sistema hegemônico". Essa compreensão inspira os alunos a participarem ativamente na defesa de direitos e na promoção da justiça social.

A valorização da diversidade cultural e a promoção do respeito às diferenças são princípios fundamentais na prática pedagógica sociológica. Hall (1997, p. 36) destaca que "as identidades culturais são múltiplas, fragmentadas e em constante transformação". Ao reconhecer essa diversidade, a escola se torna um espaço mais acolhedor e inclusivo, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

A resistência à exclusão e ao preconceito passa pela construção de uma escola democrática, na qual o ensino de Sociologia desempenha papel central. Conforme Bobbio (1986, p. 73), "a democracia exige cidadãos informados e críticos, capazes de deliberar sobre os rumos da sociedade". Assim, a Sociologia prepara os alunos para o exercício pleno da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O ensino sociológico também contribui para o desenvolvimento da empatia, ao estimular os estudantes a colocarem-se no lugar do outro e compreenderem as diferentes experiências sociais. Como aponta Freire (1996, p. 112), "a educação é um ato de amor, e, por isso, um ato de coragem". A prática pedagógica sociológica, ao promover a empatia, fortalece os laços de solidariedade e cooperação na escola e na comunidade.

Por outro lado, é necessário reconhecer que a efetividade do ensino de Sociologia depende de condições estruturais adequadas, como formação docente, materiais didáticos e políticas educacionais comprometidas com a democratização do conhecimento. Como alerta Frigotto (2018, p. 58), "o enfraquecimento das humanidades compromete a formação cidadã e crítica dos estudantes".

A valorização da Sociologia na escola é, portanto, uma defesa da democracia e dos direitos humanos. Como sintetiza Florestan Fernandes (1976, p. 99), "a Sociologia é uma arma para a transformação social". Seu ensino na Educação Básica fortalece a capacidade dos

estudantes de compreenderem criticamente a sociedade e de atuarem na construção de um mundo mais justo e solidário.

Assim, a Sociologia não apenas informa, mas transforma. Ela oferece aos estudantes as ferramentas teóricas e metodológicas necessárias para interpretar criticamente a realidade, desconstruir estigmas e promover a emancipação social. Como conclui Freire (1996, p. 89), "não se pode falar de educação sem amor, sem coragem, sem desejo profundo de mudança". A Sociologia, na escola, é essa expressão viva de mudança.

2.2.3 Cidadania Crítica

A cidadania crítica é um dos pilares da proposta pedagógica da Sociologia no Ensino Fundamental. De acordo com Bobbio (1986), a democracia se sustenta em cidadãos informados e críticos, capazes de intervir nos rumos da sociedade. Nesse sentido, a inserção da Sociologia nos anos finais permite a formação de estudantes conscientes dos seus direitos, deveres e do papel que desempenham na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A educação para a cidadania crítica exige que a escola vá além da simples transmissão de conteúdos. Freire (1996) argumenta que educar é um ato político e que o conhecimento só se torna libertador quando está ligado à realidade dos educandos. Assim, ao trabalhar temas como desigualdade, violência, racismo e meio ambiente, a Sociologia torna-se um instrumento potente de formação cidadã, especialmente em contextos urbanos diversos, como o de João Pessoa.

O currículo escolar precisa dialogar com a vida dos estudantes, valorizando suas experiências e saberes. Para Demo (2008), é necessário educar pela pesquisa, promovendo a construção ativa do conhecimento. A Sociologia favorece essa abordagem ao propor debates, investigações e projetos que partem das inquietações dos alunos, estimulando sua autonomia intelectual e seu engajamento com os problemas da comunidade.

A cidadania crítica implica também a capacidade de argumentar, escutar e respeitar o outro. Habermas (1990) defende a importância da ação comunicativa, baseada no diálogo e na racionalidade. Ao desenvolver essas competências, a Sociologia contribui para a formação de sujeitos democráticos, que reconhecem a pluralidade de perspectivas e buscam soluções coletivas para os conflitos sociais.

No caso de João Pessoa, onde diversas comunidades enfrentam exclusão social e desigualdade, a Sociologia pode promover uma consciência crítica que leve os estudantes a se

posicionarem frente às injustiças. Como aponta Berth (2018), o empoderamento surge quando as pessoas reconhecem seu poder coletivo e sua capacidade de ação. Isso se torna ainda mais relevante em um contexto em que a juventude sofre com a apatia e o desinteresse pela política.

A Sociologia também contribui para o fortalecimento dos vínculos entre a escola e a comunidade. Segundo Candau (2017), uma educação comprometida com os direitos humanos e a diversidade cultural precisa valorizar os saberes locais e os contextos comunitários. Projetos sociológicos que envolvam diagnósticos sociais e intervenções locais podem fazer com que os estudantes de João Pessoa reconheçam sua capacidade de transformar o território onde vivem.

A Sociologia no Ensino Fundamental é indispensável para a construção de uma cidadania crítica, pois possibilita aos estudantes compreenderem o funcionamento das instituições sociais e os mecanismos de poder. Para Paulo Freire (1996), somente uma educação dialógica, que respeita e valoriza o saber do educando, pode promover a emancipação. Assim, a presença da Sociologia permite romper com a educação bancária e criar espaços de reflexão sobre direitos e deveres.

De acordo com Norberto Bobbio (1986), a democracia só se sustenta com cidadãos bem informados e críticos. Nesse sentido, a Sociologia desempenha papel central, ao ensinar os estudantes a analisarem normas sociais, processos políticos e estruturas econômicas. Em João Pessoa, uma cidade marcada por desigualdades e diversidade cultural, esse conhecimento é fundamental para que os jovens possam participar ativamente da vida pública e lutar por transformações sociais.

A formação para a cidadania crítica implica o desenvolvimento de competências, como o pensamento reflexivo e a autonomia intelectual. Segundo Martha Nussbaum (2010), a educação deve preparar os indivíduos para pensarem criticamente, agindo com responsabilidade ética no mundo. A Sociologia, ao discutir temas como justiça social, participação política e direitos humanos, contribui para que os estudantes de João Pessoa se tornem cidadãos comprometidos com o bem comum.

A cidadania crítica também envolve o respeito à diversidade e a valorização das diferenças culturais. Stuart Hall (1997) destaca que a identidade é construída socialmente, sendo plural e dinâmica. O ensino da Sociologia pode ajudar os estudantes a reconhecerem e respeitarem as múltiplas identidades presentes em João Pessoa, promovendo uma escola mais inclusiva e um ambiente propício à convivência democrática e ao combate aos preconceitos.

Além disso, a Sociologia possibilita que os estudantes compreendam as desigualdades sociais como produtos históricos e políticos. Como argumenta Thomas Piketty (2014), a

desigualdade econômica não é um fenômeno natural, mas resulta de escolhas políticas e instituições que perpetuam privilégios. Esse entendimento é crucial para que os jovens possam superar a visão fatalista da pobreza e se engajar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação para a cidadania crítica deve incluir também a compreensão das estruturas de dominação e opressão. Pierre Bourdieu (1989) explica que o capital cultural influencia o desempenho escolar, perpetuando as desigualdades sociais. Ao compreenderem essa dinâmica, os estudantes de João Pessoa podem questionar o discurso meritocrático e lutar por políticas públicas que promovam a equidade no acesso à educação, saúde e cultura.

A Sociologia favorece a articulação entre o conhecimento escolar e a prática social, promovendo a formação de sujeitos ativos e transformadores. Antonio Gramsci (1971) defende a necessidade de formar intelectuais orgânicos, capazes de articular teoria e prática. Em João Pessoa, projetos escolares que envolvam diagnóstico e intervenção comunitária podem estimular os estudantes a se reconhecerem como agentes históricos, protagonistas da mudança social.

A participação política é um dos pilares da cidadania crítica e deve ser estimulada desde os anos finais do Ensino Fundamental. Para Adorno (1995), a educação deve promover a autonomia intelectual e a resistência à dominação. A Sociologia, ao debater temas como democracia, direitos civis e organização política, prepara os estudantes de João Pessoa para exercerem uma cidadania ativa, participando de grêmios, conselhos escolares e movimentos sociais.

Segundo Zygmunt Bauman (1999), vivemos em uma sociedade caracterizada pela fluidez das relações sociais e pela insegurança existencial. Diante desse cenário, a formação de uma cidadania crítica é ainda mais urgente. A Sociologia oferece instrumentos para que os estudantes compreendam os desafios contemporâneos, como a crise ambiental, a precarização do trabalho e a globalização, posicionando-se de forma ética e responsável frente a esses fenômenos.

O desenvolvimento da cidadania crítica implica também a capacidade de pensar de maneira sistêmica e interdisciplinar. Edgar Morin (2000) ressalta a importância de uma educação que supere a fragmentação do saber e promova a compreensão da complexidade social. A Sociologia, ao dialogar com disciplinas como História, Geografia e Filosofia, possibilita aos estudantes de João Pessoa ampliarem sua visão de mundo e agir de forma mais consciente e integrada.

A alfabetização midiática é outra dimensão importante da cidadania crítica. Noam Chomsky (1989) demonstra como a mídia pode manipular a opinião pública e legitimar interesses dominantes. A Sociologia ensina os estudantes a analisarem criticamente os discursos midiáticos, identificando preconceitos, *fake news* e processos de desinformação. Em João Pessoa, essa formação é essencial para fortalecer a democracia e combater a manipulação política.

Assim, a Sociologia no Ensino Fundamental promove a esperança ativa, fundamental para a cidadania crítica. Paulo Freire (1996) afirma que a educação deve nutrir a esperança, entendida como a crença na possibilidade de transformar a realidade. Ao compreenderem os problemas sociais de forma crítica, os estudantes de João Pessoa podem desenvolver uma postura ética e propositiva, engajando-se na construção de uma cidade mais justa, democrática e solidária.

3 EXPERIÊNCIAS CURRICULARES E PRÁTICAS SOCIOLÓGICAS

3.1 A importância da Sociologia no Ensino Fundamental: problemas sociais, implementação e subsídios para o município de João Pessoa – PB

A importância da Sociologia no Ensino Fundamental se evidencia, sobretudo, na sua capacidade de analisar criticamente os problemas sociais que afetam a vida dos estudantes. Como destaca Bourdieu (1989), a escola não é um espaço neutro, mas um campo onde se reproduzem desigualdades sociais e culturais. Assim, é essencial que os estudantes compreendam essas dinâmicas desde os anos finais do Ensino Fundamental, especialmente em municípios como João Pessoa, onde questões como desigualdade social são marcantes.

A desigualdade social, conforme Piketty (2014), não é um fenômeno natural, mas resultado de escolhas políticas que perpetuam a concentração de riqueza. No contexto de João Pessoa, a desigualdade manifesta-se em diferenças no acesso à educação, à saúde e à infraestrutura urbana, o que torna indispensável uma abordagem sociológica desde os anos iniciais da adolescência. A Sociologia possibilita, portanto, que os estudantes compreendam essas diferenças e se posicionem criticamente frente a elas.

Outro problema social relevante para a Sociologia é o racismo estrutural, presente de forma evidente nas escolas e comunidades de João Pessoa. De acordo com Almeida (2018), o racismo é um elemento que estrutura as relações sociais no Brasil, impactando as oportunidades e a autoestima das populações negras. O ensino da Sociologia, ao abordar criticamente a questão racial, contribui para a construção de uma educação antirracista e inclusiva.

As questões de gênero e sexualidade também constituem um campo fundamental para a intervenção sociológica no Ensino Fundamental. Beauvoir (1949) já afirmava que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, ressaltando que os papéis de gênero são construções sociais. Trabalhar essas questões na escola de João Pessoa é essencial para combater a violência de gênero e promover uma cultura de respeito e equidade entre os estudantes.

Além disso, a violência urbana é um fenômeno que afeta diretamente a vida escolar em João Pessoa, sobretudo nas periferias. Como enfatiza Galtung (1990), a violência é, muitas vezes, estrutural, sendo resultado de desigualdades sociais e econômicas. Assim, a Sociologia permite aos estudantes compreender que a violência não é apenas um problema de segurança pública, mas uma questão social que exige mudanças estruturais.

A cultura midiática e o consumismo são outros problemas sociais que impactam profundamente os adolescentes no Ensino Fundamental. Segundo Bauman (1999), a sociedade

de consumo cria identidades frágeis e relações superficiais, afetando a formação dos jovens. O ensino da Sociologia pode instrumentalizar os estudantes de João Pessoa a analisarem criticamente as mensagens midiáticas e a resistirem aos apelos consumistas.

A exclusão social, que atinge, principalmente, jovens de famílias de baixa renda, é um fenômeno que a Sociologia pode ajudar a problematizar. Conforme Castel (1998), a exclusão social resulta da perda de vínculos sociais e de proteção institucional. Ao estudar essas questões, os estudantes podem compreender as razões da marginalização e pensar coletivamente estratégias para sua superação.

O preconceito e a discriminação, seja por classe, raça ou orientação sexual, também constituem problemas sociais que devem ser enfrentados no espaço escolar. Goffman (1988) descreve o estigma como um atributo que deprecia socialmente o indivíduo. A Sociologia, ao possibilitar a análise dos mecanismos de estigmatização, oferece aos estudantes instrumentos para resistirem à discriminação e promoverem a inclusão.

O desemprego juvenil é outro fenômeno que afeta significativamente os adolescentes de João Pessoa, especialmente nas áreas periféricas. Como argumenta Castel (1998), a precarização do trabalho e o desemprego afetam não apenas as condições materiais, mas também a autoestima e os projetos de vida dos jovens. A Sociologia permite analisar essas questões de forma crítica, discutindo alternativas e políticas públicas para sua superação.

A crise ambiental e as mudanças climáticas são temas urgentes que devem ser abordados no Ensino Fundamental. Segundo Morin (2000), é preciso formar uma consciência planetária nos estudantes, capaz de compreender as interdependências entre sociedade e meio ambiente. A Sociologia, ao problematizar o desenvolvimento predatório, pode fomentar em João Pessoa a formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade.

As relações familiares também são atravessadas por transformações que a Sociologia pode ajudar a compreender. Giddens (2005) destaca que a família contemporânea passou por profundas mudanças, afetando a socialização primária das crianças. No contexto de João Pessoa, compreender a diversidade de configurações familiares é essencial para promover uma educação mais inclusiva e acolhedora.

Por fim, a evasão escolar, um dos grandes desafios da educação brasileira, pode ser analisada pela perspectiva sociológica. Como demonstra Silva (2021), a evasão não é apenas resultado de problemas individuais, mas de processos sociais mais amplos, como pobreza, violência e desmotivação escolar. Assim, a Sociologia é fundamental para compreender as causas da evasão em João Pessoa e propor estratégias para garantir o direito à educação.

Nesse cenário, a Sociologia oferece aos estudantes ferramentas teóricas e metodológicas para compreender os problemas sociais como fenômenos coletivos, e não apenas como dramas individuais. De acordo com C. Wright Mills (1982), a imaginação sociológica é a capacidade de relacionar experiências pessoais com estruturas sociais. Essa perspectiva permite aos jovens perceberem que suas dificuldades cotidianas, como a pobreza, o preconceito ou a violência, fazem parte de um sistema social que pode e deve ser transformado coletivamente.

No contexto de João Pessoa, essa abordagem é essencial para romper com o sentimento de impotência diante das injustiças. Freire (1996) destaca que a conscientização é o primeiro passo para a ação libertadora. Quando os estudantes compreendem que suas vivências estão ligadas a processos históricos e políticos, passam a enxergar a escola não apenas como um espaço de instrução, mas como um local de reflexão crítica e intervenção social, valorizando seus saberes e suas realidades.

A análise sociológica também favorece a desconstrução de discursos hegemônicos. Segundo Hall (1997), a identidade é uma construção social, influenciada por instituições, como a mídia, a escola e a família. Assim, a Sociologia permite aos estudantes entenderem como estereótipos de gênero, raça e classe são produzidos e reproduzidos, criando desigualdades. Essa compreensão estimula a valorização das diferenças e o reconhecimento das múltiplas formas de ser e existir.

A desigualdade educacional, por exemplo, pode ser explicada sociologicamente a partir da teoria do capital cultural de Bourdieu (1989). O autor demonstra que os alunos provenientes de famílias com maior escolarização possuem mais familiaridade com os códigos valorizados pela escola. Ao tomar consciência disso, os estudantes e os educadores de João Pessoa podem compreender que o fracasso escolar não é resultado de menor inteligência, mas de barreiras estruturais que precisam ser enfrentadas.

Outro conceito fundamental é o de ideologia, abordado por Marx (2010) como um sistema de ideias que legitima e naturaliza a desigualdade. A Sociologia ensina que os discursos que culpabilizam o pobre pela sua pobreza ou a mulher pela violência que sofre não são neutros, mas expressam interesses de grupos dominantes. Estudantes que dominam essa leitura crítica tornam-se menos vulneráveis à manipulação e mais propensos à ação transformadora.

As questões ambientais também podem ser pensadas sociologicamente, considerando a relação entre desenvolvimento econômico, desigualdade e degradação ambiental. Morin (2000) afirma ser necessário educar para a complexidade, reconhecendo a interdependência entre

sociedade e natureza. Assim, os estudantes de João Pessoa podem compreender que os problemas ambientais são também sociais e políticos, exigindo uma cidadania ativa e ecológica.

A violência urbana, por sua vez, pode ser analisada como um fenômeno estrutural, ligado à exclusão social e ao enfraquecimento dos vínculos comunitários. Galtung (1990) propõe o conceito de violência estrutural para explicar como instituições falham em garantir direitos, gerando contextos propícios à violência. A Sociologia permite aos estudantes de João Pessoa enxergarem a violência além do crime, entendendo suas causas profundas e apontando caminhos para a paz social.

A evasão escolar, que atinge muitas comunidades periféricas de João Pessoa, pode ser pensada sociologicamente como consequência de múltiplos fatores, incluindo o trabalho precoce, a falta de perspectiva e a desmotivação frente a um currículo pouco conectado à realidade. Para Demo (2008), a aprendizagem precisa ser significativa, articulando saberes escolares com as experiências de vida dos estudantes. A Sociologia favorece essa ponte entre o saber e o viver.

A análise dos papéis sociais e das normas sociais permite entender como o comportamento dos indivíduos é regulado e sancionado socialmente. Durkheim (2011) destaca que os fatos sociais exercem coerção sobre os indivíduos, moldando suas ações. Ao entenderem isso, os estudantes tornam-se capazes de refletir sobre as pressões sociais que enfrentam e de construir novas formas de convivência baseadas no respeito, na solidariedade e na justiça.

A mídia, enquanto agente de socialização, também pode ser objeto de análise sociológica. Chomsky (1989) demonstra como os meios de comunicação moldam a opinião pública em favor de interesses dominantes. No Ensino Fundamental, é imprescindível formar leitores críticos da mídia, capazes de identificar manipulações, *fake news* e estereótipos. A Sociologia, nesse sentido, contribui para a formação de sujeitos conscientes e resistentes à desinformação.

A experiência escolar em si também é atravessada por relações de poder que a Sociologia ajuda a revelar. Segundo Weber (1999), a dominação pode se dar de forma burocrática e impessoal, como, muitas vezes, ocorre na escola. Ao estudar essas dinâmicas, os estudantes podem compreender por que se sentem desmotivados ou excluídos e participar ativamente da construção de uma escola mais democrática, onde sua voz seja ouvida e valorizada.

Dessa forma, a Sociologia permite pensar os problemas sociais de forma coletiva e propositiva. Gohn (2011) destaca que os movimentos sociais são espaços privilegiados de

aprendizagem política e de empoderamento. Ao estudar essas experiências, os estudantes percebem que a transformação social não depende apenas de grandes líderes, mas da mobilização de sujeitos comuns, como eles mesmos. Isso fortalece a esperança, a solidariedade e a ação coletiva.

3.2 Experiências de implementação da Sociologia no ensino fundamental: cidades pioneiras no Brasil

As experiências de implementação da Sociologia no Ensino Fundamental em cidades como Belém, Recife e Rio de Janeiro evidenciam a importância e a viabilidade dessa proposta. Segundo Silva (2021), a introdução da disciplina nesses contextos fortaleceu a cidadania crítica e promoveu maior engajamento dos estudantes. Para João Pessoa, essas experiências oferecem subsídios valiosos, apontando caminhos para superar desafios e consolidar práticas pedagógicas inovadoras.

Um exemplo emblemático é o caso do **Colégio Pedro II**, no Rio de Janeiro, onde a Sociologia foi reinserida no currículo nos anos 1990 e se consolidou como referência nacional. Pesquisas realizadas sobre essa experiência mostram que o retorno da disciplina ao Colégio Pedro II não apenas fortaleceu a formação cidadã dos estudantes, mas também serviu de modelo para outras redes de ensino (Cordeiro Junior, 2008).

Em Belém, Pará, a implementação da Sociologia no Ensino Fundamental foi impulsionada por movimentos de professores e pesquisadores comprometidos com a educação popular. Como aponta Gohn (2011), a ação coletiva é fundamental para a transformação das políticas educacionais. A experiência belenense demonstrou que, com formação adequada dos docentes e apoio institucional, é possível integrar a Sociologia ao currículo, ampliando a reflexão crítica entre os estudantes.

Em Recife, Pernambuco, a introdução da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental foi formalizada por meio de resolução do Conselho Municipal de Educação, destacando-se como política pública inovadora. Segundo Candau (2017), políticas educacionais voltadas à valorização da diversidade e dos direitos humanos são essenciais para a democratização da escola. A experiência recifense mostra como a inclusão da Sociologia fortalece a participação cidadã e a consciência social dos jovens.

O Rio de Janeiro, capital, também é referência na implementação da Sociologia no Ensino Fundamental, especialmente por meio de projetos vinculados aos CIEPs e ao Programa de Educação em Direitos Humanos. De acordo com Bobbio (1986), uma democracia sólida

exige a formação de cidadãos críticos e participativos. As experiências cariocas demonstram que o ensino de Sociologia favorece a construção de uma cultura política mais democrática e inclusiva.

Em todas essas cidades, a presença da Sociologia no currículo favoreceu o desenvolvimento de projetos de intervenção comunitária, aproximando a escola da realidade social dos estudantes. Conforme Demo (2008), a aprendizagem pela pesquisa é essencial para formar sujeitos críticos e protagonistas. João Pessoa pode se inspirar nesses exemplos, criando projetos que articulem o conhecimento sociológico com ações concretas nas comunidades locais.

A formação continuada dos professores foi um dos fatores determinantes para o sucesso dessas experiências. Para Nogueira (2002), o ensino da Sociologia exige uma abordagem reflexiva e crítica, que demanda preparação específica dos docentes. A experiência de Belém mostrou que cursos de formação e grupos de estudo fortalecem a qualidade do ensino, assegurando práticas pedagógicas coerentes com os objetivos da cidadania crítica.

Outro aspecto relevante observado nas experiências de Recife e Rio de Janeiro foi a elaboração de materiais didáticos contextualizados, que dialogam com as especificidades culturais e sociais de cada município. Segundo Morin (2000), a contextualização é essencial para que o conhecimento faça sentido para os estudantes. Em João Pessoa, seria fundamental desenvolver materiais que valorizem a cultura local, as tradições populares e os desafios sociais da cidade.

Os resultados dessas experiências indicam avanços significativos na formação cidadã dos estudantes. Conforme relatórios da Secretaria de Educação de Recife, a inserção da Sociologia reduziu a evasão escolar e ampliou a participação dos jovens em projetos sociais e políticos. Isso reforça a tese de Freire (1996) de que a educação crítica transforma não apenas o indivíduo, mas também a comunidade em que ele está inserido.

As dificuldades enfrentadas nessas cidades também oferecem lições importantes para João Pessoa. A resistência de setores conservadores, a falta de recursos e a sobrecarga curricular foram desafios recorrentes. Como afirma Frigotto (2018), o fortalecimento das ciências humanas na escola exige resistência política e mobilização social. A implementação da Sociologia em João Pessoa deve, portanto, ser acompanhada de um movimento amplo de defesa da educação crítica.

As experiências de Belém, Recife e Rio de Janeiro mostram, ainda, que a Sociologia no Ensino Fundamental contribui para o fortalecimento da identidade dos estudantes. Segundo

Hall (1997), a construção identitária se dá no diálogo com o outro e com o contexto social. Ao estudar temas como raça, gênero, classe e cidadania, os estudantes se reconhecem como sujeitos históricos e se engajam na transformação de sua realidade.

A implementação da Sociologia também favorece a ampliação do repertório cultural dos estudantes, aproximando-os de autores clássicos e contemporâneos da teoria social. De acordo com Durkheim (2011), a educação é responsável pela transmissão dos valores e saberes essenciais à vida em sociedade. Em João Pessoa, o ensino de Sociologia pode proporcionar aos jovens o acesso a um universo de ideias que os ajude a compreender e transformar o mundo.

Logo, as experiências pioneiras evidenciam que a Sociologia no Ensino Fundamental não é apenas desejável, mas possível e necessária. Como conclui Gohn (2011), a educação para a cidadania exige que a escola promova a reflexão crítica e a ação social. João Pessoa tem a oportunidade de se inserir nesse movimento nacional, assegurando aos seus estudantes uma formação que os prepare para os desafios do século XXI.

3.3 Práticas paraibanas de formação para a cidadania crítica: Bananeiras e Remígio

A inserção da Sociologia na educação básica, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, representa uma oportunidade estratégica para a formação de sujeitos críticos, conscientes e socialmente engajados. Em territórios marcados por vulnerabilidades sociais, como os espaços rurais da Paraíba, emergem experiências educacionais que se destacam por promover práticas pedagógicas voltadas ao empoderamento infantojuvenil e à leitura crítica da realidade.

Como nos lembra Paulo Freire (1996, p. 25), “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. Reconhecer os contextos socioculturais em que os estudantes estão inseridos é essencial para compreender experiências como as vividas em Bananeiras e Remígio[1], que articulam práticas pedagógicas com os saberes locais e a participação comunitária.

Neste tópico, compartilho com você duas experiências emblemáticas que, embora distintas em suas abordagens, convergem no compromisso com uma educação contextualizada, afetiva e transformadora. A primeira ocorre na Escola Nossa Senhora do Carmo, na zona rural de Bananeiras-PB, conhecida como “Escola dos Sonhos”. A segunda se desenvolve em escolas

[1] No município de Remígio, Paraíba, a disciplina não foi instituída oficialmente como “Sociologia”, mas aparece em formatos alternativos, vinculados a projetos pedagógicos específicos. Esse dado reforça que a inserção da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental pode assumir diferentes nomenclaturas e estratégias, dependendo das condições locais e das gestões municipais.

do campo em Remígio-PB, onde a Sociologia é implementada por meio de componentes curriculares como “Ciências Sociais” e “Movimentos Sociais e Processos Educativos”.

A proposta pedagógica da Escola dos Sonhos dialoga com a pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), que defende a superação das desigualdades sociais por meio da apropriação crítica do conhecimento. Fundamentada na chamada Pedagogia Cirandeira, essa abordagem reúne influências de Paulo Freire, Célestin Freinet, Maria Montessori e da Escola da Ponte (Portugal), articulando metodologias participativas, comunitárias e humanizadoras (Silva, 2022).

Segundo Arroyo (2011), as escolas do campo devem ser espaços de resistência e afirmação cultural, onde os sujeitos possam construir sua identidade e exercer sua cidadania. A Escola dos Sonhos rompe com os modelos escolares tradicionais: não há organização por séries, as salas são abertas e o currículo é construído a partir das demandas da comunidade.

As aprendizagens ocorrem por meio de oficinas, projetos coletivos, rodas de conversa e assembleias escolares. Estudantes, professores, famílias e comunidade participam ativamente do processo educativo, promovendo escuta, diálogo e corresponsabilidade (Moraes, 2023). A proposta valoriza a autonomia, o protagonismo infantojuvenil, a afetividade e a horizontalidade das relações pedagógicas.

Como afirma Arroyo:

> A escola precisa ser espaço de escuta, de acolhida, de reconhecimento dos saberes e das culturas dos sujeitos que nela vivem. Não pode continuar sendo um lugar de silenciamento, de negação das vozes que vêm dos territórios populares. É preciso construir uma escola que se abra ao diálogo entre os saberes da vida e os saberes sistematizados, que reconheça os sujeitos como portadores de histórias, de lutas e de conhecimentos (Arroyo, 2011, p. 47).

Essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade epistêmica e promovam a construção coletiva do conhecimento, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Embora não haja uma disciplina formal de Sociologia na grade curricular, os conteúdos sociológicos emergem de forma transversal. Temas como identidade, pertencimento, desigualdade social, justiça, meio ambiente e democracia são discutidos no cotidiano escolar, revelando uma pedagogia voltada à leitura crítica da realidade e ao fortalecimento dos vínculos sociais e culturais.

Em Remígio-PB, a proposta de educação popular também se destaca por seu compromisso com a cidadania crítica, especialmente em escolas situadas em assentamentos da reforma agrária. A implementação de componentes curriculares como “Ciências Sociais” e

“Movimentos Sociais e Processos Educativos” no Ensino Fundamental II representa uma estratégia de institucionalização da Sociologia como ferramenta de formação política e social.

Segundo Gabriel (2024), a garantia do direito à educação para as crianças Sem Terrinha no assentamento de Remígio representa uma bandeira de luta dos movimentos sociais do campo. A proposta pedagógica adotada nesses espaços busca articular o conhecimento escolar com as vivências comunitárias, promovendo uma leitura crítica da realidade e o protagonismo dos sujeitos sociais.

Candau (2009) reforça que a educação para a cidadania crítica deve promover a reflexão sobre as desigualdades sociais e estimular a participação ativa dos estudantes na transformação de suas realidades. Nesse sentido, a presença da Sociologia como componente curricular formal em Remígio contribui para institucionalizar práticas educativas voltadas à justiça social.

> A educação para a cidadania crítica implica a construção de sujeitos capazes de compreender, questionar e transformar as estruturas sociais que produzem exclusão e desigualdade. Trata-se de uma proposta que ultrapassa a dimensão informativa e busca formar sujeitos políticos, comprometidos com a transformação da sociedade. Essa educação deve estar articulada com os contextos históricos e culturais dos educandos, valorizando suas experiências e saberes, e promovendo práticas pedagógicas que estimulem o diálogo, a participação e o respeito à diversidade (Candau, 2009, p. 19).

Além disso, a história educacional de Remígio remonta à atuação da Sociedade de Amparo ao Estudante de Remígio (SAER), uma instituição filantrópica que, entre 1958 e 1964, promoveu práticas culturais e educativas voltadas à formação de crianças e jovens. Sousa (2019) destaca que esse espaço funcionava como ambiente de sociabilidade e construção de identidades, oferecendo cursos, atividades festivas e apoio educacional aos estudantes da cidade.

Essas experiências paraibanas nos mostram que a Sociologia, mesmo quando não nomeada formalmente, pode estar viva no cotidiano escolar por meio de práticas que estimulam o pensamento crítico, o diálogo e a ação coletiva. Em Bananeiras e Remígio, o conhecimento sociológico não se restringe a conteúdos conceituais, mas se manifesta em vivências que conectam os estudantes às suas realidades, histórias e territórios. É nesse entrelaçamento entre teoria e prática que a cidadania crítica se fortalece como horizonte formativo.

Além disso, essas práticas revelam que a escola pode ser um espaço de resistência e criação, mesmo diante de políticas educacionais que tendem à padronização e ao esvaziamento das humanidades. Quando a comunidade é chamada a participar da construção curricular, como ocorre nas assembleias da Escola dos Sonhos ou nas rodas de diálogo em Remígio, a escola se

torna um território de escuta, pertencimento e transformação. É nesse sentido que Arroyo (2011) afirma que “a escola do campo é lugar de luta e de afirmação de identidades coletivas”.

Outro aspecto relevante é o papel dos educadores e educadoras como mediadores dessas experiências. Em ambos os municípios, os professores atuam como sujeitos políticos, comprometidos com uma pedagogia que reconhece os estudantes como protagonistas do processo educativo. Essa postura exige formação continuada, sensibilidade social e abertura ao diálogo com os saberes populares. Como destaca Gadotti (2000), “educar para a cidadania é educar para a participação, para a solidariedade e para a construção de um projeto coletivo de sociedade”.

Por fim, é importante destacar que essas experiências não são modelos a serem replicados mecanicamente, mas inspirações que nos convidam a repensar o papel da Sociologia na escola. Elas nos mostram que é possível construir currículos vivos, conectados com os territórios e com os sonhos dos sujeitos que habitam a escola. Em tempos de retrocessos e ataques à educação crítica, Bananeiras e Remígio nos lembram que a Sociologia pode — e deve — ser uma prática de esperança, de resistência e de reinvenção cotidiana.

3.4 Fundamentos teóricos para a compreensão do ensino de Sociologia como prática curricular emancipatória

Ao analisarmos as experiências de ensino de Sociologia nos municípios de Bananeiras-PB e Remígio-PB, é fundamental recorrer a referenciais teóricos que compreendam a educação como prática social e o currículo como construção política e cultural. E aqui, convido você, leitor, a refletir comigo: que tipo de escola queremos construir? Que lugar a Sociologia pode ocupar nesse projeto? Essas perguntas não são retóricas — elas nos convocam a pensar a escola como espaço de disputa, de resistência e de reinvenção.

A concepção de currículo adotada nesta análise parte da perspectiva de Silva (2004), que o entende como prática discursiva e espaço de disputa por significados. Essa visão rompe com a ideia de currículo como mera seleção técnica de conteúdos e reconhece sua dimensão ideológica e formativa. Ao incorporar temas como identidade, justiça social, participação e pertencimento, o ensino de Sociologia no Ensino Fundamental contribui para a construção de uma escola que dialoga com os contextos históricos e culturais dos estudantes.

Freire (1996) reforça essa compreensão ao afirmar que a educação deve promover a leitura crítica do mundo e a formação de sujeitos conscientes e atuantes. O ensino de Sociologia, nesse sentido, não se limita à transmissão de conceitos, mas se configura como prática

pedagógica que estimula o pensamento crítico, a escuta ativa e o diálogo entre saberes acadêmicos e populares. Essa perspectiva é visível nas experiências de Bananeiras, onde os conteúdos sociológicos emergem de forma transversal, e em Remígio, onde a disciplina é formalmente inserida no currículo.

Arroyo (2011) contribui com a ideia de que a escola deve ser espaço de acolhimento, reconhecimento e valorização das culturas dos sujeitos que nela vivem. Essa concepção é fundamental para compreender como práticas educativas que promovem a autonomia, o protagonismo infantojuvenil e a construção coletiva do conhecimento estão alinhadas aos princípios da educação sociológica. A valorização das experiências comunitárias e dos saberes locais fortalece a dimensão crítica e transformadora do currículo.

Candau (2009), por sua vez, destaca que a educação para a cidadania crítica implica a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar as estruturas sociais que produzem desigualdade. O ensino de Sociologia, ao abordar temas como movimentos sociais, direitos humanos e relações de poder, contribui para a formação política dos estudantes e para o fortalecimento da democracia no espaço escolar.

Mas como garantir que essa Sociologia emancipe, e não apenas informe? É aqui que Bourdieu (1989) nos provoca: o sistema educacional, muitas vezes, reproduz desigualdades ao legitimar saberes dominantes. O ensino de Sociologia, quando comprometido com a justiça social, pode romper com essa lógica, tornando-se ferramenta de denúncia e de reconstrução. E você, leitor, já se perguntou quantas vezes a escola silenciou vozes que poderiam transformar o mundo?

Essa dimensão crítica se fortalece quando entendemos a educação como prática da liberdade, como propõe Freire. Liberdade, nesse caso, não é um conceito abstrato, mas uma experiência concreta de participação, de escuta e de ação. Ao promover o diálogo entre os saberes da vida e os saberes sistematizados, a Sociologia escolar permite que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos, capazes de compreender e transformar suas realidades.

Arroyo (2011) nos lembra que o currículo é território em disputa. E essa disputa não se dá apenas nos documentos oficiais, mas no cotidiano da sala de aula, nas escolhas dos professores, nas vozes que são ouvidas — ou silenciadas. O ensino de Sociologia, quando alinhado a uma perspectiva emancipadora, transforma o currículo em espaço de resistência, de afirmação identitária e de construção coletiva de sentidos.

É preciso, no entanto, reconhecer que essa prática curricular exige condições institucionais e políticas favoráveis. Como aponta Libâneo (2004), a escola democrática

pressupõe gestão participativa, valorização dos profissionais da educação e abertura ao diálogo com a comunidade. Sem essas condições, o ensino de Sociologia corre o risco de se tornar apenas mais uma disciplina formal, esvaziada de sentido e desconectada das urgências sociais.

Por isso, os fundamentos teóricos aqui mobilizados não devem ser vistos como receitas prontas, mas como convites à reflexão e à ação. Cada território, cada escola, cada grupo de estudantes demanda abordagens singulares, construídas coletivamente. A prática curricular emancipatória é, portanto, um processo em constante construção — e você, leitor, é parte dele. Afinal, pensar a Sociologia como direito formativo é também pensar a escola como espaço de esperança, de resistência e de transformação

3.5 Convergências e Singularidades: Comparando Experiências Curriculares de Ensino de Sociologia e Formação Cidadã

Ao longo do tópico anterior, refletimos sobre os fundamentos teóricos que sustentam o ensino de Sociologia como prática curricular emancipatória. Agora, convido você, leitor, a observar como esses princípios se materializam em experiências concretas. Vamos comparar duas iniciativas educacionais que, embora distintas em suas formas, compartilham o compromisso com a formação crítica e cidadã: Bananeiras-PB e Remígio-PB. Essa análise não busca definir modelos ideais, mas revelar caminhos possíveis e inspiradores.

A seguir, apresenta-se um quadro comparativo entre as duas experiências:

Quadro 2 – Iniciativas educacionais nas cidades Remígio e Bananeiras

Critério	Remígio-PB	Bananeiras-PB (Escola dos Sonhos)
Nome oficial no currículo	"Ciências Sociais", "Movimentos Sociais..."	Currículo por projetos; sem disciplina formal
Estrutura pedagógica	Grade curricular, ementas e portarias	Oficinas, gestão democrática, Pedagogia Cirandeira
Autonomia dos estudantes	Limitada pelas estruturas formais	Central na proposta pedagógica
Enfoque sociológico	Presente em conteúdos estruturados	Transversal e experiencial
Participação comunitária	Parcial, vinculada a projetos específicos	Constante e orgânica
Objetivo de empoderamento	Formação crítica e cidadã	Formação crítica e cidadã

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2026).

A análise comparativa entre as experiências educacionais de Bananeiras-PB e Remígio-PB não pretende estabelecer hierarquias entre práticas pedagógicas, mas evidenciar que

diferentes caminhos podem convergir na formação de sujeitos críticos, conscientes e socialmente engajados. A Escola dos Sonhos destaca a potência de uma educação contextualizada, afetiva e comunitária, enquanto Remígio sinaliza a importância da institucionalização da Sociologia como componente curricular desde os anos finais do Ensino Fundamental.

Embora distintas em suas abordagens, ambas as iniciativas revelam compromissos comuns com a construção de práticas pedagógicas voltadas à emancipação e ao empoderamento dos estudantes. A Escola dos Sonhos aposta em uma pedagogia transversal, centrada na escuta ativa e no protagonismo infantojuvenil; por sua vez, as escolas de Remígio formalizam o ensino de Sociologia, reafirmando o papel da educação como instrumento de transformação social.

Ao dialogarem com os contextos locais e valorizarem os saberes comunitários, essas experiências oferecem pistas potentes para pensar uma escola comprometida com a justiça social, a diversidade e a construção coletiva do conhecimento. A presença da Sociologia — seja como disciplina estruturada ou como prática transversal — contribui para o desenvolvimento da consciência crítica, da argumentação reflexiva e do engajamento político dos estudantes, ampliando suas possibilidades de leitura e intervenção no mundo.

Boaventura de Sousa Santos (2019) afirma que “A escola deve ser um espaço de insurgência contra as formas de conhecimento que excluem, silenciam e marginalizam” (Santos, 2019, p. 45).

Essa insurgência é especialmente urgente em territórios vulnerabilizados, onde persistem estigmas sociais e educacionais. Ao promover o questionamento das estruturas de poder e a valorização das identidades, a Sociologia torna-se ferramenta essencial para a desconstrução de estigmas e para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos escolares, desde os anos finais do Ensino Fundamental até sua consolidação no Ensino Médio.

Assim, reafirma-se o objetivo central desta dissertação: analisar a importância do ensino de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental como prática pedagógica voltada à formação crítica dos estudantes, à consolidação dos vínculos comunitários e à promoção da cidadania ativa. Fundamenta-se esta abordagem na perspectiva de que a Sociologia escolar, ao articular saberes científicos e experiências sociais, contribui para o desenvolvimento de competências reflexivas e para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas (Charlot, 2000; Arroyo, 2013).

4 INDICADORES SOCIAIS E EDUCACIONAIS: DIAGNÓSTICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM JOÃO PESSOA – PB

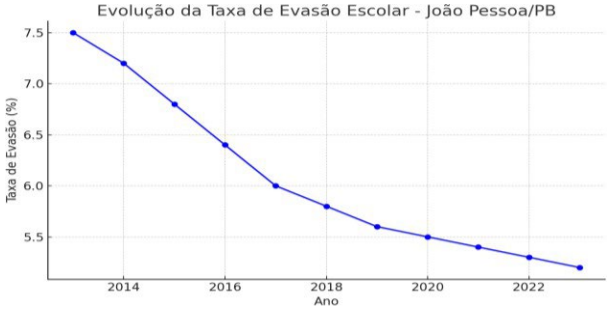
Comparando-se experiências curriculares de ensino de Sociologia em diferentes territórios, percebe-se que a formação cidadã pode se concretizar por caminhos diversos, mas sempre ancorada em contextos específicos. Agora, volte o olhar a João Pessoa, capital paraibana, onde os desafios sociais e educacionais exigem respostas urgentes e contextualizadas. Nesse cenário, a Sociologia pode se apresentar não apenas como disciplina, mas como possibilidade de enfrentamento das desigualdades e de fortalecimento da cidadania desde os anos finais do Ensino Fundamental.

A análise de indicadores sociais e educacionais é fundamental para planejar políticas públicas eficientes. De acordo com Sen (2000), compreender os dados sobre desigualdades, pobreza e escolarização é o primeiro passo para garantir a justiça social. Em João Pessoa, esses indicadores apontam para desafios relacionados à exclusão social, à evasão escolar e à violência, o que reforça a necessidade de incluir a Sociologia no Ensino Fundamental.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) João Pessoa apresenta um índice de desigualdade de renda significativo, com coeficiente de Gini em torno de 0,56. Esse cenário afeta diretamente a vivência escolar, uma vez que as famílias mais vulneráveis possuem menos acesso a recursos culturais e educacionais. A Sociologia, nesse contexto, pode ser uma ferramenta estratégica para promover a equidade educacional.

Segundo dados do Censo Escolar (INEP, 2023), a taxa de evasão escolar no Ensino Fundamental, em João Pessoa, é de aproximadamente 5,4%, com maior concentração nos anos finais. Esse fenômeno está associado a fatores como trabalho precoce e desmotivação escolar. A introdução da Sociologia, com metodologias participativas, pode aumentar o engajamento dos estudantes, promovendo maior permanência e sucesso escolar.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de evasão escolar no Ensino Fundamental em João Pessoa – PB nos últimos anos



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

Além disso, João Pessoa apresenta índices preocupantes de violência juvenil. Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2023), a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos é de 54,3 por 100 mil habitantes. Essa violência afeta o ambiente escolar, gerando insegurança e medo. A Sociologia pode contribuir para a compreensão crítica da violência e para o fortalecimento de práticas de cultura de paz nas escolas.

A desigualdade de gênero também se expressa nos indicadores educacionais de João Pessoa. Dados do IBGE (2022) mostram que meninas são mais propensas a abandonar a escola devido a gravidez precoce e responsabilidades domésticas. A Sociologia pode ajudar a desconstruir estereótipos de gênero e a fortalecer políticas educacionais inclusivas, que garantam a permanência e o sucesso escolar das meninas e adolescentes.

A oferta de Sociologia no Ensino Fundamental deve considerar ainda o analfabetismo funcional, que atinge cerca de 20% dos estudantes nos anos finais, conforme a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA, 2023). Esse fenômeno compromete a capacidade dos alunos de interpretar criticamente textos e informações, o que torna ainda mais relevante o ensino de competências analíticas promovidas pela Sociologia.

Quadro 3 – Indicadores educacionais de João Pessoa/PB: evasão, analfabetismo

INDICADOR	VALOR
Evasão Escolar (%)	5.4
Analfabetismo Funcional (%)	20.0
Taxa de Repetência (%)	12.0

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

O acesso desigual à educação de qualidade é agravado pela diferença entre escolas públicas e privadas. Conforme o IDEB (2021), a rede pública de João Pessoa apresenta média de 4,7 no Ensino Fundamental, enquanto a rede privada atinge 6,3. Esse abismo evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade, com destaque para a inclusão da Sociologia como disciplina formativa na rede pública.

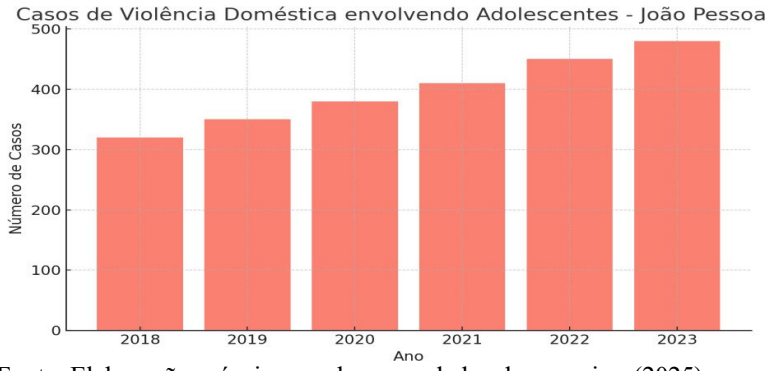
Os indicadores sociais também revelam a vulnerabilidade econômica das famílias. Segundo o Cadastro Único (2023), mais de 40% das famílias de João Pessoa vivem com renda per capita inferior a meio salário mínimo. A Sociologia pode contribuir para que os estudantes

compreendam a relação entre pobreza e políticas públicas, desenvolvendo uma visão crítica sobre as causas estruturais da desigualdade.

Outro fator que deve ser considerado é a diversidade étnico-racial de João Pessoa. Conforme o IBGE (2022), aproximadamente 63% da população se autodeclara preta ou parda. A Sociologia, ao abordar o racismo estrutural e a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas, pode fortalecer a identidade dos estudantes e combater as práticas discriminatórias no ambiente escolar.

A violência doméstica é um problema grave em João Pessoa, afetando diretamente a vida de muitas crianças e adolescentes. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública da Paraíba (2023), houve um aumento de 12% nos casos de violência doméstica envolvendo adolescentes. A Sociologia pode contribuir com ações educativas que promovam o respeito aos direitos humanos e a equidade de gênero.

Gráfico 2 –Número de casos de violência doméstica envolvendo adolescentes em João Pessoa (2018-2023)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

A precarização das condições de trabalho de muitas famílias impacta diretamente a vida escolar dos estudantes. De acordo com Antunes (2020), a flexibilização do mercado de trabalho intensifica a insegurança econômica e compromete o desenvolvimento educacional. A Sociologia pode problematizar as relações entre trabalho, renda e educação, incentivando os estudantes a refletirem criticamente sobre esses processos.

O acesso limitado a equipamentos culturais e tecnológicos é outro desafio. Pesquisa do Comitê Gestor da Internet (CGI, 2023) aponta que 32% dos lares de João Pessoa não possuem acesso adequado à internet. A Sociologia pode atuar na mediação digital, ensinando os estudantes a lidar criticamente com as tecnologias e a compreender as desigualdades digitais como um problema social e político.

Os indicadores também revelam uma elevada taxa de gravidez na adolescência, de 19,5% entre as jovens de 15 a 19 anos, segundo o Ministério da Saúde (2023). Esse fenômeno interfere na trajetória escolar, especialmente de meninas das periferias. A Sociologia pode ajudar a discutir as questões de sexualidade e gênero de forma crítica e informada, promovendo a prevenção e o empoderamento das adolescentes.

Quadro 4 – Taxa de gravidez na adolescência por bairro – João Pessoa – PB (2023)

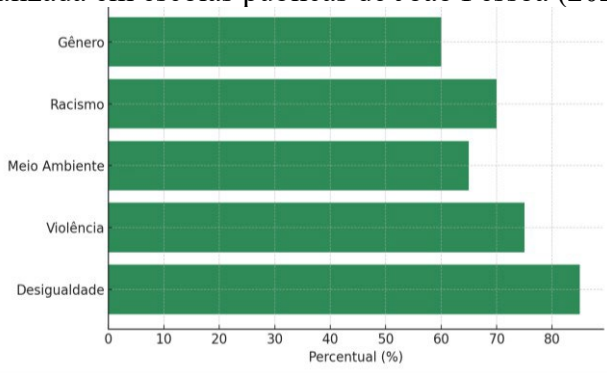
BAIRRO	TAXA (%)
Mangabeira	22.5
Valentina	21.0
Bancários	15.5
Centro	12.0
Cristo Redentor	18.3

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

Os índices de violência escolar também preocupam. Segundo pesquisa do Observatório da Violência Escolar (2023), 34% dos estudantes relataram ter sofrido bullying nos últimos 12 meses. A Sociologia pode fomentar a construção de uma cultura de respeito e solidariedade, analisando criticamente as práticas excludentes e promovendo a educação em direitos humanos no espaço escolar.

Nesse contexto, é importante destacar que a análise desses indicadores sociais oriente a formulação de políticas educacionais no município de João Pessoa. Como enfatiza Demo (2008), a pesquisa deve ser a base para a prática pedagógica, garantindo que as ações estejam ancoradas na realidade social. A introdução da Sociologia no Ensino Fundamental deve, portanto, ser uma política pública consciente, planejada e comprometida com a justiça social e a cidadania.

Gráfico 3 – Percepção dos estudantes sobre temas sociais: pesquisa realizada em escolas públicas de João Pessoa (2025)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

A partir dos dados levantados, como apresentados no Gráfico 3 sobre a percepção dos estudantes acerca de temas sociais, evidencia-se a necessidade de uma prática metodológica recomendada por Gohn (2011), que destaca a importância de conhecer o território para entender os processos sociais que afetam a comunidade. A Sociologia pode orientar os estudantes a realizar mapeamentos sobre infraestrutura, equipamentos públicos e condições de moradia, ampliando sua compreensão sobre as desigualdades territoriais em João Pessoa.

O ensino da Sociologia também pode ser articulado com oficinas temáticas sobre temas como cidadania, diversidade cultural e direitos humanos. Conforme Candau (2017), a educação intercultural é fundamental para valorizar a pluralidade e combater preconceitos. Tais oficinas podem estimular a expressão criativa e o protagonismo dos estudantes, fortalecendo sua identidade e sua consciência crítica.

Para ampliar o alcance formativo da Sociologia, é recomendável o desenvolvimento de projetos interdisciplinares. Segundo Morin (2000), a educação deve superar a fragmentação disciplinar e promover uma compreensão integrada dos fenômenos sociais. Assim, a Sociologia pode dialogar com a Geografia na análise das desigualdades territoriais de João Pessoa ou com a História ao discutir a formação social brasileira e as heranças coloniais, promovendo uma abordagem integrada e contextualizada.

Além disso, o uso de metodologias participativas, como a aplicação de enquetes, entrevistas e questionários, pode potencializar o envolvimento dos estudantes na investigação de sua realidade. Conforme Thiollent (2011), a pesquisa-ação é uma estratégia eficaz para envolver os sujeitos no diagnóstico e na transformação de sua realidade. Os estudantes podem, por exemplo, investigar a percepção da comunidade sobre a violência urbana ou sobre o acesso aos direitos sociais em seus bairros.

As visitas de campo são igualmente importantes para aproximar o conteúdo sociológico do cotidiano dos estudantes. Segundo Kolb (1984), a aprendizagem experiencial potencializa a construção de saberes significativos. Em João Pessoa, as escolas podem organizar visitas a espaços como o Centro Cultural São Francisco ou ao Parque Arruda Câmara, analisando questões como preservação ambiental e patrimônio cultural.

Outra proposta é a realização de fóruns estudantis, nos quais os jovens possam debater políticas públicas e propor ações para a melhoria da comunidade escolar. De acordo com Bobbio (1986), a participação política é um componente essencial da cidadania. Esses fóruns podem fortalecer o protagonismo juvenil e contribuir para a formação de uma consciência crítica entre os estudantes de João Pessoa.

A elaboração de jornais e boletins escolares com temas sociológicos também pode ser estimulada. Para Demo (2008), a produção de textos é uma forma de consolidar o conhecimento e de expressar a visão crítica dos estudantes. Essa prática favorece a reflexão sobre problemas locais, como a desigualdade, a violência e o meio ambiente, promovendo a articulação entre teoria e prática.

O ensino da Sociologia deve incluir também o debate sobre políticas públicas e direitos sociais. Segundo Marshall (1967), a cidadania plena implica o acesso aos direitos civis, políticos e sociais. É fundamental que os estudantes conheçam e discutam políticas de saúde, educação, assistência social e segurança, compreendendo seu papel na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Para que esse processo formativo seja significativo, é imprescindível a utilização de materiais didáticos contextualizados com a realidade local. De acordo com Freire (1996), o conteúdo escolar deve dialogar com a cultura e a experiência dos educandos. Assim, é importante que os livros e recursos utilizados tragam exemplos locais e abordem as especificidades culturais, sociais e econômicas do município, fortalecendo o sentido do aprendizado.

A avaliação no ensino da Sociologia deve ser processual e formativa. Segundo Luckesi (2011), avaliar é um ato de compreensão, e não apenas de verificação. Ela pode incluir a elaboração de projetos, apresentações orais, produções textuais e autoavaliações, valorizando a participação, a reflexão crítica e a capacidade de intervenção social dos estudantes.

A formação continuada dos professores é essencial para o sucesso da implementação da Sociologia no Ensino Fundamental. Conforme Libâneo (2013), o professor reflexivo é aquele que articula teoria e prática, desenvolvendo competências para enfrentar os desafios pedagógicos. Em João Pessoa, programas de capacitação podem ser promovidos em parceria com universidades locais, como a UFPB e o IFPB.

A gestão democrática das escolas também é uma condição necessária para o desenvolvimento de propostas pedagógicas críticas. Segundo Paro (2001), a gestão participativa fortalece o compromisso coletivo com a qualidade da educação. A inclusão da Sociologia pode contribuir para a democratização da escola, promovendo espaços de escuta e participação dos estudantes, professores e comunidade.

Por fim, a implementação da Sociologia deve ser acompanhada de políticas públicas que garantam as condições materiais e pedagógicas necessárias. De acordo com Saviani (2007), a educação como prática social precisa estar vinculada a um projeto político comprometido com

a emancipação. Em João Pessoa, a inclusão da Sociologia pode representar não apenas uma inovação curricular, mas uma ação transformadora, capaz de ressignificar o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa, crítica e plural.

4.1 Análise documental: limites e possibilidades legais para a inserção da Sociologia no Ensino Fundamental

A análise documental constitui uma etapa essencial para compreender os marcos legais e normativos que regem a organização curricular da educação básica no Brasil, especialmente no que se refere à autonomia dos sistemas municipais de ensino. Ao investigar os documentos oficiais que orientam a estrutura curricular nacional, estadual e municipal, torna-se possível identificar os espaços de decisão política e pedagógica que cada ente federado possui, bem como os limites impostos pelas diretrizes nacionais. No contexto da presente pesquisa, essa análise se torna estratégica para fundamentar a proposta de inclusão da Sociologia como componente curricular nos anos finais do Ensino Fundamental na rede pública de João Pessoa.

A educação básica brasileira é regida por um conjunto articulado de normas que vão desde a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passando pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), até as resoluções dos conselhos estaduais e municipais de educação. Cada um desses documentos expressa concepções de educação, currículo e formação humana que, embora interdependentes, também revelam tensões e disputas sobre quais saberes devem ser priorizados na formação dos estudantes. A análise crítica desses marcos legais permite compreender como a Sociologia tem sido historicamente posicionada — ora como saber marginalizado, ora como ferramenta de emancipação — dentro das políticas curriculares.

No caso específico da cidade de João Pessoa, a existência de um sistema municipal de ensino reconhecido legalmente confere ao município relativa autonomia para definir sua matriz curricular, desde que respeitados os princípios da legislação federal e estadual. Essa autonomia abre possibilidades concretas para a inclusão da Sociologia como disciplina nos anos finais do Ensino Fundamental, especialmente se houver respaldo do Conselho Municipal de Educação e alinhamento com os projetos político-pedagógicos das escolas. A análise documental, portanto, não se limita à leitura normativa, mas busca interpretar os sentidos e as possibilidades que emergem da articulação entre os diferentes níveis de regulação curricular.

Esta seção, ao se debruçar sobre os documentos legais e normativos que estruturam o currículo da educação básica, pretende oferecer uma leitura crítica e contextualizada das

possibilidades de inovação curricular no âmbito municipal. A proposta de inclusão da Sociologia será examinada à luz da legislação vigente, das diretrizes dos conselhos de educação e das experiências já consolidadas em outros sistemas de ensino. Trata-se de um esforço analítico que visa não apenas justificar juridicamente a proposta, mas também evidenciar seu potencial formativo e transformador no contexto da escola pública periférica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, representa um marco normativo que define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes da educação básica em todo o território nacional. Estruturada em áreas do conhecimento, a BNCC busca garantir uma formação integral, articulando competências cognitivas, sociais, emocionais e culturais. No Ensino Fundamental, a área de Ciências Humanas abrange os componentes de História e Geografia, sem contemplar a Sociologia como disciplina autônoma. Essa ausência, embora não explícita como exclusão, revela uma opção política e epistemológica que impacta diretamente a formação crítica dos estudantes.

Apesar de não estar formalmente incluída como componente obrigatório, os fundamentos da Sociologia estão presentes de forma transversal em diversas competências da BNCC. A análise das estruturas sociais, das relações de poder, da diversidade cultural e das desigualdades são temas recorrentes nas habilidades propostas para a área de Ciências Humanas. Essa presença implícita evidencia o reconhecimento da relevância dos saberes sociológicos, ainda que não se traduzam em uma disciplina específica. Como aponta Bodart (2020), “a Sociologia é convocada a contribuir com a formação cidadã, mas permanece invisibilizada como campo autônomo de saber”.

A ausência da Sociologia como disciplina obrigatória no Ensino Fundamental não configura impedimento legal para sua inclusão pelos sistemas de ensino. A própria BNCC, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reconhece a existência de uma parte diversificada do currículo, que pode ser definida pelos sistemas estaduais e municipais de ensino. Essa parte diversificada permite a incorporação de componentes curriculares que dialoguem com as especificidades locais, culturais e sociais dos estudantes, desde que respeitada a base comum nacional. Assim, a inclusão da Sociologia pode ser legitimada como estratégia pedagógica voltada à formação crítica e cidadã.

Nesse contexto, a decisão de incluir ou não a Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental é, sobretudo, uma escolha política e curricular dos entes federados. Os municípios que possuem sistemas próprios de ensino, como é o caso de João Pessoa, têm autonomia para propor inovações curriculares que atendam às demandas formativas de suas comunidades

escolares. A análise da BNCC, portanto, não deve ser interpretada como um limite absoluto, mas como um ponto de partida para a construção de propostas educacionais que ampliem os horizontes formativos dos estudantes. A Sociologia, ao oferecer ferramentas para a leitura crítica da realidade, pode ocupar um lugar estratégico na parte diversificada do currículo, contribuindo para a construção de uma educação pública mais democrática e emancipadora.

A Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), constitui o principal marco legal da educação brasileira. Ela estabelece os princípios que regem a organização da educação básica e superior, reconhecendo a diversidade regional e a autonomia dos sistemas de ensino. No que se refere ao currículo, a LDB propõe uma estrutura composta por uma base nacional comum e uma parte diversificada, conforme disposto em seu artigo 26. Essa divisão permite que os sistemas estaduais e municipais adaptem seus currículos às especificidades locais, culturais, sociais e econômicas, promovendo uma educação mais contextualizada e significativa.

A base nacional comum, segundo a LDB, deve assegurar os conhecimentos essenciais para todos os estudantes do país, garantindo a unidade nacional e os direitos de aprendizagem. Já a parte diversificada é definida pelos sistemas de ensino e pelas escolas, com o objetivo de atender às necessidades e características da comunidade escolar. Essa flexibilidade curricular é um dos pilares da gestão democrática da educação, pois permite que os sujeitos envolvidos no processo educativo — gestores, professores, estudantes e famílias — participem da construção de propostas pedagógicas que dialoguem com suas realidades.

Nesse contexto, o município de João Pessoa, por meio de seu Sistema Municipal de Ensino, tem respaldo legal para incluir a Sociologia como disciplina nos anos finais do Ensino Fundamental. Isso pode ocorrer na parte diversificada do currículo, desde que esteja fundamentada em diretrizes pedagógicas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação e aprovada pelo Conselho Municipal de Educação (CME-JP). A autonomia conferida pela LDB não é absoluta, mas é suficientemente ampla para permitir inovações curriculares que estejam em consonância com os princípios da legislação nacional e com os objetivos formativos da educação básica.

A proposta de inclusão da Sociologia como componente curricular específico nos anos finais do Ensino Fundamental, portanto, não se configura como ruptura com a legislação vigente, mas como exercício legítimo da autonomia municipal. Trata-se de uma escolha política e pedagógica que visa ampliar os horizontes formativos dos estudantes, especialmente aqueles que vivem em contextos de vulnerabilidade social. Ao reconhecer a Sociologia como

ferramenta de leitura crítica da realidade, o município pode contribuir para a construção de uma escola pública mais democrática, plural e comprometida com a formação cidadã.

O Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEE-PB) tem se posicionado historicamente de forma favorável à valorização dos componentes curriculares voltados à formação crítica e cidadã dos estudantes. A Resolução CEE nº 277/2007, que tornou obrigatória a oferta das disciplinas de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio das instituições vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino, representa um marco importante nesse sentido. Embora essa resolução se restrinja ao Ensino Médio, ela expressa o reconhecimento institucional da relevância da Sociologia como campo do saber capaz de contribuir para a compreensão das estruturas sociais, das relações de poder e das dinâmicas culturais que atravessam o cotidiano dos estudantes.

A decisão do CEE-PB de tornar obrigatória a Sociologia no Ensino Médio não apenas reforça a legitimidade desse componente curricular, como também sinaliza uma abertura para sua ampliação em outras etapas da educação básica. A Sociologia, ao promover o pensamento crítico e a análise das contradições sociais, contribui diretamente para os objetivos formativos previstos na LDB e na BNCC, especialmente no que diz respeito à construção da cidadania, à valorização da diversidade e à promoção dos direitos humanos. Assim, ainda que não haja resolução específica para o Ensino Fundamental, o posicionamento do CEE-PB pode ser interpretado como um precedente favorável à sua inclusão nos anos finais dessa etapa.

Além disso, o CEE-PB tem publicado resoluções que reafirmam a importância da contextualização curricular e da valorização dos saberes locais. Documentos como a Resolução CEE nº 340/2006, que trata da ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, destacam a necessidade de adequação curricular às realidades regionais e às demandas sociais dos estudantes, perspectiva curricular, centrada na diversidade e na inclusão, que abre espaço para propostas inovadoras que dialoguem com os contextos específicos das comunidades escolares, como a rede municipal de João Pessoa. A Sociologia, nesse cenário, pode ser incorporada como instrumento pedagógico para a leitura crítica das desigualdades que marcam o território.

A atuação normativa do CEE-PB, portanto, não se limita à regulação técnica do sistema estadual de ensino, mas também expressa diretrizes pedagógicas que podem inspirar os sistemas municipais. A valorização da Sociologia como disciplina formativa no Ensino Médio, aliada à defesa da contextualização curricular, oferece respaldo político e pedagógico para que o município de João Pessoa avance na construção de uma proposta curricular que inclua a Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental. Trata-se de uma oportunidade de

alinhamento entre os princípios da educação democrática e as práticas curriculares locais, com vistas à formação de sujeitos críticos, conscientes e socialmente engajados.

O Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa foi instituído pela Lei nº 8.996/1999 e regulamentado pelo Decreto nº 5.227/2004, que reconhece o Conselho Municipal de Educação (CME-JP) como órgão normativo, consultivo e fiscalizador. Essa estrutura confere ao município autonomia administrativa e pedagógica para organizar sua rede de ensino, elaborar diretrizes curriculares próprias e deliberar sobre a oferta de componentes curriculares, desde que em consonância com os marcos legais federais e estaduais. Trata-se de um arranjo institucional que permite ao município exercer protagonismo na construção de políticas educacionais contextualizadas e socialmente comprometidas.

A análise das resoluções publicadas pelo CME-JP revela que há espaço normativo para a inovação curricular, especialmente na parte diversificada prevista pela LDB. A Resolução SEC nº 9/2010, embora voltada à Educação Infantil, reafirma o papel do município na definição de conteúdos curriculares que atendam às especificidades locais, culturais e sociais da comunidade escolar. Essa prerrogativa pode ser estendida aos anos finais do Ensino Fundamental, desde que haja fundamentação pedagógica consistente e respaldo legal. A Sociologia, nesse contexto, pode ser incorporada como disciplina autônoma ou como eixo articulador de projetos interdisciplinares voltados à formação crítica dos estudantes.

A autonomia curricular do município de João Pessoa não se limita à gestão administrativa, mas envolve também a capacidade de responder às demandas formativas da população local. Em comunidades marcadas por desigualdades sociais, como o bairro do Roger, onde está situada a Escola Municipal Frei Afonso, a inclusão da Sociologia pode representar uma estratégia pedagógica para promover o protagonismo juvenil, a leitura crítica da realidade e o fortalecimento da cidadania. A escola, como espaço de produção de sentidos e de disputas simbólicas, pode se beneficiar da presença da Sociologia como ferramenta de análise das estruturas sociais que atravessam o cotidiano dos estudantes.

A proposta de inclusão da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental, portanto, encontra respaldo na legislação municipal e na tradição normativa do CME-JP, que valoriza a contextualização curricular e a diversidade de saberes. Ao reconhecer a legitimidade dessa iniciativa, o município pode avançar na construção de um currículo mais plural, democrático e comprometido com a transformação social. A Sociologia, ao ser incorporada como componente curricular, não apenas amplia o repertório formativo dos estudantes, como também fortalece o papel da escola pública como espaço de resistência, reflexão e emancipação.

4.2 A parte diversificada como espaço de inovação curricular

A parte diversificada do currículo, prevista no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), representa um espaço estratégico para a inclusão de componentes curriculares que dialoguem com as realidades locais, culturais e sociais dos estudantes. Essa flexibilidade curricular permite que os sistemas de ensino e as escolas desenvolvam propostas pedagógicas que atendam às especificidades de suas comunidades, promovendo uma educação contextualizada e significativa. Nesse sentido, a Sociologia pode ser legitimamente inserida como disciplina obrigatória nos anos finais do Ensino Fundamental, desde que aprovada pelo Conselho Municipal de Educação de João Pessoa (CME-JP) e incorporada aos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das unidades escolares.

A inclusão da Sociologia pode se concretizar por diferentes caminhos, como a reformulação da matriz curricular, a criação de projetos interdisciplinares ou a oferta de disciplinas eletivas. Cada uma dessas possibilidades exige planejamento pedagógico, formação docente adequada e respaldo legal. A reformulação da matriz curricular, por exemplo, pode estabelecer a Sociologia como componente fixo, com carga horária definida e objetivos específicos. Já os projetos interdisciplinares podem integrar conteúdos sociológicos em articulação com outras áreas, como História, Geografia e Língua Portuguesa, promovendo uma abordagem crítica e transversal dos temas sociais.

A experiência de outros municípios brasileiros que já adotaram a Sociologia no Ensino Fundamental pode servir como referência para a construção de uma proposta local em João Pessoa. Cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Recife têm desenvolvido iniciativas que valorizam os saberes sociológicos como parte da formação cidadã dos estudantes, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Essas experiências demonstram que é possível construir currículos inovadores, comprometidos com a justiça social e com a valorização da diversidade, mesmo diante das limitações impostas pela BNCC.

A parte diversificada, portanto, não deve ser vista como espaço residual ou secundário no currículo, mas como território fértil para a construção de práticas pedagógicas transformadoras. A inclusão da Sociologia nesse espaço representa uma escolha política e pedagógica que reafirma o compromisso da escola pública com a formação de sujeitos críticos, conscientes e capazes de intervir na realidade. Ao reconhecer a potência formativa da Sociologia, o município de João Pessoa pode avançar na construção de um currículo mais plural, democrático e alinhado às necessidades reais de seus estudantes.

A análise dos documentos legais e normativos evidencia, de forma inequívoca, que não há qualquer impedimento jurídico para a inclusão da Sociologia como componente curricular nos anos finais do Ensino Fundamental na rede municipal de João Pessoa. Ao contrário, os marcos legais — da LDB à BNCC, passando pelas resoluções do CEE-PB e do CME-JP — oferecem margem institucional legítima para que essa proposta seja discutida, construída e implementada. A legislação educacional vigente não apenas permite, como encoraja a contextualização curricular e a valorização dos saberes que dialogam com as realidades locais, especialmente quando voltados à formação cidadã e crítica.

A Sociologia, como ciência formativa, possui um papel estratégico na construção de uma educação pública comprometida com os princípios da democracia, da justiça social e da emancipação dos sujeitos. Ao oferecer ferramentas teóricas para a leitura crítica da realidade, ela permite que os estudantes compreendam as estruturas sociais que os atravessam, reconheçam os mecanismos de exclusão e desenvolvam capacidades para intervir em seus contextos. Em territórios marcados por desigualdades históricas, como as periferias urbanas de João Pessoa, a presença da Sociologia no currículo pode representar um gesto pedagógico de resistência e de afirmação da dignidade humana.

A decisão de incluir a Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental não se limita a uma escolha técnica ou administrativa. Trata-se de um posicionamento político diante dos desafios contemporâneos da educação brasileira, que exige das instituições escolares um compromisso efetivo com a formação de sujeitos críticos, conscientes e atuantes. Em tempos de negacionismo, de desinformação e de aprofundamento das desigualdades, a escola pública precisa se afirmar como espaço de produção de conhecimento, de diálogo plural e de construção coletiva de sentidos. A Sociologia, nesse contexto, é mais do que uma disciplina: é uma ferramenta de transformação.

Portanto, ao reconhecer a viabilidade legal e pedagógica da proposta, este estudo reafirma a urgência de sua implementação como parte de um projeto educacional comprometido com os direitos humanos, com a diversidade e com a justiça social. A inclusão da Sociologia no currículo dos anos finais do Ensino Fundamental da rede municipal de João Pessoa não é apenas possível — é necessária. É um passo concreto na direção de uma escola que não se limita a transmitir conteúdos, mas que se propõe a formar cidadãos capazes de compreender, questionar e transformar o mundo em que vivem.

4.3 Narrativas e escutas como práticas pedagógicas

Ao longo desta pesquisa — e, mais ainda, da minha vivência como educadora — fui compreendendo que a escuta sensível e o acolhimento das narrativas dos estudantes não são apenas estratégias pedagógicas: são gestos de humanidade. Candau (2008) e Freire (1996) nos lembram que o diálogo é condição para que o aprendizado seja significativo. E eu diria mais: é condição para que o estudante se reconheça como sujeito, como alguém que tem voz, história e potência. Quando criamos espaços para que os alunos contem suas histórias, algo profundo acontece. Suas vivências deixam de ser vistas como "problemas" e passam a ser reconhecidas como saberes legítimos — saberes que merecem estar no centro do processo educativo.

Cunha (2010) reforça essa perspectiva ao propor a escuta como metodologia de pesquisa e de intervenção pedagógica. E essa ideia me atravessa profundamente. Porque quando escutamos de verdade, não apenas coletamos dados — nós nos deixamos afetar. Ouvir os estudantes é reconhecer suas trajetórias, seus conflitos, suas formas de resistência. É construir uma escola que dialoga com a vida real, com os territórios que os alunos habitam, com os silêncios que carregam. Essa escuta ativa nos permite compreender os sentidos que eles atribuem à escola, ao conhecimento e às relações sociais. E, a partir disso, podemos construir práticas mais contextualizadas, mais significativas, mais humanas.

Não é raro que, ao escutar um estudante, eu me depare com histórias que não cabem nos planejamentos pedagógicos convencionais. Histórias de dor, de luta, de superação. E é nesse momento que percebo que ensinar é também cuidar. hooks (2013) nos lembra que o ato de ensinar é um ato de cuidado. E eu diria que a escuta é uma das formas mais profundas de cuidado que podemos oferecer. Quando escutamos com atenção e afeto, estamos dizendo ao estudante: "eu vejo você, eu reconheço sua existência, sua história importa". E isso transforma não apenas o vínculo, mas o próprio sentido da escola.

Incorporar essa dimensão ética e afetiva à prática pedagógica é reconhecer que a escola não é apenas um espaço de transmissão de conteúdos, mas um território de encontros. Encontros entre histórias, entre culturas, entre subjetividades. A escuta, nesse contexto, é o que sustenta esses encontros. Ela nos permite construir um ambiente escolar acolhedor, onde os estudantes se sintam pertencentes, respeitados e valorizados. E quando há pertencimento, há possibilidade de aprendizagem verdadeira — aquela que toca, que transforma, que permanece.

Por isso, defendo que escutar os estudantes é um ato político. É desafiar a lógica da homogeneização, é afirmar a diversidade como valor. É reconhecer que cada aluno carrega um mundo dentro de si — e que esse mundo merece ser escutado, compreendido e integrado ao

currículo. Quando a escola se abre para as narrativas juvenis, ela se torna mais viva, mais plural, mais potente. E é nesse movimento que a Sociologia encontra seu lugar: como ferramenta para compreender, dialogar e transformar as realidades que atravessam nossos estudantes.

Durante esta pesquisa, pude vivenciar momentos em que a escuta se revelou não apenas uma técnica, mas uma postura ética diante dos estudantes. Em rodas de conversa, por exemplo, percebi que quando os alunos se sentem ouvidos, algo muda — não apenas na relação com o professor, mas na forma como eles se percebem dentro da escola. Um estudante, ao compartilhar sua experiência de discriminação racial, disse: “Aqui ninguém nunca perguntou como eu me sinto. Hoje eu falei e vocês escutaram.” Essa fala, simples e potente, reafirma que a escuta é também reconhecimento.

A escuta, nesse sentido, não é passiva, pois exige presença, disponibilidade e abertura para o inesperado. Muitas vezes, os estudantes não trazem respostas prontas ou discursos organizados — trazem fragmentos, silêncios, gestos. E, nesse território do não dito, a escuta se torna ainda mais necessária. Como pesquisadora e educadora, aprendi que escutar é também acolher o que não se encaixa, o que escapa às categorias escolares, o que desafia os modelos prontos de ensino e aprendizagem.

Ao valorizar as narrativas dos estudantes, a escola amplia sua função social e se aproxima da vida real. Os relatos sobre violência, ausência dos pais, trabalho precoce, preconceito e sonhos interrompidos não são desvios — são parte da realidade que atravessa o cotidiano escolar. Incorporar essas vozes ao currículo é reconhecer que o conhecimento não nasce apenas dos livros, mas também das ruas, das casas, dos corpos que aprendem e resistem.

Essa perspectiva dialoga com a ideia de currículo como espaço de disputa e construção coletiva. Aos contar suas histórias, os estudantes não apenas revelam suas experiências, mas reivindicam lugar no processo educativo. A escuta, portanto, é também um gesto político: ela desafia a lógica da homogeneização e afirma a diversidade como valor pedagógico. E, nesse encontro entre narrativas e escuta, a Sociologia encontra terreno fértil para florescer na escola.

Por fim, acredito que escutar os estudantes é uma forma de devolver-lhes a palavra, muitas vezes negada ou silenciada. É dizer, com o corpo e com o olhar: “Você importa. Sua história importa”. E, quando a escola se torna esse espaço de escuta e reconhecimento, deixa de ser apenas um lugar de passagem e passa a ser território — de afetos, de saberes, de luta e de transformação.

5 METODOLOGIA

5.1 Abordagem da Pesquisa

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista, articulando procedimentos qualitativos e quantitativos para compreender, de forma ampla e aprofundada, a relevância do ensino de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental. O delineamento principal foi o estudo de caso, realizado em uma escola da rede pública municipal de João Pessoa, onde a pesquisadora atua profissionalmente e compartilha, cotidianamente, os desafios e as potências da prática educativa.

A dimensão qualitativa permitiu captar os sentidos atribuídos pelos participantes às suas vivências escolares, por meio de entrevistas e rodas de conversa, valorizando o diálogo e a escuta ativa como instrumentos de construção de conhecimento. Já a dimensão quantitativa foi incorporada por meio da sistematização e categorização dos dados obtidos, permitindo identificar padrões, recorrências e indicadores relevantes para a análise. Essa combinação metodológica não foi apenas uma escolha técnica, mas uma forma de honrar a complexidade do fenômeno investigado.

Essa articulação entre diferentes procedimentos fortaleceu a triangulação dos dados e ampliou a capacidade interpretativa da pesquisa, conforme defendem Minayo (2001) e Creswell (2010), que reconhecem o potencial da combinação metodológica para investigar fenômenos sociais complexos. Ao cruzar fontes diversas e perspectivas complementares, foi possível construir uma análise mais robusta, sensível às nuances e às contradições que atravessam o cotidiano escolar.

A opção por integrar métodos distintos também se justifica pela natureza multifacetada do objeto de estudo. A ausência da disciplina de Sociologia no currículo escolar não se expressa apenas em termos estruturais, mas também em dimensões simbólicas, afetivas e políticas que exigem múltiplas lentes de análise. Ao combinar escuta e sistematização, a pesquisa conseguiu acessar tanto os significados subjetivos atribuídos pelos sujeitos quanto os dados objetivos que revelam tendências e lacunas formativas.

Essa flexibilidade metodológica foi essencial para respeitar a diversidade dos participantes e das suas formas de expressão. Enquanto alguns sujeitos se sentiram mais à vontade em espaços dialógicos, como as rodas de conversa, outros preferiram responder aos questionários de forma mais reservada. Essa abertura para diferentes modos de participação

garantiu a inclusão de múltiplas vozes e contribuiu para a construção de um corpus de dados plural, sensível às singularidades dos sujeitos envolvidos.

A convergência entre os métodos também favoreceu a validação cruzada das informações obtidas. As percepções registradas nas entrevistas foram confrontadas com os dados sistematizados dos questionários, revelando convergências, tensões e contradições que enriqueceram a análise. Esse entrelaçamento metodológico reforçou a credibilidade dos resultados e ampliou a capacidade da pesquisa de propor recomendações fundamentadas e contextualizadas.

Mais do que uma estratégia investigativa, essa abordagem reafirmou o compromisso ético da pesquisa com a escuta ativa e com a produção de conhecimento situado. Ao reconhecer que os sujeitos da investigação são também produtores de saberes, a pesquisa rompeu com a lógica da neutralidade científica e assumiu uma postura comprometida com a transformação social. A metodologia, nesse sentido, não foi apenas um caminho técnico, mas uma escolha política que expressa os valores de uma educação crítica, democrática e emancipadora.

Esse percurso metodológico me aproximou dos sujeitos da pesquisa — não como alguém que observa de fora, mas como alguém que escuta, dialoga e se deixa afetar. Em muitos momentos, as falas dos estudantes revelaram dores que não aparecem nos indicadores escolares: o sentimento de invisibilidade, o desejo de pertencimento, a vontade de compreender o mundo para além dos muros da escola. E foi nesse encontro entre método e afeto que a pesquisa se fortaleceu.

Ao lidar com temas sensíveis, como a ausência da Sociologia no currículo, percebi que não se trata apenas de uma lacuna institucional — trata-se de uma ausência sentida, vivida, questionada pelos próprios sujeitos escolares. O cruzamento entre os dados objetivos e os relatos subjetivos revelou camadas profundas de exclusão e desejo de reconhecimento. E foi justamente essa escuta plural que permitiu compreender a complexidade do fenômeno investigado.

A potência dessa abordagem está na sua abertura para o inesperado. Ao longo da pesquisa, fui surpreendida por gestos, silêncios e narrativas que não estavam previstos nos instrumentos, mas que trouxeram sentidos novos para o estudo. E é por isso que defendo uma metodologia que não apenas mede, mas que escuta; que não apenas analisa, mas que se envolve. Porque é nesse movimento que a pesquisa se torna também uma prática de cuidado, de compromisso e de transformação.

5.2 Procedimentos Metodológicos

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada por meio de estratégias complementares, articuladas com o objetivo de garantir uma escuta ampla, sensível e situada dos sujeitos escolares. Cada instrumento adotado buscou captar diferentes dimensões da realidade investigada, respeitando os tempos, os espaços e as vozes que habitam o cotidiano da escola pública.

Inicialmente, procedeu-se à revisão bibliográfica e documental, com a análise crítica de produções acadêmicas que discutem o ensino de Sociologia na educação básica, a formação crítica dos estudantes (Freire, 1996), o empoderamento social (Bourdieu, 1998) e a desconstrução de estigmas. Paralelamente, foram examinados documentos institucionais da escola e da rede municipal, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), planos de ensino e diretrizes curriculares, a fim de compreender o espaço — ou a ausência — da Sociologia no currículo vigente.

Em seguida, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 6 professores de áreas afins (História, Geografia, Ensino Religioso), 2 gestores escolares e 45 estudantes dos 8º e 9º anos. Essa etapa buscou compreender as percepções sobre a ausência da Sociologia, suas possíveis contribuições e as demandas formativas emergentes. A escolha por entrevistas semiestruturadas garantiu flexibilidade e profundidade, respeitando o ritmo, a linguagem e os sentidos atribuídos pelos participantes (Minayo, 2001).

Complementarmente, organizaram-se rodas de conversa com grupos de estudantes e professores, concebidas como espaços dialógicos e horizontais de escuta, troca de experiências e reflexão coletiva. Inspirada na pedagogia freireana, essa estratégia favoreceu o protagonismo dos sujeitos e a construção compartilhada de sentidos sobre temas sociológicos relevantes, como desigualdade, identidade, preconceito e participação política.

Os dados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin (2011), técnica que possibilitou identificar categorias emergentes, padrões discursivos e significados atribuídos pelos participantes. Esse procedimento contribuiu para a compreensão das potencialidades do ensino de Sociologia na formação crítica e cidadã dos estudantes.

Por fim, além dos instrumentos formais, a pesquisa incorporou a observação participante como estratégia metodológica complementar. A atuação cotidiana da pesquisadora como educadora na escola investigada permitiu uma imersão profunda no cenário escolar, possibilitando captar nuances que dificilmente emergiriam apenas por meio de entrevistas ou

questionários. Gestos, silêncios, expressões espontâneas e dinâmicas relacionais foram observados, revelando aspectos sutis que atravessam o cotidiano da escola pública e enriquecem a análise.

As observações foram realizadas em diversos ambientes escolares — sala de aula, corredores, quadra, refeitório, biblioteca e espaços de convivência — com atenção às interações entre estudantes, professores e gestores. Foram registrados momentos de escuta informal, conversas espontâneas, conflitos, afetos e práticas pedagógicas que expressam, ainda que de forma não sistematizada, conteúdos e temas sociológicos presentes na vida escolar. Essa escuta ampliada permitiu compreender como os sujeitos constroem sentidos sobre si mesmos e sobre o mundo, mesmo na ausência formal da disciplina de Sociologia.

A observação participante foi registrada por meio de anotações em diário de campo, respeitando os princípios éticos da pesquisa e o anonimato dos envolvidos. A escuta sensível, inspirada na perspectiva freireana de educação como prática de liberdade (Freire, 1996), permitiu que os dados fossem construídos não apenas a partir da fala, mas também da presença, da convivência e do afeto. Como afirma André (1995), a observação participante é uma forma de mergulhar no cotidiano escolar com olhos atentos e coração aberto, reconhecendo que o pesquisador também é sujeito da investigação.

Essa estratégia metodológica revelou, por exemplo, que muitos estudantes expressam inquietações sociológicas em momentos informais — como nos intervalos, nas rodas de conversa espontâneas ou nas interações com os colegas. Questões como desigualdade, preconceito, violência e identidade emergem com força nesses espaços, indicando uma demanda formativa que o currículo tradicional não contempla. A observação desses momentos foi essencial para compreender a potência da Sociologia como ferramenta de leitura crítica da realidade.

As conversas informais com os estudantes também foram fontes ricas de dados. Em muitos casos, os alunos compartilhavam suas experiências de vida, suas percepções sobre a escola e suas dúvidas sobre o mundo social. Essas falas, mesmo não sistematizadas em instrumentos formais, foram tratadas com o mesmo rigor ético e analítico, por reconhecer que o conhecimento se constrói também na informalidade, na escuta cotidiana e na relação de confiança entre pesquisador e sujeito.

A observação participante permitiu, ainda, identificar práticas pedagógicas que mobilizam temas sociológicos de forma transversal, mesmo sem a presença formal da disciplina. Professores de História, Geografia e Ensino Religioso, por exemplo, abordavam

questões como racismo, desigualdade urbana e participação política em suas aulas, revelando estratégias criativas de resistência curricular. Esses achados foram fundamentais para compreender que a Sociologia já habita a escola — ainda que de forma fragmentada e invisibilizada.

Ao incluir a observação participante como parte da metodologia, a pesquisa reafirma seu compromisso com uma escuta ampliada, situada e ética. Trata-se de reconhecer que o campo não é apenas fonte de dados, mas espaço de vida, de afeto e de transformação. Como defende Gauthier (1998), observar é também envolver-se, comprometer-se, deixar-se afetar. E foi nesse envolvimento que esta pesquisa se fortaleceu.

Por fim, a observação participante contribuiu para a triangulação dos dados, permitindo confrontar os registros do cotidiano com as falas dos participantes e os documentos institucionais. Essa articulação entre diferentes fontes ampliou a densidade da análise e reforçou a legitimidade dos achados. A escuta cotidiana, nesse sentido, não foi apenas uma técnica — foi uma postura ética e política diante dos sujeitos da pesquisa.

A aplicação dos instrumentos metodológicos foi cuidadosamente planejada para respeitar os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a forma de utilização dos dados e o direito à desistência, sendo garantido o anonimato e a confidencialidade das informações. Esse cuidado ético foi essencial para estabelecer uma relação de confiança e para assegurar a legitimidade dos dados coletados.

Durante as entrevistas, observou-se que muitos professores já incorporavam temas sociológicos em suas práticas, mesmo sem o respaldo formal da disciplina no currículo. Essa constatação reforçou a hipótese de que há uma demanda latente por espaços sistematizados de reflexão social na escola. As falas dos docentes revelaram estratégias criativas de abordagem de temas como desigualdade, racismo, identidade e participação política, evidenciando o potencial formativo da Sociologia mesmo em contextos de ausência institucional.

As rodas de conversa, por sua vez, revelaram-se espaços potentes de escuta e construção coletiva. Os estudantes demonstraram grande interesse pelos temas propostos, compartilhando experiências pessoais, opiniões e inquietações sobre a realidade social que os cerca. A horizontalidade desses encontros favoreceu o protagonismo juvenil e permitiu que os sujeitos se reconhecessem como produtores de saberes, em consonância com a perspectiva freireana de educação como prática de liberdade.

A análise documental contribuiu para evidenciar o apagamento da Sociologia nos documentos oficiais da rede municipal. Embora os planos de ensino e o PPP mencionem a formação cidadã como objetivo geral, não há diretrizes claras sobre como essa formação deve ser operacionalizada nos anos finais do Ensino Fundamental. Essa lacuna reforça a necessidade de uma proposta curricular que explicite o papel da Sociologia na construção de competências críticas e sociais.

Por fim, a triangulação entre os dados obtidos por diferentes instrumentos metodológicos permitiu construir uma análise robusta e contextualizada. A convergência entre os discursos dos professores, gestores e estudantes, aliada à ausência da disciplina nos documentos oficiais, evidenciou a urgência de uma intervenção curricular que reconheça a Sociologia como componente essencial da formação básica. Os procedimentos metodológicos, portanto, não apenas sustentaram a investigação, mas também revelaram caminhos possíveis para a transformação da prática educativa.

Essa etapa da pesquisa foi, para mim, mais do que um exercício técnico — foi um mergulho profundo nas vozes que habitam a escola. Cada entrevista, cada roda de conversa, cada documento lido me aproximou dos sujeitos e dos silêncios que atravessam o cotidiano escolar. E foi nesse encontro entre escuta e análise que os dados começaram a ganhar vida, revelando não apenas o que falta, mas também o que pulsa.

A escolha por estratégias metodológicas diversas também expressa um compromisso com a pluralidade dos sujeitos envolvidos. Não se trata de buscar uma verdade única, mas de reconhecer que o conhecimento se constrói na intersecção entre diferentes olhares, experiências e linguagens. Ao permitir que os participantes se expressassem em seus próprios termos, a pesquisa se tornou mais democrática, mais sensível, mais potente.

E talvez o maior aprendizado dessa etapa tenha sido perceber que os dados não são neutros — eles carregam afetos, histórias, desejos. Ao tratar cada fala como um gesto de confiança, cada silêncio como uma pista, cada documento como um vestígio, a pesquisa se transformou em um espaço de escuta comprometida. E é nesse espaço que a Sociologia encontra seu lugar: como ferramenta para compreender, dialogar e transformar.

5.3 Caracterização da escola e dos participantes

A escola participante foi uma unidade da rede pública municipal de João Pessoa que oferta os anos finais do Ensino Fundamental e onde atuo profissionalmente como professora.

Escolher essa escola não foi apenas uma decisão metodológica — foi um gesto de compromisso com o território que habito, com os estudantes que me atravessam diariamente e com os desafios que conheço de perto. A pesquisa, nesse sentido, nasce de dentro, como quem olha para o chão que pisa e decide escutá-lo com mais atenção.

A instituição escolhida para o estudo foi a Escola Municipal Ativa Integral Frei Afonso, localizada no bairro do Roger, uma área periférica da cidade marcada por vulnerabilidades sociais relevantes. O bairro, com suas ruas estreitas e histórias densas, carrega marcas de desigualdade, mas também pulsa resistência e criatividade. A escola, inserida nesse contexto, atende 314 estudantes, incluindo turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e funciona em regime de tempo integral — o que amplia as possibilidades pedagógicas e favorece vínculos mais profundos entre escola e comunidade.

A estrutura física da escola é composta por oito salas de aula convencionais, duas bibliotecas, uma sala Maker e uma sala Google — ambas utilizadas como espaços pedagógicos regulares — totalizando dez ambientes dedicados ao ensino. Há também uma sala de recursos para atendimento especializado, voltada ao suporte de estudantes com necessidades educacionais específicas. Embora limitada em alguns aspectos, essa infraestrutura revela o esforço da gestão escolar em diversificar os espaços de aprendizagem e promover práticas pedagógicas inovadoras, mesmo diante das restrições materiais que atravessam a educação pública.

A seleção dos participantes foi feita por amostragem intencional, buscando diversidade de perfis e experiências. Foram convidados professores de áreas afins à Sociologia, gestores escolares diretamente envolvidos com o planejamento pedagógico e estudantes dos 8º e 9º anos, cujas vivências escolares revelaram percepções sobre temas sociológicos e demandas formativas não contempladas pelo currículo atual (Charlot, 2000). A escolha por esse grupo não foi aleatória — ela partiu da escuta cotidiana, da observação sensível e do desejo de construir uma investigação que dialogasse com quem vive a escola por dentro.

Participaram da pesquisa 45 estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, dos quais 37 responderam integralmente aos questionários aplicados. Essa diferença numérica foi registrada e considerada na análise dos dados, respeitando os princípios éticos da pesquisa e o direito à não participação. Os estudantes foram selecionados com base em critérios de diversidade de gênero, faixa etária e trajetória escolar, buscando garantir uma escuta plural e representativa. Cada resposta, cada silêncio, cada gesto foi tratado como expressão legítima de um sujeito que pensa, sente e constrói sentidos sobre sua experiência escolar.

Além dos estudantes, participaram da pesquisa seis professores de áreas afins à Sociologia — como História, Geografia e Ensino Religioso — todos colaboradores ativos e engajados com a proposta investigativa. Suas falas revelaram práticas criativas, tensões cotidianas e o desejo de ampliar os espaços de reflexão crítica na escola. A escuta desses profissionais foi fundamental para compreender as estratégias já utilizadas e os limites impostos pela ausência formal da Sociologia no currículo. Mais do que fontes de dados, esses docentes foram parceiros na construção de caminhos possíveis.

Dois gestores escolares também integraram o grupo de participantes, oferecendo uma visão institucional sobre o planejamento pedagógico, as diretrizes curriculares e as demandas formativas da comunidade escolar. Suas contribuições permitiram articular os dados empíricos com as políticas educacionais locais, evidenciando a importância de uma proposta curricular que dialogue com as realidades dos estudantes e promova a formação cidadã. A participação dos gestores reforçou o compromisso da escola com a construção de práticas educativas mais inclusivas, críticas e socialmente comprometidas.

A composição do grupo de participantes, portanto, foi pensada estrategicamente para garantir a riqueza dos dados e a profundidade da análise. Ao reunir estudantes, professores e gestores, a pesquisa construiu um panorama multifacetado sobre a ausência da Sociologia no currículo e suas implicações na formação dos sujeitos. Essa diversidade de vozes fortaleceu o caráter dialógico da investigação e reafirmou a centralidade da escuta como princípio ético e metodológico.

E é importante dizer que essa escuta não foi neutra. Ela foi atravessada por afetos, por memórias, por inquietações. Em muitos momentos, senti que os sujeitos da pesquisa não estavam apenas respondendo a uma investigação — estavam confiando suas histórias, suas dores, seus sonhos. E isso exige responsabilidade. Exige que a pesquisa não se limite a registrar, mas que se comprometa com a transformação.

Ao caminhar pelos corredores da escola, ao sentar em roda com os estudantes, ao conversar com os professores nos intervalos, fui percebendo que a ausência da Sociologia no currículo não é apenas uma questão técnica — é uma ausência que se inscreve nos corpos, nas falas, nas lacunas formativas. E foi essa percepção que deu sentido à escolha dos participantes: escutar quem vive essa ausência, quem a sente, quem a contesta.

A escola, nesse contexto, não foi apenas cenário da pesquisa — foi protagonista. Foi território de escuta, de afeto e de resistência. E os sujeitos que a habitam foram os verdadeiros

autores dessa investigação, que se construiu no encontro entre teoria e prática, entre método e vida, entre desejo e possibilidade.

5.4 Critérios de seleção dos participantes

A escolha dos participantes da pesquisa foi orientada por critérios éticos, pedagógicos e metodológicos que buscavam garantir a legitimidade da escuta e a representatividade das vozes envolvidas. Mais do que uma etapa técnica, esse processo foi pensado como um gesto de cuidado — um convite à participação que respeitasse os tempos, os limites e os direitos de cada sujeito.

No caso dos estudantes, foram selecionados aqueles que estavam regularmente matriculados nos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e que apresentavam frequência mínima de 75% nas atividades escolares. Esse critério foi adotado para assegurar que os participantes tivessem vivência suficiente do cotidiano escolar, condição essencial para que suas percepções sobre o currículo e os temas sociológicos fossem construídas a partir da experiência concreta.

Por se tratar de menores de idade, a participação dos estudantes foi condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos responsáveis legais, além do Termo de Assentimento pelos próprios alunos. Esse cuidado ético não foi apenas uma exigência formal — foi uma forma de reconhecer os estudantes como sujeitos de direitos, capazes de compreender e decidir sobre sua participação na pesquisa. Cada assinatura, nesse sentido, foi também um pacto de confiança.

A seleção dos professores seguiu critérios relacionados à área de atuação e ao envolvimento com práticas pedagógicas que dialogam com o campo da Sociologia. Foram convidados docentes das disciplinas de História, Geografia e Ensino Religioso, por compreenderem temas transversais como desigualdade, identidade, cultura e participação política. Além disso, considerou-se o tempo de atuação na escola e o engajamento com projetos pedagógicos voltados à formação cidadã.

Esses professores não foram escolhidos apenas por sua formação acadêmica, mas pela escuta sensível que demonstram em sala de aula, pela capacidade de construir pontes entre o conteúdo e a vida dos estudantes. Suas práticas revelam que, mesmo sem a presença formal da Sociologia no currículo, há uma pulsação sociológica no cotidiano escolar — uma vontade de pensar o mundo, de problematizar a realidade, de promover o diálogo.

Os gestores escolares foram selecionados com base em sua atuação direta no planejamento pedagógico e na gestão curricular da escola. Foram convidados aqueles que acompanham de perto os processos de ensino-aprendizagem, participam da elaboração do Projeto Político-Pedagógico e mantêm diálogo constante com a equipe docente. A escolha por esses profissionais visou compreender a perspectiva institucional sobre a formação crítica dos estudantes e sobre as possibilidades de inserção da Sociologia no currículo.

A presença dos gestores na pesquisa foi fundamental para articular os dados empíricos com as políticas educacionais locais. Suas falas revelaram os desafios enfrentados pela escola pública, as tensões entre diretrizes oficiais e práticas cotidianas, e o desejo de construir uma proposta curricular mais sensível às realidades dos estudantes. Mais do que representantes da gestão, esses sujeitos se mostraram parceiros na construção de uma escola mais democrática e inclusiva.

A definição dos critérios de seleção não teve como objetivo excluir, mas incluir com responsabilidade. Ao garantir que os participantes tivessem vínculo efetivo com a escola, disponibilidade para o diálogo e condições éticas para participar, a pesquisa buscou construir um espaço legítimo de escuta. E foi nesse espaço que as vozes começaram a emergir — diversas, potentes, contraditórias — revelando que a ausência da Sociologia no currículo não é apenas uma questão técnica, mas uma ausência sentida, vivida e contestada.

6 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente seção apresenta os resultados da pesquisa realizada numa Escola Municipal, articulando os dados empíricos com os referenciais teóricos, legais e pedagógicos discutidos na fundamentação. A análise busca compreender como os conteúdos sociológicos são abordados — ou negligenciados — no cotidiano escolar, e quais são os impactos dessa ausência na formação crítica dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental.

A investigação partiu da premissa de que a Sociologia, enquanto campo do saber voltado à leitura crítica da realidade, possui potencial formativo significativo, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, como o bairro do Roger. Nesse sentido, os dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com docentes da área de Ciências Humanas e da análise documental de materiais institucionais e normativos foram fundamentais para revelar as tensões entre a prática pedagógica e a estrutura curricular vigente.

A leitura crítica dos documentos — como o Projeto Político-Pedagógico da escola, resoluções do Conselho Municipal de Educação e diretrizes da BNCC — permitiu identificar os limites e possibilidades legais para a inclusão da Sociologia como componente curricular. Já as entrevistas trouxeram à tona as percepções, experiências e estratégias dos professores diante da ausência formal da disciplina, evidenciando tanto os desafios quanto as potências existentes no campo empírico.

A análise dos dados foi conduzida com base na triangulação metodológica, que permitiu cruzar diferentes fontes de informação e construir uma interpretação mais consistente e contextualizada dos fenômenos observados. Conforme orientam Minayo (2001) e Cellard (2008), a triangulação fortalece a validade da pesquisa qualitativa ao integrar perspectivas complementares e revelar dimensões ocultas ou contraditórias do objeto investigado.

A discussão dos resultados está organizada em três eixos analíticos que emergiram do processo de categorização dos dados:

- Percepções docentes sobre a ausência da Sociologia: revela como os professores compreendem os efeitos da ausência da disciplina no currículo e suas implicações para a formação dos estudantes.
- Práticas pedagógicas e abordagens interdisciplinares: analisa as estratégias utilizadas pelos docentes para abordar conteúdos sociológicos de forma transversal ou integrada.

• Impactos na formação crítica dos estudantes: discute as consequências da ausência da Sociologia para o desenvolvimento do pensamento crítico, da consciência social e da cidadania dos alunos.

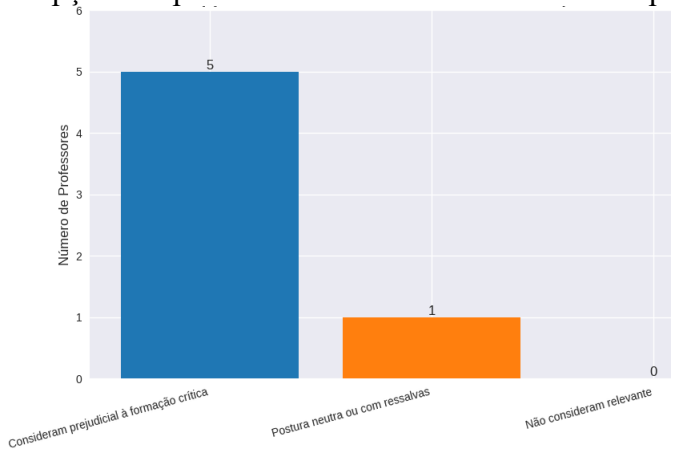
6.1 Percepções dos professores sobre a ausência da Sociologia

As entrevistas com professores da área de Ciências Humanas revelaram uma percepção crítica sobre a ausência da Sociologia como disciplina específica nos anos finais do Ensino Fundamental. Os docentes reconhecem que, embora temas sociológicos sejam abordados de forma transversal — especialmente nas aulas de História e Geografia — essa abordagem não substitui a sistematização conceitual e metodológica que a Sociologia oferece.

Uma professora de História afirmou: “A gente tenta trazer debates sobre desigualdade, racismo, violência, mas é tudo muito corrido, sem tempo para aprofundar. Se tivesse Sociologia, seria diferente. Os alunos têm interesse, mas falta estrutura”. Essa fala expressa a tensão entre o desejo de promover uma formação crítica e os limites advindos do cenário curricular vigente.

Outro docente destacou que a Sociologia poderia contribuir para o desenvolvimento de competências previstas na BNCC, como o pensamento crítico, a argumentação e o respeito à diversidade. A ausência da disciplina é percebida como um obstáculo à construção de uma educação emancipadora, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais, como o bairro do Roger. Os professores também demonstraram consciência de que a Sociologia não é apenas uma disciplina de conteúdo, mas uma ferramenta de leitura crítica da realidade. Sua ausência compromete a formação cidadã dos estudantes e limita as possibilidades de reflexão sobre os conflitos sociais que atravessam o cotidiano escolar.

Gráfico 4 – Percepção dos professores sobre a ausência da Disciplina Sociologia



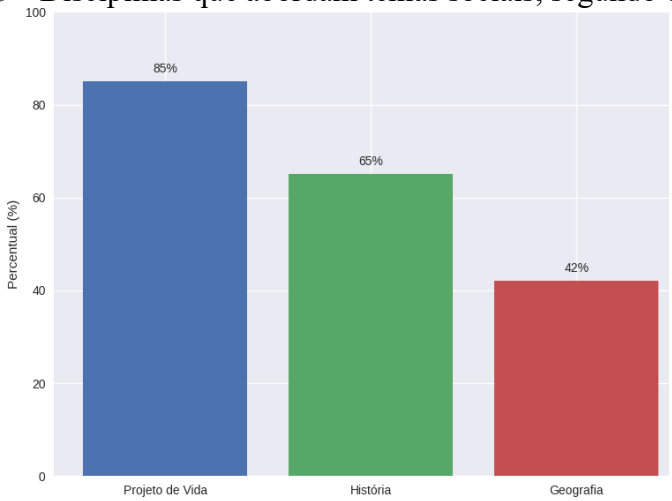
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 4 evidencia o apoio majoritário dos docentes à inclusão da Sociologia como componente curricular obrigatório. Dos seis professores entrevistados, cinco se posicionaram de forma favorável, destacando a importância da disciplina para o aprofundamento dos temas sociais, a formação crítica dos estudantes e o combate a estigmas. Apenas um docente demonstrou postura neutra ou com ressalvas, e nenhum se posicionou contra a proposta. Esses dados reforçam a legitimidade da demanda por uma abordagem sistemática dos conteúdos sociológicos no Ensino Fundamental.

6.2 Práticas pedagógicas e abordagens interdisciplinares

Apesar da ausência formal da Sociologia no currículo, os dados revelam que há práticas pedagógicas que dialogam com conteúdos sociológicos. Projetos interdisciplinares, rodas de conversa, atividades extracurriculares e ações comunitárias têm sido Disciplinas que abordam temas sociais utilizados como estratégias para abordar temas como identidade, cultura, direitos humanos e relações de poder.

Gráfico 5 – Disciplinas que abordam temas sociais, segundo os alunos



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

Este gráfico de barras mostra que o Projeto de Vida é o principal espaço para discussões sociais, embora não substitua a abordagem sistemática da Sociologia.

O Projeto Político-Pedagógico da escola, revisado em 2023, expressa com clareza o compromisso com uma educação democrática e emancipadora. Entre seus princípios

orientadores, destacam-se a valorização da diversidade, o respeito aos direitos humanos e o estímulo à participação ativa dos estudantes. Esses princípios convergem com os objetivos da Sociologia escolar, o que reforça a legitimidade de sua inclusão como componente curricular.

No entanto, os professores apontam que essas ações são pontuais, dependem do engajamento individual dos docentes e não possuem continuidade institucional. A ausência de diretrizes específicas para o ensino de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental dificulta sua sistematização e consolidação como prática pedagógica regular.

A análise dos documentos escolares revela que há espaço normativo para a inovação curricular, especialmente na parte diversificada prevista pela LDB. A autonomia conferida ao município de João Pessoa, por meio de seu Sistema Municipal de Ensino, permite a inclusão da Sociologia como disciplina, desde que haja fundamentação pedagógica e aprovação pelo Conselho Municipal de Educação.

6.3 Impactos na formação dos estudantes

Os dados indicam que a ausência da Sociologia no currículo impacta diretamente a formação dos estudantes, especialmente no que se refere à capacidade de compreender, problematizar e transformar as estruturas sociais que atravessam suas vidas. Em um território marcado por desigualdades, estigmas e exclusões, como o bairro do Roger, a Sociologia poderia funcionar como instrumento de empoderamento e emancipação.

Os professores relataram que muitos alunos demonstram senso crítico, curiosidade intelectual e desejo de transformação, mas enfrentam dificuldades para sistematizar suas reflexões e construir argumentos consistentes. A presença da Sociologia como disciplina específica poderia potencializar essas habilidades, promovendo o protagonismo juvenil e fortalecendo a cidadania.

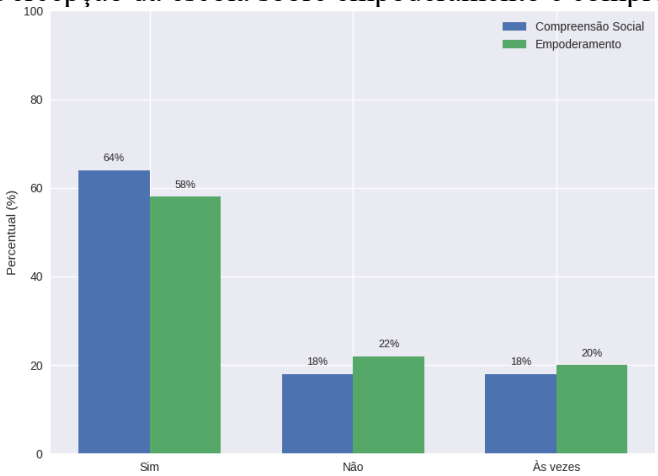
Além disso, os estudantes convivem com múltiplas vulnerabilidades — violência urbana, insegurança alimentar, negligência familiar, entre outras — que exigem uma abordagem educativa sensível, crítica e contextualizada. A Sociologia, ao promover a análise das contradições sociais, pode contribuir para que os alunos compreendam suas condições de existência e se reconheçam como sujeitos históricos e políticos.

A inclusão da Sociologia no currículo também pode fortalecer o vínculo entre escola e comunidade, ao promover práticas pedagógicas que dialoguem com as experiências de vida dos

estudantes e com os desafios do território. Trata-se de uma oportunidade de tornar o currículo mais significativo, plural e comprometido com a transformação social.

Este gráfico de barras agrupadas mostra que mais da metade dos alunos sente que a escola contribui para sua consciência social e enfrentamento de preconceitos, mas ainda há espaço para avanços.

Gráfico 6 – Percepção da escola sobre empoderamento e compreensão social



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

Este gráfico reforça visualmente o argumento de que, embora a escola contribua para a formação social dos alunos, a ausência da Sociologia limita o aprofundamento crítico e sistemático dessas reflexões. Ele evidencia que há espaço para avanços e que a inclusão da disciplina pode fortalecer a consciência social e o enfrentamento de preconceitos.

6.4 Discussão dos Resultados

A análise dos dados obtidos por meio de questionários, entrevistas e documentos institucionais revela uma lacuna significativa na formação social dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, decorrente da ausência da disciplina de Sociologia no currículo escolar. Embora temas sociológicos sejam abordados de forma transversal em disciplinas como Projeto de Vida, História e Geografia, essa abordagem ocorre de maneira fragmentada, pontual e, muitas vezes, superficial.

A percepção dos professores entrevistados confirma essa limitação. Eles reconhecem que, apesar dos esforços individuais para inserir debates sobre desigualdade, identidade, cultura e cidadania, a ausência de uma disciplina específica compromete a sistematização dos conteúdos e a construção de uma prática pedagógica crítica e emancipadora. Essa constatação

dialoga com os pressupostos de Paulo Freire (1996), que defende uma educação voltada à leitura crítica da realidade e à formação de sujeitos históricos.

Os dados quantitativos reforçam essa perspectiva. A maioria dos alunos (82%) já teve contato com temas sociais na escola, mas apenas 18% conhecem a disciplina de Sociologia. Ainda assim, 87% acreditam que ela deveria ser incluída no currículo, o que evidencia uma demanda reprimida por conteúdos que promovam o pensamento crítico e a compreensão das estruturas sociais. Essa demanda é especialmente relevante em contextos marcados por vulnerabilidades, como o bairro do Roger, onde os estudantes enfrentam desafios como violência urbana, insegurança alimentar e exclusão social.

A abordagem interseccional dos dados também revela que os professores reconhecem o potencial da Sociologia para desenvolver competências previstas na BNCC, como argumentação, empatia, respeito à diversidade e pensamento crítico. No entanto, apontam obstáculos como a sobrecarga da matriz curricular, a ausência de formação específica e a resistência institucional à inclusão de novos componentes. Esses desafios são recorrentes em processos de inovação curricular, conforme discutido por Moreira e Candau (2007), que destacam a importância da formação continuada e da construção coletiva de práticas pedagógicas transformadoras.

A receptividade dos gestores escolares à proposta de inclusão da Sociologia reforça a viabilidade da iniciativa. Ambos reconhecem que a disciplina pode funcionar como ponte entre o conteúdo escolar e a realidade dos alunos, desde que acompanhada de planejamento pedagógico e suporte institucional. Essa abertura é estratégica, pois permite pensar em alternativas como a inclusão gradual da disciplina, o fortalecimento de projetos interdisciplinares e a valorização da parte diversificada prevista pela LDB.

Além disso, a análise documental do Projeto Político-Pedagógico da escola evidencia uma base normativa e filosófica favorável à inclusão da Sociologia. Princípios como a valorização da diversidade, o respeito aos direitos humanos e o estímulo à participação ativa dos estudantes convergem com os objetivos da disciplina, o que legitima sua presença no currículo. A ausência da Sociologia, portanto, não se justifica por falta de respaldo institucional, mas por uma lacuna de articulação entre os princípios pedagógicos e a prática curricular.

Outro aspecto relevante diz respeito à formação docente. Os professores demonstram disposição para abordar temas sociológicos, mas apontam a necessidade de formação específica para tratar esses conteúdos com profundidade e criticidade. Isso evidencia a urgência de políticas públicas que promovam a formação continuada e o fortalecimento das licenciaturas

em Ciências Sociais, de modo a garantir profissionais preparados para atuar com intencionalidade pedagógica e compromisso social.

A ausência da Sociologia também impacta a construção da identidade dos estudantes enquanto sujeitos históricos e políticos. Em um contexto de múltiplas vulnerabilidades, a disciplina poderia oferecer ferramentas analíticas para que os alunos compreendam suas condições de existência e desenvolvam estratégias de resistência e transformação. Como destaca Arroyo (2011), a escola precisa reconhecer os saberes e vivências dos sujeitos que a compõem, promovendo uma educação que dialogue com a realidade e contribua para sua superação.

A análise dos dados revela, ainda, que os espaços onde os temas sociais são discutidos — como o Projeto de Vida — não foram concebidos originalmente para essa finalidade, o que limita a profundidade e a continuidade das abordagens. A Sociologia, por sua vez, possui um corpo teórico e metodológico próprio, capaz de sustentar uma prática pedagógica sistemática e crítica. Sua inclusão no currículo não representa uma sobreposição, mas um avanço na direção de uma educação mais integral e contextualizada.

Por fim, os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de uma revisão curricular que considere as especificidades dos territórios escolares e as demandas dos sujeitos que os habitam. A inclusão da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental pode contribuir para a construção de uma escola mais democrática, plural e comprometida com a justiça social. Trata-se de uma proposta que não apenas responde às lacunas identificadas, mas que também projeta um horizonte de transformação e emancipação para os estudantes da rede pública.

6.4.1 Temas sociais na escola

Os questionários aplicados aos 45 alunos revelaram que **82%** já tiveram contato com temas sociais em sala de aula, como desigualdade, preconceito, cultura e cidadania. Esse dado demonstra que, mesmo sem a disciplina de Sociologia formalmente presente, há uma tentativa de inserção de conteúdos sociológicos em outras áreas.

As disciplinas mais citadas foram Projeto de Vida (85%), História (65%) e Geografia (42%). A predominância do Projeto de Vida como espaço para debates sociais indica que há abertura institucional para tais discussões, mas também limitações quanto à profundidade crítica. Como afirmam Moreira e Candau (2007), a interdisciplinaridade é relevante, mas não

substitui a necessidade de componentes curriculares próprios que sustentem uma prática pedagógica sistemática.

Saviani (2008) reforça que a escola, ao diluir conteúdos em abordagens transversais, corre o risco de comprometer sua função formativa. Nesse sentido, os dados confirmam que há espaço para a Sociologia, mas que sua ausência gera lacunas na sistematização dos conteúdos.

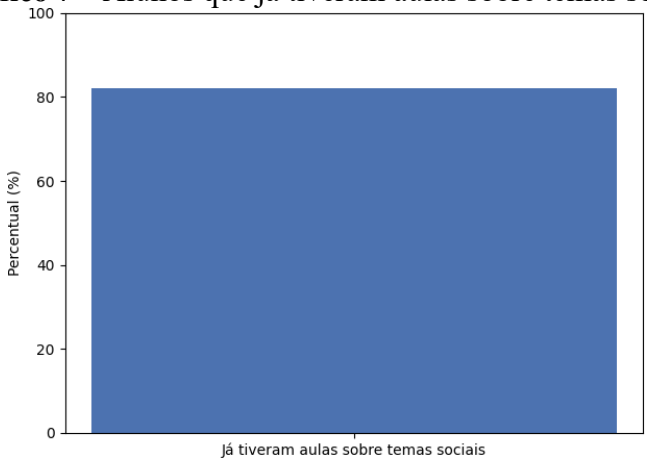
Ao observarmos esses números, percebemos que há uma contradição latente: os alunos estão expostos a debates sociais, mas de maneira fragmentada. Isso nos leva a refletir sobre a função da escola em promover não apenas o acesso a informações, mas a construção de uma consciência crítica. Como nos lembra Paulo Freire (1996), não basta falar sobre desigualdade ou cidadania; é preciso criar condições para que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos capazes de intervir na realidade.

Você pode estar se perguntando: se os temas já aparecem em História ou Geografia, por que insistir na Sociologia? A resposta está na especificidade metodológica e conceitual dessa disciplina. A Sociologia não apenas descreve fenômenos sociais, mas oferece ferramentas analíticas para compreender suas causas e consequências. Sem essa sistematização, os debates correm o risco de se tornarem superficiais, sem gerar o empoderamento necessário para enfrentar estigmas e desigualdades.

Outro ponto que merece destaque é a centralidade do Projeto de Vida como espaço de discussão. Embora seja positivo que os alunos encontrem ali um lugar para refletir sobre questões sociais, devemos reconhecer que esse componente curricular foi concebido com outra finalidade: apoiar escolhas pessoais e profissionais. Quando passa a assumir o papel de mediador de debates sociológicos, ele se sobrecarrega e perde sua função original. Aqui, novamente, vemos a importância de uma disciplina própria, capaz de sustentar tais reflexões com rigor teórico e metodológico.

Por fim, cabe ressaltar que os dados quantitativos dialogam diretamente com as percepções qualitativas dos professores e gestores, que reconhecem a relevância da Sociologia para a formação cidadã. Essa convergência entre números e narrativas fortalece a interpretação de que a ausência da disciplina não é apenas uma questão burocrática ou curricular, mas um obstáculo real à construção de uma educação emancipadora. Como nos lembra Arroyo (2011), a escola precisa ser capaz de acolher as vivências dos sujeitos e transformá-las em conhecimento crítico. Sem a Sociologia, essa tarefa fica incompleta.

Gráfico 7 – Alunos que já tiveram aulas sobre temas sociais



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

6.4.2 Conhecimento sobre a Disciplina de Sociologia

Apesar do interesse dos alunos em temas sociais, apenas **18%** afirmaram já ter ouvido falar na disciplina de Sociologia, e nenhum deles teve contato direto com aulas da área. Esse desconhecimento é reflexo da ausência da disciplina no currículo oficial.

Ainda assim, **87%** dos estudantes acreditam que seria importante incluir Sociologia como componente curricular. Essa demanda reprimida evidencia o desejo por uma educação que vá além da transmissão de conteúdos técnicos, promovendo reflexão sobre desigualdade, política e cidadania.

Paulo Freire (1996) destaca que os estudantes precisam ser reconhecidos como sujeitos históricos capazes de compreender e transformar sua realidade. A ausência da Sociologia, portanto, representa uma oportunidade perdida de conectar o conteúdo escolar à vida concreta dos alunos.

Esses dados revelam uma contradição significativa: os alunos demonstram interesse por temas sociais e reconhecem sua importância, mas desconhecem a própria existência da disciplina que poderia aprofundar tais reflexões. Essa lacuna curricular não é apenas um detalhe administrativo, mas um fator que compromete a formação crítica dos estudantes. Como nos lembra Saviani (2008), a escola deve assumir sua função social de formar sujeitos conscientes, e não apenas transmitir conteúdos fragmentados.

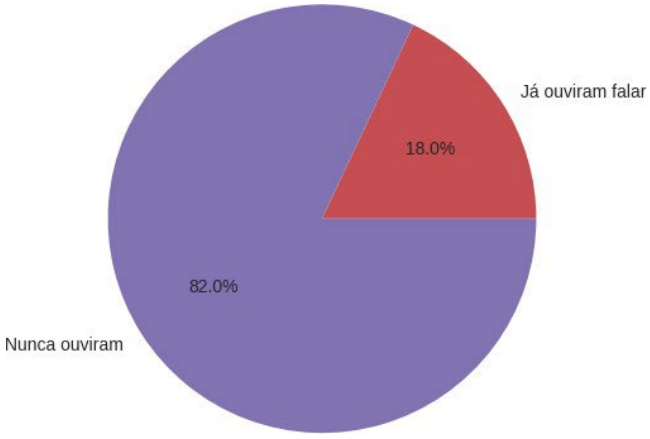
Você pode se perguntar: por que os alunos desejam uma disciplina que sequer conhecem plenamente? A resposta está no valor simbólico e prático que atribuem às discussões sociais. Mesmo sem contato direto com a Sociologia, eles percebem que há algo faltando na escola — uma sistematização capaz de dar sentido às experiências vividas. Esse desejo por

aprofundamento revela uma consciência emergente, que precisa ser acolhida e transformada em prática pedagógica.

Outro aspecto que merece destaque é a relação entre esse desconhecimento e a invisibilidade da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental. Minayo (2001) e Cellard (2008) lembram que a triangulação metodológica permite revelar dimensões ocultas ou contraditórias do objeto investigado. Aqui, a contradição é clara: os alunos têm contato com debates sociais, mas não reconhecem a disciplina que poderia sustentá-los. Essa invisibilidade reforça a necessidade de políticas curriculares que deem lugar à Sociologia como componente obrigatório.

Cabe refletir sobre o impacto dessa ausência na construção da identidade dos estudantes. Arroyo (2011) afirma que a escola deve reconhecer os saberes e vivências dos sujeitos que a compõem. Sem a Sociologia, os alunos ficam privados de uma ferramenta analítica que lhes permitiria compreender suas condições de existência e elaborar estratégias de resistência. Assim, o dado de que 87% defendem a inclusão da disciplina não é apenas estatístico, mas um indicativo de que os jovens desejam uma educação que dialogue com sua realidade e os prepare para transformá-la.

Gráfico 8 – Conhecimento sobre Sociologia



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

6.4.3 Empoderamento e Estigmas Sociais

Ao refletirmos sobre esses números, percebemos que a escola já cumpre parcialmente seu papel de formação cidadã, mas ainda não alcança a profundidade necessária. Os alunos relatam sentir-se mais preparados para enfrentar preconceitos, mas essa preparação se dá de forma intuitiva, sem o suporte teórico que a Sociologia poderia oferecer. Como nos lembra Paulo

Freire (1996), a conscientização não é espontânea: ela precisa ser cultivada por meio de práticas pedagógicas críticas e sistemáticas.

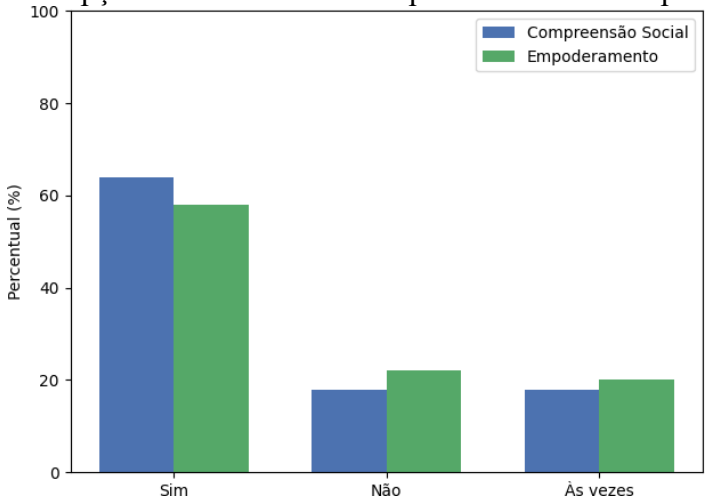
Você pode estar se perguntando: se os alunos já se sentem mais confiantes, por que insistir na inclusão da Sociologia? A resposta está na qualidade dessa confiança. Sem uma disciplina que ofereça conceitos e métodos próprios, os estudantes correm o risco de enfrentar preconceitos apenas com percepções individuais, sem compreender as estruturas sociais que os sustentam. A Sociologia, nesse sentido, funcionaria como uma lente que amplia a visão dos jovens sobre os mecanismos de exclusão e desigualdade.

Outro aspecto que merece atenção é a relação entre empoderamento e identidade. Os dados mostram que mais da metade dos alunos reconhece avanços nesse campo, mas ainda há uma parcela significativa que não se sente contemplada. Isso nos leva a pensar, junto com Arroyo (2011), que a escola precisa ser capaz de acolher as múltiplas vulnerabilidades presentes no cotidiano dos estudantes. A Sociologia, ao trabalhar com categorias como classe, gênero e raça, poderia oferecer instrumentos para que os jovens compreendam suas próprias condições de existência e construam estratégias de resistência.

Além disso, é importante destacar que o empoderamento juvenil não se limita ao enfrentamento de preconceitos. Ele envolve também a capacidade de participar ativamente da vida social e política, de questionar injustiças e de propor alternativas. Saviani (2008) lembra que a função social da escola é formar sujeitos críticos, capazes de intervir na realidade. Sem a Sociologia, essa formação fica incompleta, pois os alunos não dispõem de um corpo teórico que sustente suas práticas de cidadania.

Por fim, cabe ressaltar que os dados quantitativos dialogam diretamente com as narrativas qualitativas dos professores e gestores. Ambos reconhecem que os alunos demonstram interesse e engajamento quando os temas sociais são abordados, mas apontam que falta sistematização. Essa convergência entre números e percepções reforça a interpretação de que a ausência da Sociologia não é apenas uma lacuna curricular, mas um obstáculo real à construção de uma educação emancipadora. Como nos lembra Minayo (2001), a triangulação metodológica permite revelar essas dimensões ocultas, mostrando que o empoderamento juvenil só se consolidará plenamente com a inclusão da Sociologia no currículo.

Gráfico 9 – Percepção dos alunos sobre empoderamento e compreensão social



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

6.4.4 Percepções Docentes

As entrevistas com seis professores da área de Ciências Humanas revelaram uma percepção crítica sobre a ausência da Sociologia. Cinco deles defenderam sua inclusão como disciplina obrigatória, destacando que os conteúdos sociológicos não podem ser reduzidos a abordagens pontuais em História ou Geografia.

Os docentes reconhecem que a Sociologia contribuiria para o desenvolvimento de competências previstas na BNCC, como pensamento crítico, argumentação e respeito à diversidade. Minayo (2001) e Cellard (2008) reforçam que a triangulação metodológica, utilizada nesta pesquisa, permite compreender essas percepções de forma mais consistente, revelando dimensões ocultas ou contraditórias.

Nesse caso, a contradição está entre o desejo dos professores de promover uma formação crítica e os limites impostos pela organização curricular vigente.

Ao analisarmos essas falas, caro leitor, percebemos que os professores não apenas reconhecem a importância da Sociologia, mas também se sentem limitados em sua prática pedagógica. Eles relatam que, embora tentem inserir debates sobre desigualdade, identidade e cidadania em suas aulas, a ausência de uma disciplina específica impede que tais conteúdos sejam tratados com a profundidade necessária. Essa percepção dialoga com Freire (1996), que defende uma educação voltada para a leitura crítica da realidade, capaz de formar sujeitos históricos.

Por que insistir tanto na inclusão da Sociologia? A resposta está na especificidade da disciplina. Enquanto História e Geografia oferecem recortes temporais e espaciais, a Sociologia

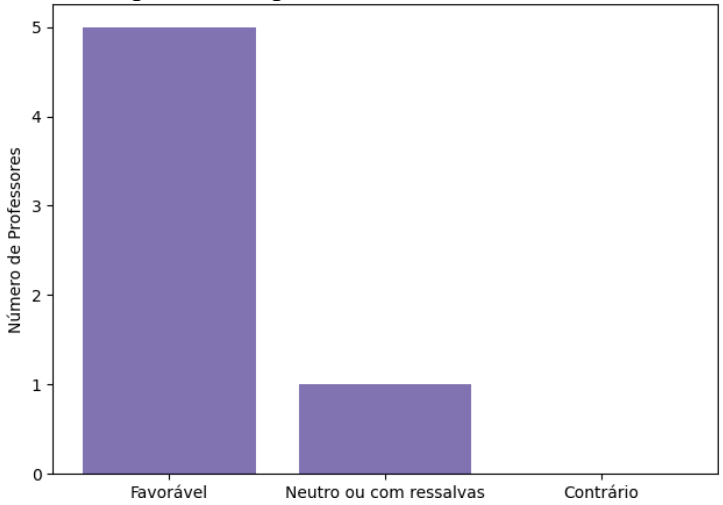
fornece instrumentos analíticos para compreender as relações sociais em sua complexidade. Sem essa lente, os debates ficam restritos a exemplos pontuais, sem alcançar a sistematização que permite aos alunos elaborar argumentos consistentes e críticos.

Outro ponto que merece destaque é a consciência dos docentes sobre o papel da Sociologia na promoção da diversidade e da cidadania. Eles reconhecem que a disciplina poderia contribuir para desconstruir preconceitos e fortalecer o respeito às diferenças, competências previstas na BNCC. Como lembra Arroyo (2011), a escola precisa ser capaz de acolher as múltiplas vivências dos sujeitos que a compõem. A Sociologia, nesse sentido, seria uma ferramenta privilegiada para transformar essas vivências em conhecimento crítico.

Além disso, os professores apontam obstáculos concretos para a inclusão da disciplina, como a sobrecarga da matriz curricular e a falta de formação específica. Essa tensão entre desejo e limitação revela a necessidade de políticas públicas voltadas para a formação continuada de docentes em Ciências Sociais. Saviani (2008) reforça que a função social da escola só pode ser cumprida plenamente quando há condições estruturais e pedagógicas para isso. Sem formação adequada, mesmo a inclusão da disciplina corre o risco de se tornar superficial.

Por fim, cabe destacar que a unanimidade quase plena entre os professores entrevistados (cinco favoráveis e apenas um neutro) reforça a legitimidade da demanda pela Sociologia. Essa convergência entre percepções individuais e objetivos institucionais mostra que não se trata de uma reivindicação isolada, mas de um movimento coletivo em defesa de uma educação mais crítica e emancipadora. Como nos lembra Moreira e Candau (2007), a construção de práticas pedagógicas transformadoras exige engajamento coletivo e abertura institucional — elementos que já se fazem presentes no contexto investigado.

Gráfico 10 – Opinião dos professores sobre inclusão da Sociologia



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da pesquisa (2025).

6.4.5 Percepções dos Gestores

Ao ouvir os gestores, percebemos uma postura receptiva e, ao mesmo tempo, cautelosa diante da proposta de inclusão da Sociologia no currículo. Ambos reconheceram que a disciplina poderia funcionar como uma ponte entre o conteúdo escolar e a realidade vivida pelos alunos, criando um elo entre o saber acadêmico e as experiências cotidianas. Essa abertura é significativa, pois demonstra que há espaço institucional para pensar em alternativas, seja pela inclusão gradual da disciplina, seja pelo fortalecimento de projetos interdisciplinares que já vêm sendo desenvolvidos.

No entanto, essa receptividade não se apresenta de forma ingênua. Os gestores também apontaram desafios concretos, como a necessidade de formação docente específica e a reorganização da matriz curricular. Aqui, vemos uma preocupação legítima: não basta incluir a Sociologia como componente se não houver profissionais preparados para conduzir os debates com profundidade e criticidade. Como nos lembram Moreira e Candau (2007), a formação continuada e a construção coletiva de práticas pedagógicas são condições indispensáveis para que a inovação curricular se torne efetiva e transformadora.

Aqui cabe a seguinte pergunta: por que os gestores, mesmo reconhecendo a relevância da Sociologia, hesitam em sua implementação imediata? A resposta está na tensão entre desejo e viabilidade. Eles sabem que a disciplina pode enriquecer a formação dos alunos, mas também compreendem que a escola precisa de planejamento e suporte institucional para que essa inclusão não se torne apenas uma medida simbólica. Nesse sentido, a fala dos gestores revela uma postura responsável, que busca equilibrar ideal e realidade.

Outro aspecto que merece destaque é a visão estratégica dos gestores sobre a Sociologia como instrumento de aproximação entre escola e comunidade. Ao reconhecer que os conteúdos sociológicos dialogam diretamente com os desafios vividos pelos estudantes, eles reforçam a ideia de que a disciplina pode tornar o currículo mais significativo e contextualizado. Essa percepção está em consonância com Arroyo (2011), que defende uma escola capaz de acolher as vivências dos sujeitos e transformá-las em conhecimento crítico.

Cabe ressaltar que a abertura dos gestores não deve ser vista apenas como uma concordância pontual, mas como um indicativo de que há condições institucionais para avançar na discussão. A Sociologia, nesse contexto, não aparece como um acréscimo isolado, mas como parte de um movimento mais amplo de democratização e inovação curricular. Ao dialogar com

os princípios já presentes no Projeto Político-Pedagógico da escola, a disciplina pode consolidar uma prática educativa voltada para a cidadania, a diversidade e a justiça social.

6.4.6 Discussão Crítica

Ao chegarmos a este ponto da análise, é inevitável reconhecer que os dados revelam uma contradição central: por um lado, há esforços individuais de professores e abertura por parte dos gestores; por outro, a ausência da Sociologia como disciplina específica compromete a sistematização dos conteúdos e a formação crítica dos estudantes. Essa tensão nos convida a refletir sobre o papel da escola na construção de uma educação emancipadora.

Podemos refletir: se já existem práticas interdisciplinares e projetos que abordam temas sociais, não seria suficiente mantê-los? A resposta, fundamentada em Saviani (2008), é que a escola não pode se limitar a iniciativas pontuais. Ela precisa assumir sua função social de formar sujeitos críticos e conscientes, e isso exige componentes curriculares que sustentem essa prática de forma contínua e estruturada. A Sociologia, nesse sentido, não é apenas desejável, mas necessária.

Outro aspecto que emerge da discussão é a relação entre currículo e realidade social. Os dados mostram que os alunos convivem com múltiplas vulnerabilidades — violência urbana, desigualdade, preconceito — e que desejam compreender melhor essas questões. Paulo Freire (1996) nos lembra que a educação deve partir da realidade concreta dos sujeitos, promovendo uma leitura crítica do mundo. Sem a Sociologia, essa leitura fica incompleta, pois falta o corpo teórico que permite transformar experiências em consciência crítica.

Além disso, a triangulação metodológica utilizada nesta pesquisa, conforme defendem Minayo (2001) e Cellard (2008), revelou dimensões ocultas: os alunos querem a disciplina, os professores a defendem, e os gestores reconhecem sua relevância. Essa convergência entre diferentes perspectivas reforça a legitimidade da proposta de inclusão da Sociologia. Não se trata de uma demanda isolada, mas de um movimento coletivo que aponta para a necessidade de revisão curricular.

A ausência da Sociologia não se justifica por falta de respaldo institucional. O Projeto Político-Pedagógico da escola já contempla princípios como diversidade, cidadania e participação ativa dos estudantes. O que falta, portanto, é a articulação entre esses princípios e a prática curricular. Como afirmam Moreira e Candau (2007), a construção de práticas pedagógicas transformadoras exige engajamento coletivo e políticas de formação docente. A

Sociologia, nesse contexto, aparece como um caminho para consolidar uma educação democrática e comprometida com a justiça social.

Ao refletirmos sobre os resultados, percebemos que a ausência da Sociologia não é apenas uma questão de currículo, mas de projeto de sociedade. Quando a escola deixa de oferecer aos estudantes instrumentos para compreender criticamente as estruturas sociais, ela contribui para a reprodução das desigualdades. Como nos lembra Saviani (2008), a educação pode tanto reforçar a ordem vigente quanto promover sua transformação. No caso analisado, a falta da disciplina limita a possibilidade de que os alunos se tornem agentes de mudança.

Você pode estar pensando: mas não seria possível suprir essa lacuna com projetos interdisciplinares? É verdade que tais iniciativas têm valor, e os dados mostram que professores e gestores se esforçam nesse sentido. Contudo, como destaca Moreira e Candau (2007), a interdisciplinaridade só é eficaz quando há intencionalidade pedagógica e suporte institucional. Sem uma disciplina própria, os conteúdos sociológicos acabam dispersos, sem a profundidade necessária para formar sujeitos críticos.

Outro aspecto que merece atenção é a relação entre empoderamento juvenil e cidadania. Os alunos demonstram interesse e engajamento quando os temas sociais são abordados, mas relatam dificuldades em sistematizar suas reflexões. Paulo Freire (1996) nos lembra que a conscientização exige mediação pedagógica: não basta discutir problemas sociais, é preciso oferecer ferramentas conceituais para que os jovens compreendam suas causas e construam estratégias de enfrentamento. A Sociologia, nesse sentido, seria a disciplina capaz de fornecer esse arcabouço teórico.

Destaca-se que a triangulação metodológica utilizada nesta pesquisa — questionários, entrevistas e análise documental — revelou uma convergência significativa: alunos desejam a disciplina, professores a defendem e gestores reconhecem sua relevância. Essa convergência não pode ser ignorada. Como afirma Minayo (2001), a validade da pesquisa qualitativa está justamente na capacidade de integrar diferentes perspectivas e revelar dimensões ocultas. Aqui, a dimensão revelada é clara: a ausência da Sociologia representa uma lacuna formativa que precisa ser urgentemente preenchida para que a escola cumpra sua função social de formar cidadãos críticos e emancipados.

Os resultados confirmam que a inclusão da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental é uma necessidade pedagógica e social. Ela pode:

- Promover pensamento crítico e consciência social
- Reduzir preconceitos e estigmas

- Fortalecer o vínculo entre escola e comunidade
- Contribuir para uma educação democrática e emancipadora

A análise mista utilizada nesta pesquisa, fundamentada em autores como Freire, Saviani, Moreira & Candau, Arroyo, Minayo e Cellard, evidencia que a Sociologia não é apenas uma disciplina de conteúdo, mas uma ferramenta de leitura crítica da realidade. Sua inclusão no currículo representa um avanço na direção de uma escola mais plural, democrática e comprometida com a justiça social.

Ao chegarmos às considerações finais desta seção, é possível perceber que os resultados da pesquisa apontam para uma lacuna significativa na formação social dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. A ausência da Sociologia como disciplina específica compromete a sistematização dos conteúdos e limita a construção de uma consciência crítica. Embora haja esforços individuais de professores e abertura por parte dos gestores, os dados revelam que tais iniciativas não são suficientes para garantir uma prática pedagógica emancipadora. Como nos lembra Paulo Freire (1996), a educação precisa ser um ato político, voltado para a leitura crítica da realidade e para a transformação social.

Qual seria, então, o papel da Sociologia nesse contexto? A resposta está na sua capacidade de oferecer instrumentos teóricos e metodológicos que permitem aos alunos compreender as estruturas sociais que atravessam suas vidas. Ao analisar desigualdade, preconceito, cidadania e poder, a Sociologia possibilita que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos e políticos. Saviani (2008) reforça que a escola deve assumir sua função social de formar cidadãos críticos, e a inclusão da Sociologia no currículo representa um passo decisivo nessa direção.

Outro aspecto que merece destaque é a convergência entre as diferentes vozes envolvidas na pesquisa. Os alunos demonstram interesse e defendem a inclusão da disciplina; os professores reconhecem sua relevância e apontam os limites da abordagem transversal; os gestores, por sua vez, mostram receptividade, ainda que cautelosa. Essa triangulação, conforme destacam Minayo (2001) e Cellard (2008), fortalece a validade da pesquisa qualitativa e evidencia que a demanda pela Sociologia não é isolada, mas coletiva. Trata-se de um movimento que emerge da prática escolar e que encontra respaldo teórico e institucional.

A inclusão da Sociologia não deve ser vista apenas como uma questão curricular, mas como uma estratégia de fortalecimento da democracia e da justiça social. Ao promover o pensamento crítico, a argumentação e o respeito à diversidade, a disciplina contribui para a formação de sujeitos capazes de enfrentar estigmas e transformar sua realidade. Como afirmam

Moreira e Candau (2007), práticas pedagógicas transformadoras exigem engajamento coletivo e políticas de formação docente. Nesse sentido, a Sociologia aparece não apenas como uma disciplina, mas como um projeto de sociedade, capaz de tornar a escola mais plural, significativa e comprometida com a emancipação dos estudantes.

Ao analisarmos o conjunto dos resultados, percebemos que a ausência da Sociologia no currículo não é apenas uma lacuna disciplinar, mas um reflexo das tensões históricas que atravessam a educação brasileira. A disciplina, quando presente, sempre esteve associada a debates sobre cidadania, democracia e justiça social, e sua exclusão revela uma tentativa de reduzir a escola a um espaço de transmissão técnica. Como nos lembra Saviani (2008), a educação não pode ser neutra: ou contribui para a manutenção da ordem social ou se coloca como instrumento de transformação.

Quais seriam os impactos concretos da inclusão da Sociologia? Os dados desta pesquisa sugerem que ela poderia fortalecer a consciência crítica dos estudantes, ampliar sua capacidade de argumentação e promover o respeito à diversidade. Paulo Freire (1996) insiste que a educação deve ser um ato de libertação, e a Sociologia, ao oferecer ferramentas para compreender as contradições sociais, se torna um caminho privilegiado para essa libertação.

Outro ponto que merece destaque é a convergência entre os diferentes atores da escola. Alunos, professores e gestores, cada um a seu modo, reconhecem a relevância da disciplina. Essa convergência, como afirmam Minayo (2001) e Cellard (2008), reforça a validade da análise qualitativa e mostra que a demanda pela Sociologia não é isolada, mas coletiva. Trata-se de uma necessidade que emerge da prática escolar e que encontra respaldo teórico e institucional.

É importante considerar que a inclusão da Sociologia não deve ser pensada apenas como uma medida curricular, mas como parte de um projeto pedagógico mais amplo. Moreira e Candau (2007) lembram que práticas transformadoras exigem formação docente, engajamento coletivo e políticas públicas consistentes. Sem esses elementos, a disciplina corre o risco de ser implementada de forma superficial. Portanto, sua inclusão precisa vir acompanhada de investimento em formação continuada e de uma reorganização curricular que valorize o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento.

Por fim, cabe ressaltar que a Sociologia, ao ser incorporada ao currículo, pode contribuir para a construção de uma escola mais democrática e significativa. Arroyo (2011) nos lembra que a escola deve reconhecer os saberes e vivências dos sujeitos que a compõem. Ao trazer para o centro do debate questões como desigualdade, preconceito e cidadania, a Sociologia legitima

essas vivências e as transforma em conhecimento crítico. Assim, sua inclusão não representa apenas uma mudança curricular, mas um compromisso ético e político com a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar a sociedade em que vivem.

7 ESCUTAS DO COTIDIANO: A SOCIOLOGIA QUE HABITA A ESCOLA

A seguir, apresentamos os achados da pesquisa, organizados em torno das escutas realizadas no cotidiano escolar. A análise parte da observação participante e das interações espontâneas com os sujeitos, revelando como temas sociológicos emergem mesmo na ausência formal da disciplina. Esses dados não foram apenas coletados — foram vivenciados, sentidos e registrados com atenção ética e afetiva.

Talvez você já tenha se perguntado se os estudantes da escola pública realmente se interessam por temas sociais, ou se esses assuntos fazem parte do seu cotidiano. Esta pesquisa mostra que sim — e que esse interesse não depende da presença formal da disciplina de Sociologia no currículo. Ele pulsa nos corredores, nos intervalos, nas conversas informais, nas inquietações que atravessam os corpos e os silêncios da escola. Foi por meio da observação participante que essas vozes puderam ser escutadas com profundidade, revelando que os temas sociais não apenas interessam aos estudantes — eles fazem parte de suas vidas.

Durante os momentos de intervalo, por exemplo, era comum ouvir os estudantes comentando sobre situações de violência em suas comunidades, conflitos familiares, desigualdade de acesso a bens materiais e experiências de discriminação. Em uma conversa informal na quadra, um aluno do 9º ano afirmou: “Aqui no bairro, a gente já sabe que não tem muita chance. Só se for pra trabalhar com o que aparece.” Essa fala, carregada de resignação, revela uma percepção de destino social que poderia ser problematizada com base em conceitos como mobilidade social, estrutura de classe e meritocracia — todos pertencentes ao campo da Sociologia.

Talvez você esteja se perguntando: como esses temas aparecem na escola, se não há uma disciplina específica para tratá-los? A resposta está na escuta cotidiana. No refeitório, uma estudante comentou com colegas sobre o fato de sua mãe não ter conseguido atendimento médico por falta de documentos. A conversa girava em torno da burocracia, da exclusão e da sensação de invisibilidade. A pesquisadora registrou em seu diário de campo: “A menina fala com naturalidade sobre a ausência de direitos. Não há revolta, apenas aceitação. A escola precisa ser o lugar onde essa aceitação se transforma em questionamento.” Esse tipo de escuta reforça a urgência de uma abordagem curricular que permita aos estudantes compreenderem os mecanismos sociais que os atravessam.

Em sala de aula, mesmo em disciplinas como Geografia e Ensino Religioso, os professores abordavam temas como desigualdade urbana, racismo estrutural e participação

política. Um professor, ao discutir a ocupação dos espaços urbanos, provocou os alunos: “Por que vocês acham que tem bairro que não tem saneamento básico?” A pergunta gerou um debate espontâneo sobre abandono estatal, desigualdade e direitos sociais. Embora não nomeado como conteúdo sociológico, o tema mobilizou categorias fundamentais da Sociologia e revelou o potencial formativo dessas discussões.

E quando os estudantes falam sobre si mesmos, o que dizem? Em uma roda de conversa espontânea, um aluno afirmou: “Eu sou negro, mas tem gente que diz que não sou, porque minha pele é clara. Mas eu sei quem eu sou.” Essa fala revela uma disputa simbólica por reconhecimento, que poderia ser aprofundada com discussões sobre identidade, raça, pertencimento e interseccionalidade — temas centrais na Sociologia contemporânea. Ao reconhecer essas expressões como saberes legítimos, a escola amplia sua função formadora e se aproxima de uma educação emancipadora.

Esses fragmentos narrativos, registrados em diferentes espaços da escola, evidenciam que os estudantes já estão pensando sociologicamente — ainda que sem os instrumentos conceituais para nomear suas inquietações. Como afirma Freire (1996), a educação precisa partir da realidade dos educandos, valorizando seus saberes e promovendo a leitura crítica do mundo. A observação participante, nesse sentido, foi essencial para captar essas vozes e reconhecer a Sociologia como uma demanda formativa latente.

A escuta cotidiana também revelou práticas pedagógicas de resistência. Professores que, mesmo sem formação específica em Sociologia, criam estratégias para abordar temas sociais com profundidade e sensibilidade. Uma professora de História, por exemplo, utilizou uma música de rap para discutir exclusão social e violência urbana. Após a atividade, um aluno comentou: “Essa letra é a nossa vida. Parece que alguém escreveu o que a gente sente.” Essa conexão entre arte, vivência e conteúdo revela o potencial da Sociologia para promover identificação e consciência crítica.

Se você está acompanhando esta análise, talvez já tenha percebido que os espaços escolares não são neutros. São territórios simbólicos de disputa, invenção e resistência. Como defende Tarcísio Mauro Vago (1997), a escola é um “lugar de culturas”, onde os sujeitos constroem sentidos e produzem modos de ser e estar no mundo. Reconhecer essa presença silenciosa da Sociologia é o primeiro passo para sua valorização curricular. Os dados aqui apresentados reforçam a urgência de políticas educacionais que legitimem esses saberes e ampliem o direito à formação crítica desde os anos finais do Ensino Fundamental.

7.1 Vozes docentes: percepções sobre a Sociologia e práticas de resistência

Ao escutar os professores da escola pesquisada, emergiram narrativas que revelam não apenas a ausência formal da disciplina de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental, mas também a presença simbólica e prática de seus conteúdos nas aulas de outras áreas. As entrevistas semiestruturadas, realizadas com docentes de História, Geografia e Ensino Religioso, mostraram que, mesmo sem formação específica na área, muitos professores mobilizam temas sociológicos como estratégia de formação crítica.

Um dos professores de História afirmou: “A gente fala sobre desigualdade, racismo, política... mas não tem um espaço específico para isso. Vai entrando nas brechas.” Essa fala revela uma prática pedagógica de resistência, em que os conteúdos sociológicos são abordados de forma transversal, muitas vezes sem o respaldo curricular necessário. O professor reconhece a importância desses temas, mas também denuncia a precariedade de sua inserção no planejamento escolar.

Outro docente, da área de Geografia, compartilhou: “Os alunos querem entender por que o bairro deles não tem saneamento, por que tem tanta violência. Isso é Sociologia, mas a gente trata como se fosse só Geografia.” Essa percepção reforça a ideia de que os estudantes já estão formulando perguntas sociológicas, e que os professores, mesmo sem nomear os conceitos, estão tentando responder a essas inquietações. A ausência da disciplina, nesse caso, não impede a abordagem dos temas — mas limita sua sistematização e aprofundamento.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que os professores reconhecem a Sociologia como uma ferramenta formativa potente, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Uma professora de Ensino Religioso comentou: “Eles precisam entender o mundo, saber que não é culpa deles. A Sociologia ajudaria nisso.” Essa fala carrega uma dimensão ética e afetiva, que conecta o ensino à construção de identidade, autoestima e consciência social.

Os docentes também apontaram dificuldades para abordar temas sociológicos com profundidade, devido à carga horária reduzida, à pressão por resultados e à ausência de formação continuada. Um dos entrevistados afirmou: “A gente tenta, mas falta tempo, falta apoio, falta formação. Fica tudo muito superficial.” Essa limitação estrutural revela que, mesmo com disposição pedagógica, os professores enfrentam barreiras institucionais que dificultam a efetivação de práticas críticas.

Apesar dos desafios, as entrevistas mostraram que há uma intencionalidade pedagógica voltada à formação cidadã. Os professores utilizam músicas, filmes, debates e projetos interdisciplinares para provocar reflexões sobre temas como preconceito, desigualdade, violência e participação política. Essas estratégias, embora não reconhecidas formalmente como ensino de Sociologia, cumprem função semelhante: ajudam os estudantes a compreenderem sua realidade e a se posicionarem diante dela.

Como pesquisadora e colega desses docentes, foi possível perceber que essas práticas não são exceção — são parte de uma cultura pedagógica que resiste ao apagamento curricular da Sociologia. Os professores entrevistados demonstraram sensibilidade, compromisso e criatividade, mesmo diante das limitações impostas pelo sistema. Suas vozes reforçam a tese de que a Sociologia já está presente na escola — o que falta é reconhecê-la, valorizá-la e garantir sua inserção formal no currículo.

Essas falas dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa, especialmente no que se refere à compreensão das práticas pedagógicas que abordam temas sociológicos e à valorização das experiências docentes como estratégias de resistência. Como afirma Paulo Freire (1996), ensinar exige coragem, escuta e compromisso com a transformação. Os professores entrevistados, ao mobilizarem conteúdos sociológicos em suas aulas, estão exercendo esse compromisso — mesmo sem o respaldo institucional que deveriam ter.

7.2 Vozes juvenis: percepções, demandas e silenciamentos

Até aqui já percebemos que os temas sociológicos habitam o cotidiano escolar, agora é hora de escutar diretamente os estudantes. Suas falas, registradas em entrevistas, rodas de conversa e momentos informais, revelam não apenas o que pensam sobre a escola, mas também o que esperam dela. E talvez você, leitor, se surpreenda com a profundidade dessas vozes — porque elas não falam apenas de conteúdos, falam de vida (Freire, 1996).

Durante as rodas de conversa, os estudantes demonstraram interesse por temas como desigualdade, racismo, violência, identidade e participação política. Um aluno do 9º ano afirmou: “A gente vê essas coisas todo dia, mas ninguém explica por que acontece. Só dizem que é assim.” Essa fala expressa uma demanda por compreensão, por mediação teórica, por ferramentas que permitam nomear e interpretar o mundo — o que remete à função crítica da Sociologia na escola, como defendem Gohn (2010) e Libâneo (2012).

Em uma entrevista, uma estudante comentou: “Eu queria entender por que tem gente que tem tudo e outros não têm nada. Parece que é culpa da pessoa, mas acho que não é.” Essa percepção, ainda que intuitiva, revela uma leitura crítica em formação. A estudante está questionando a naturalização da desigualdade — e esse questionamento é profundamente sociológico, pois toca em estruturas de dominação e reprodução social (Bourdieu, 1998).

As falas dos estudantes também revelam sentimentos de exclusão e silenciamento. Um aluno compartilhou: “Tem coisa que a gente vive, mas não tem aula que fale disso. Parece que não é importante.” Essa frase, dita com tristeza, denuncia um currículo que não contempla as experiências dos sujeitos. Como afirma Freire (1996), quando a escola não reconhece os saberes dos educandos, ela contribui para sua desumanização. Os estudantes querem ser escutados — e querem que suas vivências sejam consideradas como ponto de partida para o conhecimento.

Em outro momento, uma aluna afirmou: “A gente aprende português, matemática, mas não aprende sobre a vida. Sobre o que acontece com a gente.” Essa fala sintetiza uma crítica ao modelo de ensino conteudista, que ignora as dimensões sociais, afetivas e políticas da formação. Como aponta Arroyo (2011), a escola precisa ser um espaço de reconhecimento dos sujeitos e de seus territórios existenciais — e isso exige um currículo que dialogue com a vida.

As entrevistas também revelaram que muitos estudantes não conhecem a disciplina de Sociologia, mas reconhecem a importância dos temas que ela aborda. Quando perguntados se gostariam de ter uma matéria que discutisse questões sociais, a maioria respondeu positivamente. Um aluno disse: “Seria bom ter uma aula só pra falar dessas coisas. Pra entender melhor.” Essa resposta reforça a tese de que a Sociologia é uma demanda formativa — mesmo quando os estudantes não a nomeiam como tal (Santos, 2020).

Essas falas além de dialogar diretamente com os objetivos da pesquisa, especialmente no que se refere à escuta das demandas juvenis e à valorização dos saberes dos estudantes, elas também reforçam a ideia de que a escola precisa ser um espaço de escuta, de diálogo e de construção coletiva do conhecimento. Como defende Boaventura de Sousa Santos (2020), é preciso reconhecer as epistemologias do Sul — e os estudantes da periferia são produtores legítimos de saberes.

Ao escutar essas vozes, a pesquisa reafirma seu compromisso ético com a realidade dos sujeitos escolares. Os estudantes não pedem fórmulas prontas — pedem espaço para pensar, para sentir, para compreender. E a Sociologia, quando presente, pode ser esse espaço. Pode ser o lugar onde a experiência se transforma em consciência, e a consciência em ação (Freire, 1996; Gallo, 2012).

Essas vozes juvenis não apenas denunciam ausências — elas anunciam possibilidades. Ao reivindicarem espaços de escuta e reflexão, os estudantes estão dizendo à escola que desejam mais do que instrução: querem formação. Querem compreender os porquês da violência que os cerca, da desigualdade que os atravessa, do preconceito que os silencia. E querem fazê-lo com ferramentas que lhes permitam pensar criticamente, construir argumentos, dialogar com o mundo (Libâneo, 2012; Apple, 2006). A Sociologia, nesse sentido, não é um luxo acadêmico — é uma urgência pedagógica.

Encerrar essa escuta seria, portanto, mais do que concluir uma seção: é reconhecer que os estudantes têm voz, têm saberes e têm direito à leitura crítica da realidade. A escola que ignora essas demandas não apenas falha em sua missão formadora — ela perpetua silenciamentos históricos. Esta pesquisa, ao trazer à tona essas falas, reafirma que a Sociologia precisa estar presente nos anos finais do Ensino Fundamental como instrumento de emancipação. Porque quando os estudantes compreendem o mundo, eles não apenas o interpretam — eles se preparam para transformá-lo (Freire, 1996; Santos, 2020).

7.3 Diálogos com os documentos institucionais: o silêncio curricular da Sociologia

Escutamos as vozes dos estudantes e professores, agora é hora de escutar os documentos. O Projeto Político-Pedagógico (PPP), os planos de ensino e as diretrizes curriculares da escola e da rede municipal foram analisados com o objetivo de compreender como — ou se — a Sociologia aparece formalmente no currículo dos anos finais do Ensino Fundamental. E o que se encontrou, em grande parte, foi o silêncio.

O PPP da escola pesquisada apresenta uma proposta pedagógica comprometida com a formação cidadã, com a valorização da diversidade e com o desenvolvimento do pensamento crítico. Termos como “autonomia”, “respeito às diferenças” e “educação para a cidadania” aparecem com frequência. No entanto, ao examinar os componentes curriculares previstos para os anos finais do Ensino Fundamental, não há menção à disciplina de Sociologia, nem mesmo como conteúdo transversal. A ausência não é apenas nominal — é estrutural.

Essa contradição entre o discurso e a prática revela um tensionamento importante. Como pode uma escola que se propõe a formar cidadãos críticos não incluir, em seu currículo, um campo do saber que tem justamente essa finalidade? A resposta, talvez, esteja na forma como o currículo é construído: mais orientado por exigências externas e avaliações padronizadas do que pelas necessidades formativas dos sujeitos. Como alerta Sacristán (2000), o currículo oficial

muitas vezes ignora os saberes que emergem da vida cotidiana, priorizando conteúdos descolados da realidade dos estudantes.

Nos planos de ensino das disciplinas de História, Geografia e Ensino Religioso, observou-se a presença de temas sociológicos abordados de forma transversal. Questões como desigualdade social, racismo, violência urbana, direitos humanos e participação política aparecem como conteúdos a serem trabalhados, mas sem aprofundamento teórico ou articulação com os conceitos da Sociologia. Em alguns casos, os temas são tratados de forma pontual, vinculados a datas comemorativas ou projetos específicos, o que limita sua potência formativa.

Essa abordagem fragmentada reforça a ideia de que a Sociologia, quando não reconhecida como disciplina, corre o risco de ser diluída em outras áreas, perdendo sua especificidade e sua capacidade de promover uma leitura crítica da realidade. Como aponta Arroyo (2011), a ausência de determinados saberes no currículo não é neutra — ela expressa escolhas políticas sobre o que deve ou não ser ensinado. E, nesse caso, a escolha tem sido pelo silenciamento.

As diretrizes curriculares da rede municipal de ensino também foram analisadas. Embora tragam princípios como equidade, inclusão e valorização da diversidade, não há previsão da Sociologia como componente curricular nos anos finais do Ensino Fundamental. A formação crítica é mencionada como objetivo geral da educação, mas sem indicar caminhos concretos para sua efetivação. Essa lacuna revela uma desconexão entre os princípios orientadores e as práticas curriculares, o que compromete a coerência do projeto educativo.

Ao confrontar os documentos institucionais com as vozes dos sujeitos, percebe-se um descompasso entre o que se propõe e o que se realiza. Os estudantes pedem espaço para discutir suas realidades. Os professores criam estratégias para abordar temas sociais. Mas o currículo oficial permanece alheio a essas demandas. Como afirma Apple (2006), o currículo é sempre uma construção social e política — e, como tal, pode (e deve) ser disputado.

Essa análise documental reforça a necessidade de uma proposta curricular que reconheça a Sociologia como campo legítimo de saber nos anos finais do Ensino Fundamental. Não se trata apenas de incluir uma nova disciplina, mas de afirmar o direito dos estudantes a compreenderem o mundo em que vivem e a se posicionarem diante dele. Como defende Freire (1996), a educação precisa ser um ato de conhecimento e de transformação — e a Sociologia pode ser um dos caminhos para isso.

A ausência da Sociologia nos documentos institucionais também revela uma lógica de currículo mínimo, voltado para o cumprimento de metas e indicadores, em detrimento da formação integral dos estudantes. Essa lógica, muitas vezes orientada por avaliações externas e políticas de desempenho, acaba por invisibilizar saberes que não se enquadram nos parâmetros oficiais. Como aponta Lopes (2007), o currículo é um campo de disputa, onde determinados conhecimentos são legitimados enquanto outros são silenciados. A Sociologia, nesse contexto, tem sido sistematicamente excluída dos anos finais do Ensino Fundamental, mesmo quando sua presença é reivindicada pelos sujeitos escolares.

Ao analisar os planos de ensino, percebe-se que os conteúdos sociológicos aparecem de forma periférica, sem articulação com objetivos formativos claros. Em muitos casos, são tratados como temas transversais, sem aprofundamento conceitual ou continuidade pedagógica. Essa abordagem, embora bem-intencionada, não garante que os estudantes desenvolvam competências para interpretar criticamente os fenômenos sociais. A transversalidade, quando não acompanhada de intencionalidade curricular, corre o risco de se tornar superficial. Como defende Moreira (2009), é preciso superar a ideia de que os temas sociais podem ser diluídos em outras disciplinas — eles exigem espaço próprio, tempo pedagógico e formação específica.

Outro aspecto relevante é a ausência de indicadores de avaliação voltados à formação crítica e cidadã. Os documentos analisados priorizam habilidades cognitivas ligadas à leitura, escrita e cálculo, mas não contemplam dimensões como empatia, consciência social, participação política ou enfrentamento de preconceitos. Essa lacuna compromete a coerência entre os princípios pedagógicos declarados e as práticas avaliativas propostas. Se a escola afirma formar cidadãos, precisa também avaliar sua capacidade de promover essa formação. E a Sociologia, como campo de saber, pode contribuir significativamente para esse processo.

Por fim, os documentos institucionais analisados revelam uma oportunidade de transformação. Ao reconhecer que os temas sociológicos já estão presentes no cotidiano escolar (embora de forma fragmentada), abre-se espaço para a construção de uma proposta curricular que legitime esses saberes. A inclusão da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental não é apenas uma demanda dos sujeitos, mas uma necessidade formativa que pode fortalecer o projeto político-pedagógico da escola. Como defende Arroyo (2011), é preciso construir currículos que partam da vida, que reconheçam os territórios e que promovam justiça cognitiva. Os documentos, quando lidos criticamente, podem ser ponto de partida para essa construção.

8 SÍNTESE INTERPRETATIVA

8.1 A urgência de reconhecer a Sociologia como direito formativo

Ao reunir as vozes dos estudantes, dos professores e dos documentos institucionais, esta pesquisa constrói um mosaico de sentidos que revela, com clareza, a presença latente da Sociologia no cotidiano escolar — e sua ausência formal no currículo. Os dados analisados mostram que os sujeitos escolares já mobilizam perguntas, inquietações e práticas que pertencem ao campo da Sociologia, mesmo sem nomeá-la como tal. Essa contradição entre presença simbólica e ausência institucional é o ponto central da análise (Arroyo, 2011; Apple, 2006).

Os estudantes demonstram interesse genuíno por compreender os fenômenos sociais que os atravessam. Suas falas revelam uma demanda por mediação teórica, por escuta qualificada e por reconhecimento de suas experiências como ponto de partida para o conhecimento. Os professores, por sua vez, criam estratégias pedagógicas para abordar temas sociais, mesmo diante da precariedade curricular e da falta de formação específica. Já os documentos institucionais, embora afirmem princípios como cidadania, diversidade e formação crítica, não garantem espaço para a Sociologia como componente curricular nos anos finais do Ensino Fundamental (Sacristán, 2000; Libâneo, 2012).

Essa triangulação dos dados revela um descompasso entre o que se vive na escola e o que se formaliza no currículo. A Sociologia, quando presente, amplia a capacidade dos estudantes de compreenderem sua realidade, de questionarem estruturas de poder e de se posicionarem como sujeitos históricos. Sua ausência, portanto, não é neutra — é uma forma de silenciamento epistemológico que compromete a formação integral dos educandos. Como defende Santos (2020), é preciso reconhecer os saberes que emergem dos territórios periféricos e construir uma pedagogia que valorize as epistemologias do Sul.

Diante disso, esta pesquisa reafirma que incluir a Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental não é apenas uma proposta pedagógica — é uma ação política. É reconhecer que os estudantes têm direito à leitura crítica do mundo, à compreensão das estruturas sociais e à construção de uma consciência cidadã. É afirmar que a escola pública pode — e deve — ser espaço de emancipação, de resistência e de transformação (Freire, 1996; Gallo, 2012).

A escuta dos sujeitos escolares revelou que a ausência da Sociologia no currículo não significa desinteresse ou irrelevância — pelo contrário. Os estudantes demonstram sede de compreensão, vontade de nomear o que vivem, desejo de transformar o que os atravessa. Os

professores, por sua vez, atuam como mediadores de saberes, muitas vezes sem respaldo institucional, mas com profundo compromisso ético. Essa potência que emerge do cotidiano escolar precisa ser reconhecida como legítima e incorporada ao projeto pedagógico da escola pública (Arroyo, 2011; Libâneo, 2012).

A análise dos documentos institucionais mostrou que, embora os princípios da cidadania e da formação crítica estejam presentes no discurso oficial, eles não se traduzem em ações curriculares concretas. A Sociologia, como campo de saber, permanece invisibilizada nos anos finais do Ensino Fundamental, mesmo quando sua presença é reivindicada pelos sujeitos. Essa lacuna compromete a coerência entre o que se declara e o que se realiza, revelando a urgência de uma revisão curricular que dialogue com as realidades vividas pelos estudantes (Lopes, 2007; Moreira, 2009).

Ao articular os dados empíricos com os referenciais teóricos, esta pesquisa reafirma que a Sociologia não é apenas uma disciplina — é uma ferramenta de leitura crítica do mundo. Sua presença no currículo pode contribuir para a desconstrução de estigmas, o fortalecimento da autoestima intelectual dos estudantes e o desenvolvimento de competências cidadãs. Como defende Freire (1996), educar é um ato político, e a escola precisa assumir sua responsabilidade na formação de sujeitos capazes de transformar a sociedade.

Diante disso, a proposta que se delineia não é apenas curricular — é ética, política e epistemológica. Reconhecer a Sociologia como direito formativo é afirmar que os estudantes da escola pública têm o direito de compreender o mundo em que vivem, de questionar as estruturas que os oprimem e de construir coletivamente novos horizontes de existência. É nesse horizonte que se inscreve a próxima seção desta dissertação: uma proposta de recomendação curricular que legitime a Sociologia como parte fundamental da formação nos anos finais do Ensino Fundamental.

A invisibilidade da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental não pode ser compreendida apenas como uma omissão curricular — ela é reflexo de uma lógica educacional que ainda privilegia conteúdos instrumentalizados em detrimento da formação crítica. Como aponta Libâneo (2012), o currículo escolar tem sido orientado por uma racionalidade técnica, voltada para o desempenho e a padronização, o que acaba por marginalizar saberes que não se enquadram nesse modelo. A Sociologia, por sua natureza reflexiva e questionadora, desafia essa lógica e, por isso, é frequentemente excluída dos espaços formais de ensino.

Ao escutar os sujeitos escolares e analisar os documentos institucionais, esta pesquisa evidencia que há uma tensão entre o currículo prescrito e o currículo vivido. Os estudantes e

professores constroem saberes sociológicos no cotidiano, mas esses saberes não são legitimados pelo sistema. Como defende Lopes (2007), o currículo é um campo de disputa simbólica, onde se decide quais conhecimentos têm valor e quais são silenciados. A ausência da Sociologia, nesse contexto, representa uma escolha política que precisa ser confrontada com base nas demandas reais da comunidade escolar.

Reconhecer a Sociologia como direito formativo é também reconhecer que os estudantes da escola pública têm o direito de compreender as estruturas sociais que moldam suas vidas. Como afirma Apple (2006), a educação deve ser um espaço de contestação e não de reprodução. Ao incluir a Sociologia no currículo, a escola se compromete com uma pedagogia que não apenas transmite conteúdos, mas que forma sujeitos capazes de pensar criticamente, agir coletivamente e transformar suas realidades. Essa é a aposta ética e política que esta pesquisa propõe — e que será aprofundada na recomendação curricular apresentada na seção seguinte.

9 PROPOSTA CURRICULAR

9.1 A inserção da Sociologia como direito formativo

Esta seção apresenta a proposta curricular construída a partir dos dados coletados, da escuta dos sujeitos escolares e da análise crítica dos documentos institucionais da rede municipal de João Pessoa. Trata-se de uma proposição situada, autoral e comprometida com a valorização dos saberes juvenis e com a construção de uma escola pública que reconheça a Sociologia como um direito formativo nos anos finais do Ensino Fundamental.

Com base nos dados coletados ao longo desta pesquisa, e a partir da escuta atenta dos sujeitos escolares, propõe-se a inserção sistemática da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de João Pessoa como um direito formativo. Esta proposta nasce do reconhecimento de que os estudantes já mobilizam saberes sociológicos em suas vivências, e que os professores, mesmo sem respaldo institucional, criam estratégias para abordar temas sociais que atravessam o cotidiano escolar. Trata-se, portanto, de legitimar o que já pulsa nas escolas da capital paraibana — e de transformar essa potência em política curricular.

Esta pesquisa propõe que a Sociologia seja incorporada ao currículo dos 8º e 9º anos por meio de um componente eletivo, projeto interdisciplinar ou unidade temática integrada, com carga horária regular e objetivos formativos claros. A proposta não pretende competir com as disciplinas existentes, mas somar-se a elas, oferecendo aos estudantes da rede municipal de João Pessoa ferramentas conceituais para compreender fenômenos como desigualdade, racismo, violência, identidade, mídia e participação política. Como revelaram as falas dos estudantes, há uma demanda explícita por espaços de reflexão sobre a vida — e a Sociologia pode ser esse espaço.

A partir da análise dos documentos institucionais da rede e das práticas pedagógicas observadas nas escolas públicas de João Pessoa, esta proposta curricular se estrutura em três pilares: (1) valorização dos saberes juvenis como ponto de partida para o conhecimento; (2) articulação entre teoria sociológica e realidade vivida; e (3) uso de metodologias críticas e participativas. Recomenda-se que os temas sejam trabalhados por meio de rodas de conversa, análise de músicas e filmes, produção de podcasts, projetos de intervenção e pesquisa de campo. O objetivo é que os estudantes não apenas aprendam conceitos, mas desenvolvam consciência crítica e protagonismo social.

Esta pesquisa também recomenda que a Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa promova formação continuada para os professores que atuarão com os temas sociológicos, respeitando suas trajetórias e saberes. Essa formação pode ser realizada em parceria com universidades públicas locais, como a UFPB, além de coletivos de educação popular e movimentos sociais atuantes na cidade, fortalecendo o diálogo entre saberes acadêmicos e comunitários. Como defende Santos (2020), é preciso construir pontes entre diferentes epistemologias, reconhecendo que o conhecimento não é monopólio das instituições formais.

Por fim, propõe-se que os documentos institucionais da rede municipal — como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), os planos de ensino e as diretrizes curriculares — sejam revisados coletivamente, com participação ativa de professores, estudantes, gestores e comunidade. Essa revisão deve garantir que a Sociologia seja reconhecida como campo legítimo de saber nos anos finais do Ensino Fundamental em João Pessoa, alinhando o discurso da formação cidadã com práticas pedagógicas concretas. Esta proposta não é uma fórmula pronta, mas um convite à construção coletiva de um currículo que escute, valorize e potencialize os sujeitos da escola pública da capital paraibana.

A implementação desta proposta curricular pode gerar impactos significativos na formação dos estudantes da rede municipal de João Pessoa. Ao inserir a Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental, a escola amplia sua capacidade de promover uma educação crítica, contextualizada e comprometida com os direitos humanos. Espera-se que os estudantes desenvolvam maior consciência sobre os fenômenos sociais que os cercam, ampliem sua capacidade argumentativa e fortaleçam sua identidade como sujeitos históricos e políticos. Esses impactos não são apenas pedagógicos — são também sociais e culturais.

Para que essa proposta se torne exequível, recomenda-se que sua implementação seja feita de forma progressiva, iniciando-se por escolas-piloto que já desenvolvem projetos interdisciplinares com temáticas sociais. A escolha dessas unidades pode considerar critérios como engajamento da equipe docente, histórico de práticas inovadoras e localização em territórios vulnerabilizados. A partir da experiência dessas escolas, será possível construir referenciais pedagógicos, materiais didáticos e estratégias de formação que possam ser replicados em outras unidades da rede.

Além disso, é fundamental que a proposta seja institucionalizada por meio de resoluções da Secretaria Municipal de Educação, garantindo sua legitimidade e continuidade. Essa institucionalização deve ser acompanhada de espaços de escuta e participação, como fóruns

escolares, seminários temáticos e grupos de trabalho intersetoriais. A Sociologia, por sua natureza dialógica, exige que sua inserção no currículo seja também fruto de diálogo — com os sujeitos escolares, com os territórios e com os saberes que neles circulam.

Esta pesquisa reconhece que toda proposta curricular é atravessada por desafios — sejam eles políticos, pedagógicos ou estruturais. No entanto, também reafirma que é possível construir caminhos de transformação a partir da escuta sensível, da valorização dos saberes locais e do compromisso com a justiça cognitiva. A inserção da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental em João Pessoa é mais do que uma inovação pedagógica: é uma reparação histórica, uma afirmação de direitos e uma aposta na potência dos sujeitos da escola pública.

Encerrar esta proposta é, portanto, reafirmar que o currículo não é apenas um conjunto de conteúdos — é um projeto de mundo. E neste mundo que se quer mais justo, mais plural e mais consciente, a Sociologia tem lugar. Tem voz. Tem urgência. Que João Pessoa possa ser território fértil para essa semeadura — e que os estudantes da rede municipal possam colher, em suas trajetórias, os frutos de uma educação que os reconhece, os escuta e os transforma.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

10.1 Caminhos que se abrem: reflexões finais

Esta pesquisa nasceu do chão da escola, da escuta dos sujeitos e da inquietação diante de uma ausência que grita: a da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental. Ao longo do percurso investigativo, foi possível perceber que essa ausência não significa silêncio. Pelo contrário, os temas sociológicos já habitam o cotidiano escolar — nas falas dos estudantes, nas práticas dos professores, nas tensões que atravessam os espaços e tempos da escola pública.

A observação participante, as entrevistas, as rodas de conversa e a análise documental revelaram que os sujeitos escolares estão pensando sociologicamente, mesmo sem os instrumentos conceituais para nomear suas inquietações. Os estudantes querem compreender o mundo, questionar desigualdades, discutir identidade, refletir sobre participação política. Os professores, por sua vez, criam estratégias para abordar esses temas, mesmo sem respaldo institucional. E os documentos, embora afirmem princípios como cidadania e diversidade, não garantem espaço para a Sociologia como campo legítimo de saber nos anos finais do Ensino Fundamental.

Diante disso, esta pesquisa reafirma que incluir a Sociologia no currículo dos anos finais do Ensino Fundamental é uma ação urgente — ética, política e pedagógica. É reconhecer que os estudantes da escola pública têm o direito à leitura crítica da realidade, à compreensão das estruturas sociais e à construção de uma consciência cidadã. Como defende Freire (1996), educar é um ato de liberdade, e a escola precisa ser território de emancipação.

A Sociologia, quando presente nesse segmento da educação básica, pode ser esse território. Pode ser o espaço onde a experiência se transforma em consciência, e a consciência em ação. Por isso, a recomendação que se apresenta a seguir não é apenas uma proposta curricular — é um convite à escuta, à valorização dos saberes juvenis e à construção de uma escola que reconheça seus sujeitos como produtores legítimos de conhecimento.

A ausência da Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental não é apenas uma lacuna disciplinar — é um reflexo de uma concepção de currículo que ainda hierarquiza saberes, silencia vozes e desconsidera as experiências dos sujeitos periféricos. Como aponta Arroyo (2011), o currículo é um território de disputas simbólicas, onde se decide quem pode falar, o que pode ser dito e o que deve ser esquecido. Ao não incluir a Sociologia nesse ciclo de ensino, o sistema educacional contribui para a manutenção de uma escola que ensina a obedecer, mas não a questionar.

Essa constatação, no entanto, não deve nos paralisar. Pelo contrário: ela nos convoca à ação. A pesquisa mostrou que há potência nos corredores, nas salas, nos pátios e nas vozes dos estudantes e professores. Há desejo de compreender, de transformar, de construir outros modos de existir. E é justamente essa potência que precisa ser reconhecida como legítima e incorporada ao projeto pedagógico da escola pública. Como defende Santos (2020), é preciso romper com a monocultura do saber e abrir espaço para as epistemologias que emergem das margens.

Ao longo do trabalho de campo, ficou evidente que a escola não é um espaço neutro. Ela é atravessada por contradições, tensões e resistências. Os professores, mesmo sem formação específica em Sociologia, criam brechas para discutir temas sociais. Os estudantes, mesmo sem acesso a conceitos formais, formulam perguntas profundamente críticas. E os documentos institucionais, ainda que limitados, contêm princípios que podem ser ativados em favor de uma educação mais justa e significativa. A escola, portanto, é também um lugar de possibilidades — e é nesse lugar que a Sociologia pode florescer, desde os anos finais do Ensino Fundamental.

A proposta que se delineia a partir desta pesquisa não pretende ser uma solução pronta, mas um convite à construção coletiva. Trata-se de reconhecer que a Sociologia pode contribuir para a formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social. Trata-se de afirmar que os estudantes da escola pública têm direito a uma educação que os ajude a compreender o mundo — e a transformá-lo. Como lembra Freire (1996), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção".

Por isso, as considerações finais desta pesquisa não encerram um percurso — elas abrem caminhos. Caminhos para que gestores, professores, pesquisadores e comunidades escolares possam repensar o lugar da Sociologia no currículo dos anos finais do Ensino Fundamental. Caminhos para que a escola se torne, de fato, um espaço de escuta, de diálogo e de emancipação. Caminhos para que os saberes juvenis deixem de ser tolerados e passem a ser valorizados como centrais na construção do conhecimento. Caminhos, enfim, para que a escola pública seja um território de justiça cognitiva, onde todos os sujeitos tenham o direito de pensar criticamente sobre o mundo que habitam — e de sonhar com outros mundos possíveis.

10.2 Um convite à continuidade

Chegar até aqui foi mais do que cumprir etapas metodológicas — foi escutar, interpretar e devolver aos sujeitos escolares aquilo que lhes pertence: o direito de compreender o mundo em que vivem. Se você, leitor, acompanhou este percurso até este ponto, talvez tenha percebido

que esta pesquisa não se limita a denunciar uma ausência curricular. Ela propõe caminhos, constrói pontes e aposta na potência dos sujeitos da escola pública de João Pessoa.

A proposta curricular apresentada não pretende ser definitiva, tampouco universal. Ela situa-se, contextualiza-se e constrói-se a partir das vozes que ecoam nos corredores das escolas municipais da capital paraibana. É uma proposta que nasce do chão da escola, da escuta sensível e do compromisso com uma educação que reconhece, valoriza e transforma. Como pesquisadora, não me coloco como portadora de soluções prontas, mas como alguém que acredita na construção coletiva de alternativas possíveis.

Se você é professor, talvez tenha se reconhecido nas estratégias criativas que emergem mesmo diante da escassez. Se você é estudante, talvez tenha se visto nas perguntas que ainda esperam por respostas. Se você é gestor, talvez tenha percebido que há um movimento legítimo de reivindicação por uma escola mais crítica, mais dialógica, mais conectada com a vida. E se você é pesquisador, talvez esta proposta lhe inspire a continuar investigando, tensionando e propondo.

Esta seção não encerra a pesquisa — ele a projeta. Projeta possibilidades de implementação, de diálogo com políticas públicas, de articulação com coletivos e universidades. Projeta, sobretudo, a esperança de que a Sociologia possa ocupar o lugar que lhe é de direito: o lugar da formação crítica, da escuta dos sujeitos e da construção de mundos mais justos. Que João Pessoa possa ser referência nesse movimento — e que outras redes possam se inspirar nessa experiência.

Seguimos, portanto, com a certeza de que o currículo é um campo fértil para a transformação. E que, ao incluir a Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental, estamos não apenas ampliando conteúdos — estamos ampliando horizontes. Que esta proposta possa germinar, florescer e frutificar nas escolas da nossa cidade. Porque quando a escola escuta seus sujeitos, ela não apenas ensina — ela transforma.

Se você chegou até aqui, leitor, é porque percorreu comigo um caminho que começou com uma inquietação: por que a Sociologia está ausente dos anos finais do Ensino Fundamental, justamente quando os estudantes começam a formular perguntas sobre o mundo que os cerca? Esta pesquisa nasceu dessa pergunta — e, ao longo do percurso, ela se desdobrou em escutas, análises, interpretações e proposições que reafirmam a potência dos sujeitos escolares e a urgência de reconhecer a Sociologia como direito formativo.

Ao escutar estudantes e professores da rede municipal de João Pessoa, ficou evidente que os temas sociológicos já habitam o cotidiano escolar. Eles aparecem nas conversas sobre

desigualdade, nas dúvidas sobre violência, nas reflexões sobre identidade e nas inquietações diante das injustiças. Os sujeitos escolares não estão alheios ao mundo — estão imersos nele, tentando compreendê-lo. E é justamente essa tentativa de compreensão que precisa ser acolhida, legitimada e potencializada pelo currículo.

A análise dos documentos institucionais revelou uma tensão entre o discurso e a prática. Embora se afirme o compromisso com a formação cidadã, os saberes críticos seguem marginalizados. A Sociologia, quando ausente, deixa um vazio formativo. Quando presente, mesmo que de forma não oficial, revela-se como ferramenta de leitura do mundo, de construção de consciência e de fortalecimento da identidade dos estudantes. Esses achados não são apenas dados — são chamados à ação.

Foi com base nessa escuta e nessa análise que esta pesquisa construiu uma proposta curricular situada, voltada para a rede municipal de João Pessoa. A proposta não pretende ser universal, mas contextual. Ela nasce do chão da escola, das vozes dos estudantes, da criatividade dos professores e da necessidade de tornar o currículo mais justo, mais plural e mais conectado com a vida. Ao transformar essa proposta em uma seção própria, reafirma-se sua centralidade e sua potência como resposta concreta aos desafios identificados.

Se você é professor, talvez tenha se reconhecido nas estratégias que emergem mesmo diante da escassez. Se você é estudante, talvez tenha se visto nas perguntas que ainda esperam por respostas. Se você é gestor, talvez tenha percebido que há um movimento legítimo de reivindicação por uma escola mais crítica, mais dialógica, mais comprometida com a realidade dos sujeitos. E se você é pesquisador, talvez esta dissertação lhe inspire a continuar investigando, tensionando e propondo.

Para futuras investigações, sugere-se aprofundar o estudo sobre os impactos da inserção da Sociologia na formação dos estudantes, especialmente em relação à construção de consciência crítica, protagonismo juvenil e participação social. Também seria relevante acompanhar a implementação da proposta apresentada, avaliando seus desdobramentos pedagógicos e institucionais. Além disso, recomenda-se ampliar o debate para outras redes municipais, comparando contextos, desafios e possibilidades.

Encerrar esta dissertação é, portanto, mais do que concluir um trabalho acadêmico — é reafirmar um compromisso: com a escola pública, os saberes juvenis, a justiça cognitiva e a construção de um currículo que reconheça seus sujeitos como produtores legítimos de conhecimento. Que João Pessoa possa ser território fértil para essa semeadura — e que os frutos dessa proposta possam inspirar outras experiências, outros caminhos, outros mundos possíveis.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutura**l. São Paulo: Pólen, 2018.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. ANPOCS. **Relatório sobre a situação das Ciências Sociais no Brasil**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. Disponível em: https://www.anpocs.org.br. Acesso em: 8 nov. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 1949.

BERTH, Danilo. **Empoderamento**: o poder de transformar vidas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2006.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 8 nov. 2025.

CANDAU, Vera Maria. **Educação e diversidade cultural**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHOMSKY, Noam. **O controle da mídia**: os espetaculares feitos da propaganda. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

CORDEIRO JUNIOR, José Amaral. **Entre a cidadania e a ciência**: a geração de 94 e os sentidos da Sociologia escolar em seu retorno ao Colégio Pedro II (1993-2008). 21º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2008.

COSTA, Pedro. A pedagogia de Paulo Freire e sua aplicabilidade em contextos diversos. **Revista Teias**. Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, espaços públicos e democratização no Brasil**: ambiguidades da participação. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**: o desafio da aprendizagem. Campinas: Autores Associados, 2008.

DJAMILA, Ribeiro. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A crise da educação e a crítica às reformas neoliberais**. São Paulo: Cortez, 2018.

GABRIEL, Ana Paula. Educação popular e movimentos sociais no campo: experiências em Remígio-PB. **Caderno de Educação do Campo**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 112–130, jan./jun. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Educação e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.

GIROUX, Henry. **Teoria e resistência em educação**: uma pedagogia para a oposição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 11–38.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democracia e educação escolar**: teoria da escola democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 376–437, jul./dez. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/4j6LSBRQphh5Jb6cWq9KvWG/?format=html. Acesso em: 8 nov. 2025.

MAXIMIZE EDUCAÇÃO. **Aprendizagem baseada em projetos**: guia prático para educadores. São Paulo: Maximize, 2025.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Ensino de Sociologia**: desafios e perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, Ana Cláudia. **Práticas pedagógicas inclusivas e empoderamento discente**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PRETTO, Nelson. Sociologia e juventude: desafios para a escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 87–102, jan./abr. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000100006.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Cortez, 2020.

SANTOS, José Luiz dos. **Ensino de Sociologia**: reflexões e práticas. São Paulo: Cortez, 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, João. **O ensino crítico em escolas públicas**: desafios e possibilidades. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

SILVA, Marcos. Críticas ao determinismo estrutural em Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPEd, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. SBPC. **Nota pública sobre a Reforma do Ensino Médio**. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2017. Disponível em: https://www.sbpcnet.org.br. Acesso em: 8 nov. 2025.

SOUSA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. 2. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

SOUZA, Maria. **Metodologias participativas no ensino de Sociologia**: impactos na redução de estigmas. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, 2021.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1922.

MORAES, Luciana. Pedagogia Cirandeira e práticas comunitárias na Escola dos Sonhos. **Revista Educação e Território**, Campina Grande, v. 5, n. 2, p. 45–60, jul./dez. 2023.

SILVA, Renata Cristina da. A Escola dos Sonhos e a pedagogia do afeto: experiências em Bananeiras-PB. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Brasília, v. 7, n. 14, p. 88–105, jul./dez. 2022.

COURA, Rosa Maria do Nascimento; LADOSKY, Mário Henrique Guedes. Aprendizagem baseada em problemas como metodologia ativa no ensino de Sociologia na educação básica: dialogando com Paulo Freire. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA – ENESEB, 2025, Campina Grande. **Anais eletrônicos**. Campina Grande: UFCG, 2025. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/eneseb/2025/TRABALHO_COMPLETO_EV222_ID728_TB149_16062025201745.pdf. Acesso em: 27 fev. 2026.

SILVA, Ana Carolina. Engajamento político e ensino de Sociologia: um estudo com estudantes da rede pública. In: ENESEB – Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica, 2021. **Anais eletrônicos**. Brasília: UnB, 2021.

SOUZA, Monia Cavalcanti de; ANDRADE, Viviane Toraci Alonso de. Práticas pedagógicas em Sociologia: experiências na Região Metropolitana do Recife. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA – ENESEB, 2025, Recife. **Anais eletrônicos**. Recife: UFPE, 2025.

SOUSA, Tatiane Santos de. A sociedade de Amparo ao estudante de Remígio-PB e a nova experiência de práticas culturais e educativas na cidade (1958–1964). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA – CULTURA, PODER, SOCIEDADE E IDENTIDADE, 3., 2019, Campina Grande. **Anais**. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande,2019.p.548–558.
Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/35209. Acesso em: 15 ago. 2025.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Docentes

Objetivo do instrumento:

Investigar as percepções dos docentes acerca da ausência da disciplina de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental, bem como identificar práticas pedagógicas que abordem conteúdos sociológicos de forma transversal ou interdisciplinar.

Público-alvo:

Professores das áreas de Ciências Humanas (História, Geografia e Ensino Religioso) da Escola Municipal Ativa Integral Frei Afonso.

Tipo de instrumento:

Entrevista semiestruturada, composta por perguntas abertas.

Registro dos dados:

As entrevistas foram registradas por meio de anotações em diário de campo, garantindo-se o anonimato dos participantes.

Roteiro de Perguntas

1. Há quanto tempo você atua na Escola Municipal Ativa Integral Frei Afonso?

2. Quais disciplinas você leciona atualmente?

3. Em sua prática pedagógica, você aborda temas relacionados à Sociologia? Se sim, de que forma?

4. Como você avalia a ausência da disciplina de Sociologia no currículo dos anos finais do Ensino Fundamental?

5. Quais impactos essa ausência pode gerar na formação dos estudantes?

6. Você considera viável a inclusão da Sociologia como disciplina específica nessa etapa da Educação Básica? Por quê?

7. Que temas sociológicos você considera prioritários para serem trabalhados com os estudantes?

8. A escola possui projetos ou atividades que dialogam com conteúdos sociológicos? Poderia citar exemplos?

9. Como os estudantes reagem quando são provocados a refletir sobre questões sociais, políticas ou culturais?

10. Que sugestões você daria para fortalecer a formação crítica dos estudantes da escola?

11. Você acredita que a inclusão da Sociologia poderia impactar aspectos como participação estudantil, engajamento escolar ou enfrentamento de estigmas sociais? De que maneira?

APÊNDICE B – Roteiro da Roda de Conversa com Estudantes

Objetivo do instrumento:

Promover espaço de escuta, diálogo e reflexão com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental sobre temas sociológicos presentes em seu cotidiano, identificando percepções, interesses e demandas formativas.

Público-alvo:

Estudantes do 8º e 9º anos da Escola Municipal Ativa Integral Frei Afonso.

Duração estimada: 40 minutos.

Organização do espaço:

Disposição em círculo, favorecendo horizontalidade, escuta ativa e participação coletiva.

Registro dos dados:

Anotações em diário de campo, preservando-se o anonimato dos participantes.

Estrutura da Roda de Conversa

1. Acolhida e apresentação

Apresentação do objetivo da atividade.

Esclarecimento sobre a participação voluntária.

Reforço do respeito às falas dos colegas.

Pergunta disparadora:

- Se você pudesse mudar uma coisa na sua escola ou no seu bairro, o que seria?

2. Eixo I – Identidade e território

- Como vocês se sentem vivendo no bairro do Róger?

- Quais são os pontos positivos e os principais desafios da comunidade?

- A escola contribui para que vocês compreendam melhor a realidade onde vivem? De que forma?

3. Eixo II – Juventude e desigualdades sociais

- Quais situações de injustiça ou desigualdade vocês já presenciaram ou vivenciaram?

- Esses temas são discutidos na escola? Como?

4. Eixo III – Cultura, respeito e diversidade

-Vocês se sentem respeitados na escola?

- Já presenciaram ou vivenciaram situações de preconceito ou discriminação?

-Como gostariam que esses temas fo fossem trabalhados nas aulas?

5. Eixo IV – Escola e formação para a vida

- O que vocês esperam aprender na escola além dos conteúdos tradicionais?

- A escola contribui para que vocês compreendam o mundo e tomem decisões conscientes?

6. Encerramento

Espaço para sugestões livres.

Síntese coletiva das principais ideias.

Agradecimento pela participação.

APÊNDICE C – Questionário Diagnóstico Aplicado Aos Estudantes

Objetivo do instrumento:

Identificar percepções dos estudantes acerca de temas sociológicos, formação crítica e papel da escola na compreensão da realidade social.

Público-alvo: Estudantes do 8º e 9º anos.

Formato:

Instrumento individual, anônimo, composto por questões objetivas e discursivas.

Orientação aos participantes: Responda com sinceridade. Não há respostas certas ou erradas.

Parte I – Conhecimento prévio

1. Você já ouviu falar na disciplina de Sociologia?

( ) Sim

( ) Não

( ) Não tenho certeza

2. Você considera importante discutir temas como desigualdade social, racismo, violência, política e direitos humanos na escola?

( ) Sim

( ) Não

( ) Depende

Parte II – Interesses formativos

3. Quais desses temas você gostaria de aprender mais na escola?

( ) Racismo

( ) Violência urbana

( ) Gênero e sexualidade

( ) Política e cidadania

( ) Cultura e identidade

( ) Outro: _____

4. Você sente que a escola contribui para que você compreenda melhor o mundo em que vive?

( ) Sim

( ) Não

( ) Às vezes

Parte III – Vivências escolares

5. Você já participou de alguma atividade na escola que discutisse temas sociais? Qual?

6. Em sua opinião, o que falta na escola para que ela esteja mais próxima da realidade dos estudantes?

7. Caso existisse uma disciplina de Sociologia, o que você gostaria que fosse discutido nela?

8. Deixe uma sugestão ou comentário sobre como a escola pode melhorar:

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado(a) Senhor(a),

A presente pesquisa: "A Relevância do Ensino de Sociologia para alunos da Educação Básica no Ensino Fundamental – Anos Finais: Desconstrução de Estigmas e Empoderamento Social" está sendo desenvolvida pela pesquisadora/ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Sociologia – PROFSOCIO /Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, **Adelaide Lopes Fiúza Diniz**, com alunos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Ativa Integral Frei Afonso, sob orientação do **Prof. Dr. Severino José de Lima**. O objetivo é analisar a relevância do ensino de Sociologia para estudantes da educação básica nos anos finais do Ensino Fundamental, considerando seu potencial para promover a formação crítica, cidadã e empática, especialmente em contextos escolares públicos marcados por vulnerabilidades sociais, buscando compreender como os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental percebem e discutem temas sociais como desigualdade, racismo, cidadania e participação política, mesmo sem terem aulas formais de Sociologia. A investigação será realizada por meio de rodas de conversa, entrevistas e observações em sala de aula. A sua participação é voluntária, e o(a) senhor(a) poderá recusar ou desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo à sua vida escolar ou profissional.

Solicitamos sua colaboração para participar da pesquisa, contribuindo com as rodas de conversa e respondendo aos questionários que eventualmente forem propostos. Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos acadêmicos na área de Sociologia e Educação, bem como para publicá-los em revista científica, caso se aplique. Ressaltamos que, por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Reiteramos que sua participação é voluntária e que o(a) senhor(a) não está obrigado(a) a fornecer informações ou colaborar com as atividades propostas pela pesquisadora. Caso decida não participar ou deseje desistir em qualquer momento, não sofrerá nenhum prejuízo ou penalidade. Destacamos, ainda, que a pesquisa não apresenta riscos previsíveis à sua saúde, e a pesquisadora estará à disposição para prestar esclarecimentos sempre que necessário, em qualquer etapa do estudo.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para a eventual publicação dos resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento.

João Pessoa, ___/___/_____

_____

Assinatura do participante da pesquisa ou responsável

Declaro que:

( ) Entendi as informações sobre a pesquisa.

( ) Sei que posso desistir quando quiser.

( ) Concordo em participar da pesquisa.

Nome do(a) estudante: _____

Assinatura do(a) estudante: _____

Data: ___/ ___/ ____

Contato da Pesquisadora Responsável:

Em caso de necessidade de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Adelaide Lopes Fiúza Diniz.
Endereço (Trabalho): **Escola Municipal Ativa Integral Frei Afonso**, Avenida Ayrton Senna, 250 Baixo Roger – João Pessoa/PB. Telefone celular (83) 98876-4160.

Atenciosamente,

_____

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE E - TERMO DE ASSENTIMENTO (TALE)

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Convido-lhe a participar da pesquisa intitulada **A relevância do ensino de Sociologia para estudantes da Educação Básica no Ensino Fundamental_ anos finais: desconstrução de estigmas e empoderamento social,** sob minha responsabilidade e do orientador Prof. Dr. Severino José de Lima, cujo objetivo é analisar a relevância do ensino de Sociologia para estudantes da Educação Básica ainda na etapa do Ensino Fundamental _ anos finais, considerando seu potencial para promover a formação crítica, cidadã e empática, especialmente em contextos escolares públicos marcados por vulnerabilidades sociais como: desigualdade, racismo, machismo, violência doméstica, criminalidade, entre outros problemas sociais.

A pesquisa adota uma abordagem mista, de caráter exploratório e propositivo, com o objetivo de compreender as implicações da ausência da disciplina de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental. Para isso, a pesquisa será conduzida por meio de rodas de conversa com estudantes, entrevistas semiestruturadas com professores e observações em sala de aula, respeitando os princípios éticos e legais da pesquisa com seres humanos. A proposta busca compreender como conteúdos sociológicos podem contribuir para a formação crítica, cidadã e empática dos estudantes, mesmo em escolas onde a disciplina não está formalmente inserida no currículo.

O risco envolvido nesse Projeto é mínimo, relacionados à exposição de opiniões pessoais. É o mesmo que pode acontecer em qualquer processo em que os posicionamentos dos alunos serão compartilhados com a comunidade escolar, podendo inibir o aluno. Entretanto, ressaltaremos a importância da pesquisa para o desenvolvimento pessoal dos nossos alunos, o que acreditamos que podemos contar com a colaboração deles de forma irrestrita, tendo em vista a enorme variedade de projetos com os quais os nossos alunos já se envolvem, mesmo sabendo que a sua participação neles não pontua em suas notas bimestrais. Vale salientar que há bom relacionamento entre a professora-pesquisadora, os alunos e as suas respectivas famílias, bem como o contexto no qual o processo ocorrerá, o que minimiza os riscos.

Os alunos participantes desta pesquisa poderão vivenciar experiências que favorecem a ampliação de sua consciência social e política, alinhadas ao propósito investigativo de compreender os impactos da ausência da disciplina de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental. Entre os benefícios previstos estão: (1) a participação em atividades que estimulem o pensamento crítico sobre temas sociais relevantes; (2) o fortalecimento da compreensão sobre seus direitos e deveres como cidadãos atuantes na sociedade; (3) o desenvolvimento da capacidade de interpretar criticamente as imagens que produzirem, relacionando-as ao contexto social em que estão inseridos; e (4) a expressão de posicionamentos reflexivos sobre a realidade vivida, por meio da produção de cartas abertas como instrumento de manifestação cidadã.

No decorrer da pesquisa, os participantes terão garantidos os seguintes direitos: (a) acesso a informações claras e respostas a quaisquer dúvidas relacionadas ao estudo; (b) liberdade para desistir da participação a qualquer momento, sem prejuízo ou penalização,

mesmo que o consentimento tenha sido previamente autorizado por seus responsáveis legais; e (c) garantia de assistência em caso de qualquer dano físico ou psicológico decorrente da participação, incluindo acompanhamento médico e hospitalar, se necessário. Eventuais custos adicionais serão integralmente assumidos pelo pesquisador ou pela instituição responsável. O seu nome, assim como todos os dados que lhe identifiquem, serão mantidos sob sigilo absoluto, antes, durante e após o término do estudo. Para o esclarecimento de dúvidas, você deverá falar com seu responsável, para que ele procure a pesquisadora, Professora Adelaide Lopes Fiúza Diniz, a fim de resolver o seu problema. O endereço profissional da mesma é: Escola Municipal Ativa Integral Frei Afonso, Avenida Ayrton Senna, nº 250 – Baixo Roger – João Pessoa/PB.

Eu, _____, fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, me retirar do estudo sem qualquer prejuízo, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

João Pessoa/PB, _____de _____de 2025.

_____

Adelaide Lopes Fiúza Diniz
Professora pesquisadora

Assentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, após ter recebido todos os esclarecimentos e assinado o TCLE, confirmo que o (a) menor _____ recebeu todos os esclarecimentos necessários e concorda em participar desta pesquisa. Dessa forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

João Pessoa/PB, _____de _____de 2025.

_____ _____

Assinatura /responsável Assinatura /pesquisador